



**TRIBUNAL REGIONAL  
DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**  
Rondônia / Acre



# **Relatório de Atividades 2016**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO RONDÔNIA E ACRE

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES– EXERCÍCIO 2016**

Porto Velho  
Outubro - 2017

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO – BIÊNIO 2015/2016**

**PRESIDENTE E CORREGEDOR**

**Desembargador do Trabalho FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ**

**VICE-PRESIDENTE**

**Desembargador do Trabalho ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR**

**CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

**Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e  
Gabinete do Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz**

**REVISÃO GRAMATICAL**

**João Bosco Machado de Miranda**

**Silvana Maria Muniz André**

**Ariel Rodrigues dos Santos**

**CAPA, FOTOS, FORMATAÇÃO, IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO**

**Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Núcleo de Serviços Gráficos e Gabinete do Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz**

B823rBrasil. Tribunal Regional do Trabalho. Região, 14ª

Relatório de Atividades 2016/ Tribunal Regional do Trabalho da  
14ª Região. – Porto Velho: o Tribunal, 2016.

214p. : il.

Administração Desembargador do Trabalho Francisco José  
Pinheiro Cruz – PRESIDENTE, e Desembargador do Trabalho Ilson  
Alves Pequeno Junior - VICE-PRESIDENTE

1. Relatório de Atividades - TRT 14ª Região. Título

CDU: 347.998.7 “2015”(047)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

Rua Almirante Barroso, 600 – Centro

76801-901 – Porto Velho-RO

Fone: (69) 3218-6363 - 3218-6316

Site: [www.trt14.jus.br](http://www.trt14.jus.br)

E-mails: [apdi@trt14.jus.br](mailto:apdi@trt14.jus.br) [gdcruz@trt14.jus.br](mailto:gdcruz@trt14.jus.br)

## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**

### **COMPOSIÇÃO**

(data-base: 31/12/2016)

#### **PRESIDENTE E CORREGEDOR**

Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz

#### **VICE-PRESIDENTE**

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior

#### **DESEMBARGADORES DO TRABALHO**

(ordem de antiguidade)

Vulmar de Araújo Coêlho Junior

Socorro Guimarães

Maria Cesarineide de Souza Lima

Carlos Augusto Gomes Lôbo

Vania Maria da Rocha Abensur

Ilson Alves Pequeno Junior

Francisco José Pinheiro Cruz

Shikou Sadahiro

#### **JUÍZES TITULARES DE VARAS DO TRABALHO CONVOCADOS PARA O TRIBUNAL**

Afrânio Viana Gonçalves (Resolução Administrativa nº 140/2015)

Juiz Shikou Sadahiro (Resolução Administrativa nº 61/2012)

#### **TURMAS RECURSAIS**

(ordem de acordo com RA n.º 085/2014, que elegeu a composição para o biênio 2015/2016)

##### **PRIMEIRA TURMA**

Desembargadora do Trabalho Elana Cardoso (Presidente)

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima (Membro)

Juiz Convocado Shikou Sadahiro (Membro) – Resolução Administrativa nº 61/2012 - de  
30/05/2012 até 26/1/2016

Juiz Convocado Afrânio Viana Gonçalves (Membro) – Resolução Administrativa nº 140/2015a  
partir de 26/1/2016)

##### **SEGUNDA TURMA**

Desembargador do Trabalho Carlos Augusto Gomes Lôbo (Presidente)

Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur (Membro)

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno (Membro)

**VARAS DO TRABALHO**  
**JUIZES TITULARES DE VARAS DO TRABALHO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

(data-base: 31/12/2016)

1ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Ricardo César Lima de Carvalho Sousa

2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
José Roberto da Silva

3ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Afrânio Viana Gonçalves  
(Convocado para o Tribunal)

4ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Marlene Alves de Oliveira

5ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Isabel Carla de Mello Moura Piacentini

6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Luzinalia de Souza Moraes

7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Domingos Sávio Gomes dos Santos

8ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO  
Antonio César Coelho de Medeiros Pereira

1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES  
Cândida Maria Ferreira Xavier

2ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES  
Cleide Aparecida Barbosa Santini

VARA DO TRABALHO DE BURITIS  
Eudes Landes Rinaldi

VARA DO TRABALHO DE CACOAL  
Ana Maria Rosa dos Santos

VARA DO TRABALHO DE COLORADO DO OESTE  
Monica Harumi Ueda

VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM  
Carlos Antônio Chagas Junior

VARA DO TRABALHO DE JARU  
Vitor Leandro Yamada

1ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ  
Osmar João Barneze

2ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ  
Edilson Carlos de Souza Cortez

VARA DO TRABALHO DE MACHADINHO D'OESTE  
Andrea Alexandra Barreto Ferreira

VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO DO OESTE  
Ana Carla dos Reis

VARA DO TRABALHO DE PIMENTA BUENO  
Consuelo Alves Vila Real

VARA DO TRABALHO DE ROLIM DE MOURA  
Wadler Ferreira

VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ  
José Carlos Hadad de Lima

VARA DO TRABALHO DE VILHENA  
André Sousa Pereira

#### **ESTADO DO ACRE**

1ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO  
Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim

2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO  
Silmara Negrett

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO  
Marlene Alves de Oliveira

4ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO  
Edson Carvalho Barros Júnior

VARA DO TRABALHO DE CRUZEIRO DO SUL  
Jamille Carvalho Ribeiro Pires

VARA DO TRABALHO DE EPITACIOLÂNDIA  
Dorotheo Barbosa Neto

VARA DO TRABALHO DE FEIJÓ  
Celso Antonio Botão Carvalho Júnior

VARA DO TRABALHO DE PLÁCIDO DE CASTRO  
Christiana D'Arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim

VARA DO TRABALHO DE SENA MADUREIRA  
Eduardo Antônio O'Donnell Galarça Lima

**OUTRAS UNIDADES DE DIREÇÃO**  
(data-base: 31/12/2016)

OUIDOR DO TRT DA 14ª REGIÃO  
Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 14ª REGIÃO  
Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS E JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA  
Édilson Carlos de Souza Cortez

DIRETORIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE PORTO VELHO – RO  
Juíza Isabel Carla de Mello Moura Piacentini

DIRETORIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE RIO BRANCO – AC  
Juiz Edson Carvalho Barros Júnior

DIRETORIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE ARIQUEMES – RO  
Juíza Cleide Aparecida Barbosa Santini

DIRETORIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE JI-PARANÁ – RO  
Juiz Osmar João Barneze

## **JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS**

(ordem de antiguidade)

(data-base: 31/12/2016)

José Roberto Coelho Mendes Junior  
Cleverson Oliveira Alarcon Lima  
Renata Nunes de Melo  
Marcelo Tandler Paes Cordeiro  
Jobel Amorim das Virgens Filho  
Luiz José Alves dos Santos Junior  
Fernanda Antunes Marques Junqueira  
Joana Maria Sá de Alencar Tomaz  
Renata Albuquerque Palcoski  
Ana Celia de Almeida Soares  
Tiago Ruas Dieguez  
Marines Denkievicz Tedesco Fraga  
Soneane Raquel Dias Loura  
Vicente Angelo Silveira Rego  
Tatiane David Luiz Faria  
Elisa Augusta de Souza Tavares  
Marcella Dias Araújo Freitas  
Ana Paula Santos Mendonça  
Luciana Mendes Assumpção  
Veridiana Ullmann de Campos  
Wagson Lindolfo Jose Filho  
Carolina da Silva Carrilho Rosa  
Augusto Nascimento Carigé  
Thiago Alberto de Sousa  
Cleiton William Kraemer Poerner  
Heloísa Polizel de Oliveira  
Fernando Sukeyosi  
Everaldo dos Santos Nascimento Filho

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**DIRETORIAS, ASSESSORIAS E SECRETARIAS**

(data-base: 31/12/2016)

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

João Bosco Machado de Miranda

DIRETORIA-GERAL DAS SECRETARIAS

Raimundo José Zacarias da Costa

ASSESSORIA JUDICIAL

João Paulo Pelles

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Leonardo da Silva Valério

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Weslei Maycon Maltezo

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Celso Gomes

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Hebert Eugênio Gonçalves

SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

Nívea Wobeto Schramm de Souza

SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

Alexandre Gonçalves Zimmermann

SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

Romário Botelho dos Santos

DIRETORIA DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Whander Jeffson da Silva Costa

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Ada Alves dos Reis Mendes

NÚCLEO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS, PRECATÓRIOS E APOIO À EXECUÇÃO

Maria Eleide Batista de Sales Mendes

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Lélio Lopes Ferreira Júnior

DIRETORIA DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL E DISTRIBUIÇÃO

Iverson Alves Pequeno

DIRETORIA DE SERVIÇOS PROCESSUAIS E DE RECURSOS

Bruno Maciel Ribeiro de Almeida

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS  
Alice Moraes Moreira

SECRETARIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL  
Elizete Oliveira Mendonça Gabriel

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
Christianne Araújo Mendonça

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
Raimunda Tamar Souza da Rocha

DIRETORIA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E SEGURANÇA  
Hely Calixto da Cruz

DIRETORIA DE SERVIÇOS DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
François Lúcio

NÚCLEO DE SERVIÇOS GRÁFICOS  
Romão Garcia Filho

NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL  
Raimunda Brito Pedraça

**DIRETORES DAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO DOS ESTADOS DE  
RONDÔNIA E ACRE**

(data-base: 31/12/2016)

1ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Maria José Correia

2ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Eduardo Morais da Costa

3ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Djenane Pereira de Souza

4ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Antônio Oyama Soares Pinto

5ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Antônio Edson Mendonça

6ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Edelmiro Pinto da Silva

7ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Tânia Machado da Ponte

8ª VARA DO TRABALHO DE PORTO VELHO/RO  
Ilton Sebastião Alves Pequeno

1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO  
Bianca Ranow Padilha

2ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO  
Marcos Roberto Belém Lacerda

VARA DO TRABALHO DE BURITIS/RO  
Adriany Moraes Melo

VARA DO TRABALHO DE MACHADINHO D'OESTE/RO  
Moizés Honorato Ibiapino

VARA DO TRABALHO DE CACOAL/RO  
Margareth AienZancan e Silva

VARA DO TRABALHO DE COLORADO DO OESTE/RO  
Neusa Maria Lermen Ansiliero

VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO  
Reginaldo Ribeiro Lestenski

VARA DO TRABALHO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO  
Aldeci de Oliveira Maia

VARA DO TRABALHO DE JARU/RO  
Patrick Faelbi Alves de Assis

1ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ/RO  
Tama Mendes Ohira de Rossi

2ª VARA DO TRABALHO DE JI-PARANÁ/RO  
Rogério Azevedo Ribeiro

VARA DO TRABALHO DE OURO PRETO DO OESTE/RO  
Silvino Roberto Cavassana

VARA DO TRABALHO DE PIMENTA BUENO/RO  
Romário Nunes Thaddeu

VARA DO TRABALHO DE ROLIM DE MOURA/RO  
Cláudio Pereira

VARA DO TRABALHO DE VILHENA/RO  
Ederson Moreira Deiró

1ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC  
Genilson Castro de Lima

2ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC  
Moab Oliveira Pereira

3ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC  
Amélia Eluminada Secoti

4ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO/AC  
Maria de Nazaré Almeida Pena

VARA DO TRABALHO DE CRUZEIRO DO SUL/AC  
Samuel de Figueiredo Silva

VARA DO TRABALHO DE FEIJÓ/AC  
Edinaldo Oliveira da Silva

VARA DO TRABALHO DE PLÁCIDO DE CASTRO/AC  
Washington da Silva Vilela

VARA DO TRABALHO DE SENA MADUREIRA/AC  
Miécio Carvalho Gomes de Sá

VARA DO TRABALHO DE EPITACIOLÂNDIA/AC  
Amélia Eluminada Secoti

## SIGLÁRIO

**TP** - Tribunal Pleno

**GDT** - Gabinetes dos Desembargadores do Trabalho

**PJT** - Presidente das Turmas de Julgamento

**PRE** – Presidência

**VPRE** - Vice-Presidência

**SGP** - Secretaria-Geral da Presidência

**SçCEI**- Seção de Cerimonial e Eventos Institucionais

**Ascom** - Assessoria de Comunicação Social

**SçIM** - Seção de Imprensa e Mídia

**SçRTV** - Seção de Rádio e TV

**SçAA** - Seção de Apoio Administrativo

**AJP** - Assessoria Judicial da Presidência

**AAP** - Assessoria Administrativa da Presidência

**APDI** - Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

**OUV** - Ouvidoria-Geral

**GCR** - Gabinete da Corregedoria Regional

**DFTPV** - Diretoria do Fórum Trabalhista de Porto Velho/RO

**SçPADF** - Seção de Protocolo, Atermação e Distribuição de Feitos

**DJ** - Depósito Judicial

**DFTRB** - Diretoria do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC

**SçTMS** - Seção de Transporte, Manutenção e Segurança

**SçZ** - Seção de Zeladoria

**SçTI** - Seção de Informática

**SçPADF** - Seção de Protocolo, Atermação e Distribuição de Feitos

**SçCALC** - Seção de Cálculos

**DFTJIP** - Diretoria do Fórum Trabalhista de Ji-Paraná/RO

**SçPADF** - Seção de Protocolo, Atermação e Distribuição de Feitos

**SçCALC** - Seção de Cálculos

**DFTAQ** - Diretoria do Fórum Trabalhista de Ariquemes/RO

**SçPADF** - Seção de Protocolo, Atermação e Distribuição de Feitos

**STP** - Secretaria do Tribunal Pleno

**SçCO**- Seção de Competência Originária

**SPT** - Secretaria da Primeira Turma

**SST** - Secretaria da Segunda Turma

**SCR** - Secretaria da Corregedoria Regional

**SçEPG** - Seção de Estatística de 1º Grau

**SçESG** - Seção de Estatística de 2º Grau

**SçAEPM** - Seção de Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados

**SçACSJ** - Seção de Acompanhamento Correicional e Suporte Jurídico

**DSCIA** - Diretoria de Serviços de Controle Interno e Auditoria

**SçALGCP** - Seção de Auditoria de Licitações, Gestão de Contratos e Patrimônio

**SçADVP** - Seção de Auditoria dos Direitos e Vantagens de Pessoal e Folha de Pagamento, Diárias e Ajuda de Custo

**SçACOF** - Seção de Auditoria Contábil, Orçamentário e Financeiro

**SçADO** - Seção de Auditoria de Desempenho Operacional

**SçATI** - Seção de Auditoria de Tecnologia da Informação

**SJ** - Secretaria Judiciária

**SçAVIUJ** - Seção de Apoio às Varas Itinerantes e Unidades Jurisdicionais de 1º e 2º Graus

**SçCPS** - Seção de Convênios e Programas Socioambientais

**NGD** - Núcleo de Gestão Documental

**SçLAG** - Seção de Legislação e Arquivo Geral

**SçB** - Seção de Biblioteca

**SçMI** - Seção de Memória Institucional

**NCJSI** - Núcleo de Cálculos Judiciais de 2ª Instância

**DSCPD** - Diretoria de Serviços de Cadastramento Processual e Distribuição

**SçCADF** - Seção de Classificação, Cadastramento, Autuações e Distribuição de Feitos

**SçERAC** - Seção de Expedição, Recebimento de Autos e Correspondências

**SçRPP** - Seção de Recebimento de Petições e Protocolo

**DSRP** - Diretoria de Serviços Processuais e de Recursos

**SçAR** - Seção de Admissibilidade de Recursos

**SçSPP** - Seção de Serviços Processuais e Publicação

**SçCALC** - Seção de Cálculos

**VT** - Varas do Trabalho

**SçEXE** - Seção de Execução

**SçPG** - Seção de Processos em Geral

**SVT** - Secretarias das Varas do Trabalho – RO/AC

**Ejud**- Escola Judicial do TRT da 14ª Região

**Sejud** - Secretaria Executiva da Escola Judicial

**SçACM** - Seção de Aperfeiçoamento e Capacitação de Magistrados

**SçACS** - Seção de Aperfeiçoamento e Capacitação de Servidores

**SçEaD** - Seção de Ensino à Distância

**SçPC**- Seção de Produção e Custos

**SçEE** - Seção de Editoração Eletrônica

**SGEP** - Secretaria de Gestão de Pessoas

**SçAPTS** - Seção de Administração de Pessoal e Tempo de Serviço

**SçCAGPB** - Seção de Conformidade de Atos de Gestão de Pessoal e Benefícios

**SçDADQP** - Seção de Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho e Qualificação de Pessoal

**SçAMS** - Seção de Atendimento e Cadastro de Magistrados e Servidores

**SçPLRRS** - Seção de Provimento, Lotação, Remoção e Readaptação de Servidores

**NAS** - Núcleo de Assistência à Saúde

**SçAO** - Seção de Assistência Odontológica

**SçAS** - Seção de Assistência Social

**SçP** - Seção de Psicologia

**SçPSQVST** - Seção de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho

**SçCCBP** - Seção de Controle das Concessões de Benefícios de Pessoal

**Setic**- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

**SGTI** - Seção de Governança de TI

**SçGCC** - Seção de Gerenciamento e Conformidade dos Contratos

**NDS** - Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas

**SçSA** - Seção de Sistemas Administrativos

**SçSJ** - Seção de Sistemas Judiciais

**SçWEB** - Seção de Sistemas WEB

**SçAS** - Seção de Atendimento a Sistemas

**SçGPE** - Seção de Gerenciamento de Processos Eletrônicos

**Jasconpe** - Juízo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução

**NSC** - Núcleo de Soluções de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução

**Nic** - Núcleo de Infraestrutura e Comunicações

**SçSC** - Seção de Solução de Conflitos

**SçPR** - Seção de Precatórios Requisitórios

**SçAEPP** - Seção de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial

**DGS** - Diretoria-Geral das Secretarias

**CJPLF** - Coordenadoria Jurídica Sobre os Procedimentos Licitatórios e Financeiros

**SA** - Secretaria Administrativa

**SçLP** - Seção de Licitações e Pregoeiro

**SçEGC** - Seção de Elaboração e Gestão de Contratos

**NSG** - Núcleo de Serviços Gráficos

**SçAD** - Seção de Administração de Dados

**SçIC** - Seção de Infraestrutura Computacional

**SçSI** - Seção de Segurança da Informação

**SçSU** - Seção de Suporte ao Usuário

**SçGRC** - Seção de Gerência de Redes e Comunicação

**SOF** - Secretaria de Orçamento e Finanças

**SçCA** - Seção de Contabilidade Analítica

**SçPP** - Seção de Pagamento de Pessoal

**SçAF** - Seção de Administração Financeira

**SçCPDACIT** - Seção de Controle e Pagamento de Diárias, Ajuda de Custo e Indenização de Transportes

**SçEECPEO** - Seção de Emissão de Empenho e Controle da Programação e Execução Orçamentária

**SçPBS** - Seção de Pagamento de Bens e Serviços

**DSMP** - Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio

**SçALMOX** - Seção de Almoxarifado

**SçCRP** - Seção de Controle e Registro Patrimonial

**Dsils** - Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança

**SçTS**- Seção de Transporte e Segurança

**SçEP** - Seção de Engenharia e Projetos

**SçMME** - Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos

**SçOSMP** - Seção de Obras, Serviços e Manutenção Predial

**SçCCA** - Seção de Conformidade dos Contratos Administrativos

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL – TRT 14ª REGIÃO

### Missão

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania.

### Visão

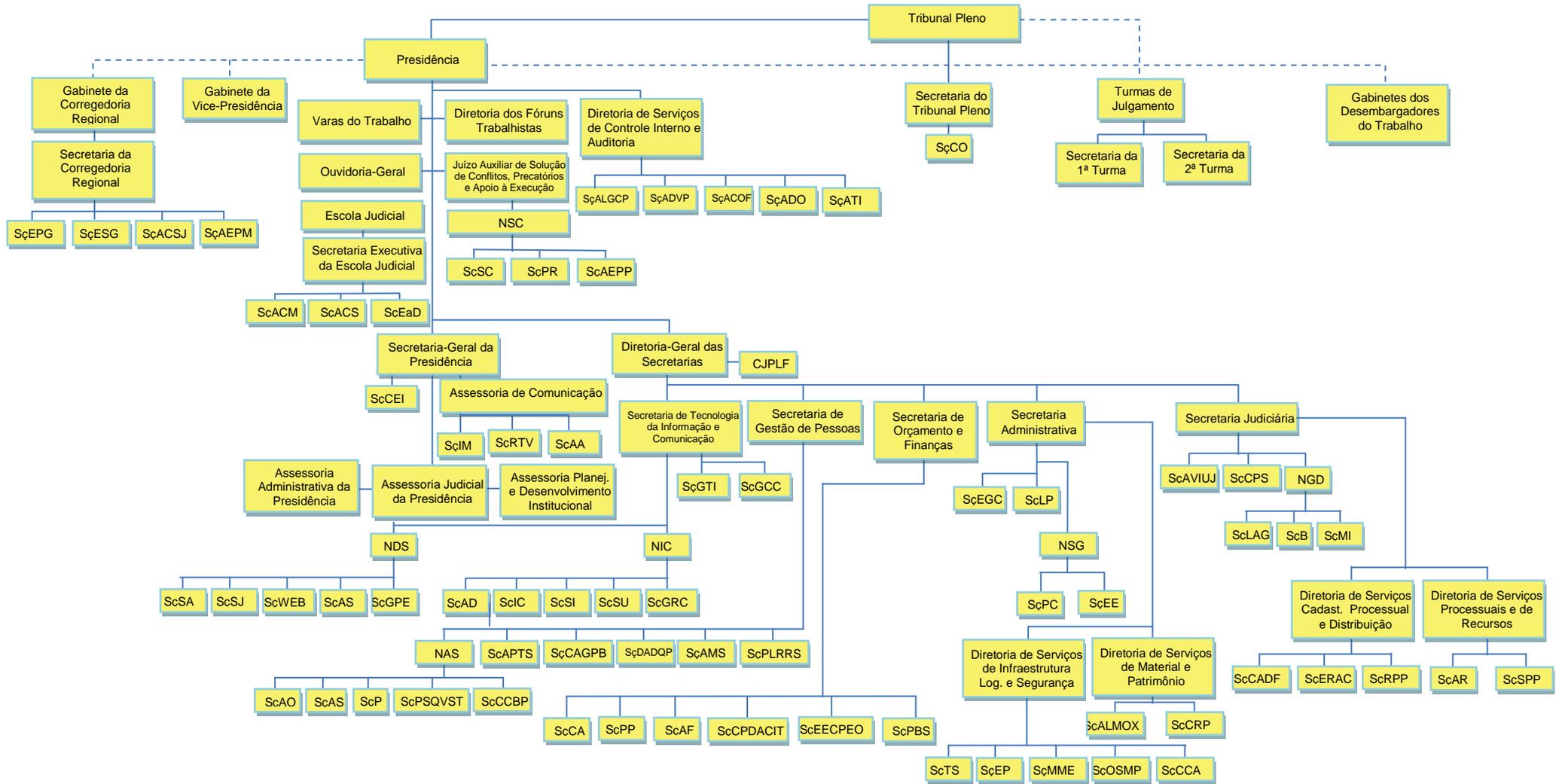
Consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional.

### Valores Institucionais

Ética – Impessoalidade – Transparência –  
Responsabilidade – Socioambiental – Celeridade –  
Acessibilidade – Inovação – Respeito e Valorização do Ser  
Humano – Probidade – Comprometimento - Qualidade

**Fonte:** Mapa Estratégico Corporativo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - 2015-2020 (Aprovado pela Resolução Administrativa TRT14 n. 79, de 30 de setembro de 2014).

# Organograma do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – Resolução Administrativa TRT14 nº 25, de 10 de março de 2015.



## APRESENTAÇÃO

O relatório de atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) de 2016, é ordinariamente apresentado pelos Presidentes do TRT 14 em cumprimento ao disposto no art. 27, inciso XLV, do Regimento Interno do Regional, possibilitando conferir publicidade, transparência e acessibilidade da aplicação dos recursos disponíveis e ao mesmo tempo destacar, de forma sintetizada as principais ações e atividades desenvolvidas pelo Tribunal em 2016, tendo como diretriz o Planejamento Estratégico Participativo (PEP 2015/2020), aprovado pela Resolução Administrativa nº 79, de 30 de setembro de 2014.

Antes, necessário ressaltar a inovadora metodologia aplicada em 2014, na construção do atual Planejamento Estratégico em execução desde 2015, qual teve a participação expressiva e efetiva de todo o corpo técnico e gerencial do TRT14 (Magistrados e Servidores), sendo à época, durante as oficinas presenciais, debatidos, definidos e eleitos os objetivos, indicadores e metas essenciais ao alcance da MISSÃO e VISÃO de futuro do TRT14 para execução pelas administrações até 2020.

Com esse instrumento técnico gerencial, deu-se a continuidade administrativa da gestão no Regional no biênio 2015/2016, traduzindo o “planejado por todos” em projetos, ações e programas táticos e operacionais, materializados no Plano de Gestão 2015/2016 demonstrando seus resultados no item 13.1 do presente relatório.

Destacou-se ainda, a inovação tecnológica e os sistemas de maior acessibilidade destinados aos jurisdicionados, qual tiveram grande contribuição na qualidade de nossa prestação jurisdicional. Houveram ainda, investimentos e projetos na área da tecnologia da informação e comunicação (TIC), assim como a constante preocupação de levar nossos serviços e informações por meio das Varas Itinerantes e de outros projetos sociais, a exemplo da Justiça do Trabalho Vai à Escola, de Portas Abertas, TRT Comunidade entre outros que agregam valores aos processos de trabalho levando a nossa carta de serviços a população mais carente.

De igual forma, merece citação a elaboração do Plano de Logística Sustentável, alinhada as diretrizes nacionais (Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 201/2015 e Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014), com a finalidade de melhor gerir os recursos existentes no âmbito do TRT14, permitindo maior gestão e controle de custos, possibilitando o aperfeiçoamento da governança institucional e a conscientização interna na aquisição, uso, controle e descarte de nossos insumos bem ainda na contratação de bens, obras e serviços.

Em 2016, o TRT 14 foi reconhecido, também, em razão da governança Regional continuada com a certificação do Selo Justiça em Números, recebendo a premiação do Selo Diamante, em reconhecimento aos Tribunais que investem no aperfeiçoamento da governança e promovem a transparência pública, com eficiência, eficácia e efetividade. De igual modo, o Regional também destacou-se na área de Governança em Gestão de Pessoas, obtendo a pontuação máxima pelo Tribunal de Contas da União-TCU (faixa de cumprimento “aprimorada”) no desempenho do IgovPessoas, sendo META integrante do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho em 2015/2020, por meio do objetivo estratégico “maximizar a governança da gestão de pessoas”.

Assim, o planejar, executar, monitorar, colher e demonstrar os resultados auferidos no Planejamento Estratégico Participativo aprovado, além de ser responsabilidade de todos integrantes da

organização, é também desafio e oportunidade para os administradores avaliarem o desempenho da organização, caso necessitem procedam os devidos alinhamentos e revisões de objetivos, metas, projetos e demais ações a atender a dinâmica exigida pelos clientes internos e externos, sendo importante a análise da condução da estratégia, para ajustar o necessário com a intenção de obter resultados efetivos para a sociedade, principal razão da missão do TRT 14.

Prezado leitor, procurou-se no presente relatório, demonstrar de forma objetiva os resultados auferidos por meio de indicadores, sempre observando a linha histórica do desempenho das unidades administrativas e judiciárias do Regional, possibilitando prestar informações da governança institucional, em conformidade com as diretrizes e metas aprovadas pelo CNJ, CSJT, TST, TCU e demais órgãos vinculados e fiscalizadores da gestão, tendo como matriz norteadora a Visão de futuro eleita de forma participativa e aprovada pela Corte do Tribunal que é “consolidar-se perante a sociedade como referência de credibilidade na prestação jurisdicional”.

Assim, este relatório de atividades do exercício de 2016 do TRT 14, a exemplo das edições anteriores, foi concluído com base nas perspectivas, objetivos e metas de um plano estratégico continuado.

Para dar publicidade e transparência, este relatório será disponibilizado em forma impressa aos órgãos de controle externo e Tribunais e Conselhos Superiores, bem ainda em forma eletrônica no portal corporativo do TRT 14, no campo “Transparência” (<http://www.trt14.jus.br/relatorio-de-atividades>).

Atenciosamente,

**FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ**  
Presidente e Corregedor

**ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR**  
Vice-Presidente e Ouvidor-Geral

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Histórico dos processos recebidos e solucionados (2º Grau) .....	25
Tabela 2. Histórico dos processos recebidos e solucionados – conhecimento (1º grau) .....	25
Tabela 3. Processos recebidos e solucionados (1º Grau) .....	26
Tabela 4. Processos solucionados por Magistrado – Fase de Conhecimento – 1º Grau .....	27
Tabela 5. Movimentação de processos no Núcleo de Cálculos Judiciais -exercício 2016. ....	30
Tabela 6. Resumo geral da movimentação dos processos no Núcleo de Cálculos Judiciais – exercício 2016.....	34
Tabela 7. Número de atendimentos prestados pelas Varas Itinerantes por ciclo.....	36
Tabela 8. Número de ações ajuizadas nas Varas Itinerantes por ciclo.....	38
Tabela 9. Percentual de ações ajuizadas em relação aos atendimentos prestados pelas Varas Itinerantes no exercício 2015. ....	40
Tabela 10. Recebimentos e pagamentos de precatórios do exercício 2016.....	43
Tabela 11. Requisições de Pequeno Valor da União do exercício 2016.....	43
Tabela 12. Resumo dos pagamentos de precatórios no 1º semestre de 2016.....	44
Tabela 13. Resumo dos pagamentos de precatórios no 2º semestre de 2016.....	45
Tabela 14. Situação dos procedimentos da Ouvidoria no exercício 2016. ....	46
Tabela 15. Modos de acionamento da Ouvidora-geral no exercício 2016. ....	46
Tabela 16. Tipos de manifestação da Ouvidora-geral no exercício 2016. ....	46
Tabela 17. Correições realizadas nas Varas e Fóruns da Justiça do Trabalho no exercício 2016. ....	49
Tabela 18. Consumo de papel A4 branco.....	56
Tabela 19. Consumo de papel A4 recicla doou papel branco não clorado. ....	56
Tabela 20. Consumo de copos descartáveis para água. ....	57
Tabela 21. Consumo de copos descartáveis para café .....	57
Tabela 22. Histórico do consumo de copos descartáveis e papel. ....	58
Tabela 23. Consumo mensal de combustível (l) .....	58
Tabela 24. Consumo de água tratada (m <sup>3</sup> ).....	59
Tabela 25. Consumo de energia elétrica (KW/h) .....	59
Tabela 26. Gasto com telefonia fixa e móvel (R\$) .....	59
Tabela 27. Histórico do consumo de combustíveis, água tratada, energia elétrica e telefonia fixa e móvel.....	60
Tabela 28. Número de pessoas atendidas pelos programas socioambientais do TRT14. ....	80
Tabela 29. Resultados da 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista referente ao período de 13 a 17 de junho de 2016.....	87
Tabela 30. Resultados da XI Semana Nacional da Conciliação Trabalhista referente ao período de 21 a 25 de novembro de 2016.....	89
Tabela 31. Destaque da Semana de Conciliação – TRT14 .....	93
Tabela 32. Resultados da 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 19 a 23 de setembro de 2016.....	94
Tabela 33. Processos em execução (1º Grau) .....	96
Tabela 34. Ações prioritárias cumpridas (Plano de Gestão 2015-2016).....	98
Tabela 35. Meta específica – 1º Grau.....	108
Tabela 36. Meta específica – 2º Grau.....	109
Tabela 37. Meta Regional 1 .....	111

Tabela 38. Aquisição de livros, periódicos e multimídias da Biblioteca.....	112
Tabela 39. Material bibliográfico alimentado na base de dados SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas).....	112
Tabela 40. Circulação do acervo .....	113
Tabela 41. Uso do espaço físico da Biblioteca para consultas e estudos.....	113
Tabela 42. Número de Magistrados ativos. ....	119
Tabela 43. Relação nominal dos Magistrados admitidos.....	119
Tabela 44. Total de Servidores ativos do quadro permanente do TRT14. ....	119
Tabela 45. Total de Servidores não pertencentes ao quadro permanente lotados no TRT14.....	120
Tabela 46. Número de Servidores por sexo.....	120
Tabela 47. Número de pessoal terceirizado por área. ....	120
Tabela 48. Número de aposentadorias por tipo. ....	120
Tabela 49. Relação nominal de novos Servidores que tomaram posse no ano de 2016 e respectiva lotação.....	121
Tabela 50. Estatística geral das capacitações realizadas (Magistrados).....	142
Tabela 51. Estatística geral das capacitações realizadas (Servidores) .....	142
Tabela 52. Desenvolvimento gerencial para ocupantes de cargos de chefia. ....	143
Tabela 53. Histórico geral das capacitações (Servidores e Magistrados).....	144
Tabela 54. Histórico das capacitações por localidade. ....	145
Tabela 55. Número de procedimentos da Junta Médica e Pericial. Legenda: LTS = Licença para tratamento de saúde. PF = Pessoa da família. ....	150
Tabela 56. Número de procedimentos preventivos.....	151
Tabela 57. Número de procedimentos clínicos .....	151
Tabela 58. Número de atendimentos psicossociais.....	151
Tabela 59. Resultados dos benefícios concedidos a Magistrados, Servidores e Dependentes. ....	152
Tabela 60. Resultados dos procedimentos clínicos odontológicos oferecidos a Magistrados, Servidores e Dependentes.....	152
Tabela 61. Resultados do Programa odontológico preventivo para Dependentes de Servidores e Magistrados.....	153
Tabela 62. Despesas realizadas com utilização de recursos da MP 740/2016 .....	154
Tabela 63. Pagamento de aposentadorias e pensões.....	154
Tabela 64. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes .....	155
Tabela 65. Contribuição da União e suas Autarquias e Fundações para o Regime Próprio.....	156
Tabela 66. Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Plácido de Castro ..	157
Tabela 67. Aquisição de Terreno para Ampliar o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC.....	158
Tabela 68. Pagamento de Pessoal Ativo .....	159
Tabela 69. Ajuda de Custo para o Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.....	160
Tabela 70. Plano Orçamentário: 0000/0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho .....	161
Tabela 71. Plano Orçamentário: 0002 - Capacitação de Recursos Humanos.....	162
Tabela 72. Manutenção das Varas itinerantes .....	163
Tabela 73. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	164
Tabela 74. Plano Orçamentário: 0006 - Trabalho Seguro.....	165
Tabela 75. Plano Orçamentário: 0007 - Combate ao Trabalho Infantil .....	165
Tabela 76. Plano Orçamentário: MPO1 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Medida Provisória.....	166
Tabela 77. Despesas realizadas com utilização de recursos da MP 740/2016 .....	167

Tabela 78. Comunicação e Divulgação Institucional.....	167
Tabela 79. Assistência Médica e Odontológica.....	168
Tabela 80. Benefício Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade .....	170
Tabela 81. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores.....	171
Tabela 82. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores.....	171
Tabela 83. Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares .....	172
Tabela 84. Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militar. ....	173
Tabela 85. Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC .....	174
Tabela 86. Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira .....	174
Tabela 87. Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ariquemes.....	175
Tabela 88. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	175
Tabela 89. Classificação dos veículos oficiais. ....	188
Tabela 90. Histórico da frota de veículos – Classificação por categoria. ....	188
Tabela 91. Quadro de Provimento da SETIC.....	198
Tabela 92. Projetos de TIC em 2016. ....	199
Tabela 93. Ações de Investimentos e Custeio .....	200
Tabela 94. Treinamentos realizados pelos Servidores da SETIC no ano de 2016 .....	200

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - PERSPECTIVA SOCIEDADE .....</b>	<b>24</b>
1 EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	25
1.1 Movimentação Processual.....	25
1.1.1 Movimentação processual de 2º Grau .....	25
1.1.2 Movimentação processual do 1º Grau .....	25
1.2 Movimentação processual de Cálculos Judiciais .....	30
1.3 Varas Itinerantes.....	34
1.4 Gestão de Precatórios .....	41
1.4.1 Certificação “Precatório Zero” .....	41
2 OUVIDORIA-GERAL.....	46
2.1 Ouvidoria do TRT da 14ª Região implementa novo formulário de atendimento eletrônico .....	47
3 CORREIÇÕES .....	47
3.1 Abertura do Calendário de Correições.....	47
4 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS.....	52
4.1 Plano de Logística Sustentável é implantado no TRT14.....	52
4.2 Uso consciente dos recursos.....	55
4.2.1 TRT institui Meta Regional para reduzir custos e otimizar os recursos .....	55
5 JUSTIÇA DO TRABALHO SOLIDÁRIA .....	60
6 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO VAI À EMPRESA” .....	67
7 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO DE PORTAS ABERTAS” .....	68
8 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO VAI À ESCOLA” .....	74
9 TRT COMUNIDADE .....	75
10 PARCERIAS INSTITUCIONAIS.....	80
10.1 Semana Nacional da Aprendizagem.....	80
10.2 Dia Nacional de Combate ao mosquito da dengue .....	82
10.3 Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho.....	82
10.4 TRT14 RO/AC e TJ-RO firmam parceria para compartilhamento de centro de dados ..	83
10.5 Combate ao trabalho infantil rural .....	83
10.6 TRT14 apresenta os benefícios do seu planejamento estratégico em Belem do Pará ..	84
<b>CAPÍTULO II - PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS.....</b>	<b>85</b>
11 CONCILIAÇÃO E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO.....	86
11.1 Semana Nacional da Conciliação Trabalhista .....	86
11.2 TRT da 14ª Região se destaca entre os Tribunais de médio e pequeno portes com mais de R\$ 30 mi em acordos.....	105
11.3 Acordo é homologado na Justiça do Trabalho entre MPT, empresas de transporte coletivo e Sitetuperon .....	105

11.4 3º Encontro Nacional de Coordenadores de Núcleos e Centros Judiciários de Conciliação.....	91
12 EXECUÇÕES TRABALHISTAS.....	91
12.1 TRT14 fecha Semana da Execução com 8,7 milhões em acordos .....	91
13 GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA .....	97
13.1 Plano de Gestão biênio 2015-2016.....	97
13.2 Reuniões de Análise da Estratégia de 2016 (RAEs) .....	99
13.3 TRT de Rondônia e Acre recebe Selo Diamante.....	105
14 METAS .....	107
14.1 Metas Nacionais do CNJ - 2016 .....	107
14.2 Meta Específica CSJT – 2016.....	108
14.2.1 Meta específica 1 da Justiça do Trabalho .....	108
14.3 Meta Regional do TRT14.....	110
14.3.1 Meta Regional 1 .....	111
15 GESTÃO DO CONHECIMENTO .....	112
15.1 Biblioteca do Tribunal .....	112
16 EVENTOS INSTITUCIONAIS.....	113
16.1 TRT da 14ª Região comemora 30 anos de instalação .....	113
17 CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL .....	115
17.1 Uso do Sistema “Hangouts” .....	115
<b>CAPÍTULO III - PERSPECTIVA RECURSOS .....</b>	<b>118</b>
18 GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	119
18.1 Magistrados.....	119
18.2 Servidores .....	119
18.3 Concurso Público .....	121
18.4 Magistrados.....	123
19 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA EM GESTÃO DE PESSOAS .....	125
20 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO .....	129
21 PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA .....	145
22 GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ DO ORÇAMENTO.....	153
22.1 Corte no orçamento da Justiça do Trabalho .....	153
22.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	154
22.3 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho .....	161
22.4 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS .....	174
23 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	176
23.1 Instalações físicas de unidades administrativas e judiciais .....	176
23.2 Aplicabilidade aos servidores com deficiência (Capítulo III da Res. CNJ nº 230/16) ..	176
23.3 Obra de ampliação no Fórum Trabalhista de Rio Branco (AC) .....	185
23.4 TRT14 adquire terreno para ampliação do Fórum Trabalhista de Rio Branco.....	187
23.5 Gestão da Frota de Veículos .....	187

23.6 Aquisição de novos veículos.....	189
23.7 Entrega de novos veículos.....	190
24 GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	191
24. 1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação .....	191
24.2 Oficinas de revisão do Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação e Comunicação .....	192
24.3 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) .....	196
24.4 Gestão da Tecnologia da Informação.....	197
24.5 Força de Trabalho .....	198
24.6 Escritório de Projetos de TIC .....	198
24.7 Projetos de TIC.....	199
24.8 Investimentos na área de TIC.....	200
24.9 Plano de Capacitação do Pessoal de TIC.....	200
24.10 TRT14 apresenta ferramenta de TI em congresso de Inovações.....	202
25 DIRIGENTES PARA O BIÊNIO 2017-2018 SÃO ACLAMADOS PELO TRIBUNAL PLENO	203

**Capítulo I**  
***Perspectiva***  
**SOCIEDADE**

***Objetivos***

- EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

## 1 EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### 1.1 Movimentação Processual

#### 1.1.1 Movimentação processual de 2º Grau

Tabela 1. Histórico dos processos recebidos e solucionados (2º Grau)

PERÍODO	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS SOLUCIONADOS
2010	5146	5088
2011	5280	5291
2012	6660	6432
2013	6229	6583
2014	6368	5571
2015	6907	6491
2016	10406	10087

**Fonte:** Sistema de Gerenciamento das Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (data-base: 31/12/2016)

A movimentação processual do 2º Grau de Jurisdição alcançou o número de 10.406 processos recebidos em 2016, o que representou um aumento de 44% em relação à quantidade de processos recebidos em 2015. Esses resultados demonstram a importância do 2º Grau de Jurisdição para a Justiça Trabalhista, bem como chama atenção para as possíveis consequências no caso de aplicação da Resolução nº 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a distribuição de Servidores, cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus, e que diminui a força de trabalho quase pela metade nos Gabinetes do TRT da 14ª Região ( 2º grau).

#### 1.1.2 Movimentação processual do 1º Grau

Tabela 2. Histórico dos processos recebidos e solucionados – conhecimento (1º grau)

PERÍODO	TOTAL DE PROCESSOS RECEBIDOS	TOTAL DE PROCESSOS SOLUCIONADOS
2012	28.127	26.713
2013	25.584	25.637
2014	26.983	26.351
2015	29.553	28.722
2016	29.166	27.938

**Fonte:** Sistema de Gerenciamento das Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (data-base: 31/12/2016)

Tabela 3. Processos recebidos e solucionados (1º Grau)

VARA TRABALHISTA (VT)	Recebidos por VT			Solucionados		
	Casos Novos	Outros	Total	Sentença	Acordo	Total
Ariquemes- 1ª Vara	608	5	613	333	303	636
Ariquemes- 2ª Vara	614	4	618	400	224	624
Buritis- 1ª Vara	212	-	212	146	81	227
Cacoal- 1ª Vara	1.058	10	1.068	991	344	1.335
Colorado do Oeste- 1ª Vara	408	-	408	326	95	421
Cruzeiro do Sul- 1ª Vara	823	1	824	533	166	699
Epitaciolândia- 1ª Vara	456	1	457	365	103	468
Feijó- 1ª Vara	759	-	759	634	155	789
Guajará-Mirim- 1ª Vara	304	2	306	198	115	313
Jaru-1ª Vara	279	1	280	211	116	327
Ji-Paraná- 1ª Vara	1.408	2	1.410	576	810	1.386
Ji-Paraná- 2ª Vara	1.430	7	1.437	504	798	1.302
Machadinho D'Oeste-1ª Vara	288	-	288	150	154	304
Ouro Preto do Oeste- 1ª Vara	337	-	337	239	103	342
Pimenta Bueno- 1ª Vara	682	5	687	330	405	735
Plácido de Castro- 1ª Vara	703	-	703	428	62	490
Porto Velho- 1ª Vara	1.366	8	1.374	819	313	1.132
Porto Velho- 2ª Vara	1.377	13	1.390	1.013	198	1.211
Porto Velho- 3ª Vara	1.396	9	1.405	886	261	1.147
Porto Velho- 4ª Vara	1.394	6	1.400	886	288	1.174
Porto Velho- 05ª Vara	1.391	3	1.394	930	321	1.251
Porto Velho- 06ª Vara	1.385	3	1.388	860	288	1.148
Porto Velho- 07ª Vara	1.353	9	1.362	928	316	1.244
Porto Velho- 08ª Vara	1.381	8	1.389	757	329	1.086
Rio Branco- 01ª Vara	1.231	1	1.232	895	348	1.243
Rio Branco- 02ª Vara	1.240	1	1.241	973	478	1.451
Rio Branco- 03ª Vara	1.265	1	1.266	978	410	1.388
Rio Branco- 04ª Vara	1.280	4	1.284	1.070	362	1.432
Rolim de Moura- 1ª Vara	949	5	954	498	504	1.002
São Miguel do Guaporé- 1ª Vara	285	1	286	157	147	304
Sena Madureira- 1ª Vara	440	-	440	241	138	379
Vilhena- 1ª Vara	942	12	954	628	320	948
<b>Total</b>	<b>29044</b>	<b>122</b>	<b>29166</b>	<b>18883</b>	<b>9055</b>	<b>27938</b>

**Fonte:** Sistema de Gerenciamento das Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (data-base: 31/12/2016)

Tabela 4. Processos solucionados por Magistrado – Fase de Conhecimento – 1º Grau

Magistrados	Solucionados												Total
	Com Exame de Mérito							Sem Exame de Mérito					
	Conciliações	Julgados Procedentes	Julgados Procedentes em Parte	Julgados Improcedentes	Extintos	Outras decisões	Subtotal	Extintos	Arquivamento	Desistência	Outras decisões	Subtotal	
AFRÂNIO VIANA GONÇALVES	2	3	9	2	-	-	16	-	1	1	1	3	19
ANA CARLA DOS REIS	102	24	126	15	2	-	269	12	38	18	-	68	337
ANA CELIA DE ALMEIDA SOARES	111	12	218	49	4	2	396	28	54	46	70	198	594
ANA MARIA ROSA DOS SANTOS	100	83	26	5	-	-	214	15	9	3	1	28	242
ANA PAULA SANTOS MENDONÇA	129	93	160	77	1	-	460	16	15	6	4	41	501
ANDREA ALEXANDRA BARRETO FERREIRA	194	19	122	9	-	-	344	32	61	34	21	148	492
ANDRÉ SOUSA PEREIRA	55	8	62	13	-	-	138	10	24	3	3	40	178
ANTONIO CÉSAR COELHO DE MEDEIROS PEREIRA	212	15	225	72	4	-	528	15	84	40	45	184	712
AUGUSTO NASCIMENTO CARIGÉ	393	13	88	55	3	-	552	60	27	38	2	127	679
CÂNDIDA MARIA FERREIRA XAVIER	225	4	103	12	1	-	345	15	49	27	9	100	445
CARLOS ANTONIO CHAGAS JUNIOR	115	47	19	7	1	1	190	7	41	71	4	123	313
CAROLINA DA SILVA CARRILHO ROSA	622	8	124	36	2	-	792	33	36	61	25	155	947
CELSO ANTONIO BOTAO CARVALHO JUNIOR	146	431	89	21	4	-	691	10	50	48	15	123	814
CHRISTIANA D'ARC DAMASCENO OLIVEIRA	52	174	166	4	1	-	397	6	56	15	-	77	474
CLEIDE APARECIDA BARBOSA SANTINI	126	4	54	12	-	-	196	35	36	24	5	100	296
CLEVERSON OLIVEIRA ALARCON LIMA	102	4	85	21	-	-	212	72	53	12	2	139	351
CONSUELO ALVES VILA REAL	386	23	132	31	1	-	573	11	54	52	1	118	691
DANIEL GONÇALVES DE MELO	161	145	138	40	-	-	484	5	76	20	15	116	600

DOROTHEO BARBOSA NETO	129	9	227	30	1	-	396	19	45	26	2	92	<b>488</b>
EDSON CARVALHO BARROS JÚNIOR	228	46	237	47	11	-	569	69	116	59	34	278	<b>847</b>
EDUARDO ANTÔNIO O'DONNELL GALARÇA LIMA	120	110	64	5	1	-	300	4	25	20	4	53	<b>353</b>
ELISA AUGUSTA DE SOUZA TAVARES	98	7	81	21	2	-	209	15	48	25	24	112	<b>321</b>
EUDES LANDES RINALDI	81	14	47	12	-	-	154	12	28	32	1	73	<b>227</b>
FÁBIO LUCAS TELLES DE MENEZES ANDRADE SANDIM	187	11	281	53	-	-	532	65	142	51	35	293	<b>825</b>
FERNANDA ANTUNES MARQUES JUNQUEIRA	232	24	176	74	2	-	508	36	96	53	11	196	<b>704</b>
GISELLE BRINGEL DE OLIVEIRA LIMA	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
ISABEL CARLA DE MELLO MOURA PIACENTINI	188	33	175	45	-	-	441	48	77	34	25	184	<b>625</b>
JAILSON DUARTE	131	13	227	58	3	-	432	43	53	51	72	219	<b>651</b>
JAMILLE CARVALHO RIBEIRO PIRES	186	37	219	39	1	-	482	9	101	60	29	199	<b>681</b>
JOANA MARIA SA DE ALENCAR TOMAZ	159	41	192	37	2	-	431	57	91	46	31	225	<b>656</b>
JOBEL AMORIM DAS VIRGENS FILHO	98	7	178	51	3	-	337	50	71	30	36	187	<b>524</b>
JOSE CARLOS HADAD DE LIMA	140	11	27	29	-	-	207	18	32	20	5	75	<b>282</b>
JOSE ROBERTO COELHO MENDES JUNIOR	142	30	238	106	1	-	517	37	81	47	32	197	<b>714</b>
JOSÉ ROBERTO DA SILVA	105	12	288	46	-	-	451	77	49	30	53	209	<b>660</b>
LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE	143	9	138	20	-	-	310	26	70	59	38	193	<b>503</b>
LUCIANA MENDES ASSUMPÇÃO	151	63	331	15	-	-	560	9	22	17	3	51	<b>611</b>
LUIZ JOSE ALVES DOS SANTOS JUNIOR	142	19	121	35	1	-	318	23	74	20	35	152	<b>470</b>
MARCELLA DIAS ARAÚJO FREITAS	150	4	167	23	1	-	345	48	63	32	35	178	<b>523</b>
MARCELO TANDLER PAES CORDEIRO	112	4	92	33	3	1	245	28	54	49	15	146	<b>391</b>
MARINES DENKIEVICZ TEDESCO FRAGA	153	32	186	25	-	-	396	3	64	42	15	124	<b>520</b>

MARLENE ALVES DE OLIVEIRA	161	17	242	38	-	-	458	9	84	26	21	140	<b>598</b>
MONICA HARUMI UEDA	97	67	107	63	3	-	337	32	36	18	-	86	<b>423</b>
OSMAR JOÃO BARNEZE	429	26	84	62	2	-	603	54	26	42	13	135	<b>738</b>
RENATA ALBUQUERQUE PALCOSKI	40	8	38	6	-	-	92	5	27	5	1	38	<b>130</b>
RENATA NUNES DE MELO	127	4	52	17	-	-	200	43	43	15	5	106	<b>306</b>
RICARDO CÉSAR LIMA DE CARVALHO SOUSA	160	16	135	55	1	-	367	62	69	41	28	200	<b>567</b>
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	19	-	9	-	-	-	28	1	1	8	-	10	<b>38</b>
SHIKOU SADAHIRO	31	5	39	6	-	-	81	3	13	8	10	34	<b>115</b>
SILMARA NEGRETT MOURA	343	51	397	11	1	-	803	15	88	56	45	204	<b>1.007</b>
SONEANE RAQUEL DIAS LOURA	122	7	140	47	3	-	319	64	54	45	37	200	<b>519</b>
TATIANE DAVID LUIZ FARIA	121	3	166	40	-	-	330	26	65	49	37	177	<b>507</b>
THIAGO ALBERTO DE SOUSA	277	7	83	2	1	-	370	3	25	14	7	49	<b>419</b>
TIAGO RUAS DIEGUEZ	72	9	52	17	-	-	150	5	31	19	5	60	<b>210</b>
VERIDIANA ULLMANN DE CAMPOS	136	11	186	40	-	-	373	19	43	27	39	128	<b>501</b>
VICENTE ANGELO SILVEIRA REGO	144	12	130	8	-	-	294	18	66	26	10	120	<b>414</b>
VITOR LEANDRO YAMADA	114	4	87	46	1	-	252	24	27	7	7	65	<b>317</b>
WADLER FERREIRA	178	23	182	25	-	-	408	16	23	10	6	55	<b>463</b>
WAGSON LINDOLFO JOSE FILHO	176	11	108	20	-	-	315	5	23	30	30	88	<b>403</b>
<b>Total</b>	<b>9055</b>	<b>1927</b>	<b>7877</b>	<b>1788</b>	<b>68</b>	<b>4</b>	<b>20.719</b>	<b>1482</b>	<b>2910</b>	<b>1768</b>	<b>1059</b>	<b>7.219</b>	<b>27938</b>

**Fonte:** Sistema de Gerenciamento das Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (data-base: 31/12/2016)

## 1.2 Movimentação processual de Cálculos Judiciais

Tabela 5. Movimentação de processos no Núcleo de Cálculos Judiciais -exercício 2016.

<b>JANEIRO/2016 (Tempo médio: 17 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	472	19	0	0	491
Processos recebidos	344	62	19	4	429
Processos devolvidos	208	31	8	4	251
Processos pendentes	608	50	11	0	669
Prazo médio devolvidos	83	40,68	2,87	3	-
Reclamantes beneficiados	219	35	8	4	266
<b>FEVEREIRO/2016 (Tempo médio: 18 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	608	50	11	0	669
Processos recebidos	433	78	14	4	529
Processos devolvidos	418	91	24	4	537
Processos pendentes	622	37	1	0	661
Prazo médio devolvidos	91,37	44,75	4,16	2,25	-
Reclamantes beneficiados	497	227	52	4	780
<b>MARÇO/2016 (Tempo médio: 20 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	622	37	1	0	661
Processos recebidos	382	73	73	5	533
Processos devolvidos	476	50	74	5	605
Processos pendentes	528	60	0	0	589
Prazo médio devolvidos	57,09	42,2	9,45	1,2	-
Reclamantes beneficiados	479	57	100	5	641

<b>ABRIL/2016 - (Tempo médio: 20 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	528	60	0	0	589
Processos recebidos	441	85	4	17	547
Processos devolvidos	399	72	4	5	480
Processos pendentes	570	73	0	12	655
Prazo médio devolvidos	46,33	19,4	3,25	4,6	-
Reclamantes beneficiados	413	375	4	5	797
<b>MAIO/2016 - (Tempo médio: 20 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	570	73	0	12	656
Processos recebidos	486	49	13	3	551
Processos devolvidos	454	101	11	15	581
Processos pendentes	602	21	2	0	626
Prazo médio devolvidos	44,19	25,53	4,91	4,8	-
Reclamantes beneficiados	471	116	1545	15	2147
<b>JUNHO/2016 (Tempo médio: 22 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	602	21	2	0	626
Processos recebidos	580	78	245	10	913
Processos devolvidos	560	68	247	10	885
Processos pendentes	622	31	0	0	654
Prazo médio devolvidos	32,88	13,76	3,02	0,9	-
Reclamantes beneficiados	678	77	247	10	1012
<b>JULHO/2016 (Tempo médio: 21 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>

Processos pendentes do mês anterior	622	31	0	0	654
Processos recebidos	504	39	137	5	685
Processos devolvidos	458	45	137	5	645
Processos pendentes	668	25	0	0	694
Prazo médio devolvidos	32,43	14	3,8	2,4	-
Reclamantes beneficiados	593	52	137	5	787
<b>AGOSTO/2016 (Tempo médio: 22 dias úteis)</b>					
PROCESSOS	PJE	PROCESSO FÍSICO	PRECATÓRIOS	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	TOTAL
Processos pendentes do mês anterior	667	25	0	0	694
Processos recebidos	572	54	218	24	868
Processos devolvidos	472	50	214	16	752
Processos pendentes	767	29	4	8	810
Prazo médio devolvidos	35,03	12,82	5,65	1,13	-
Reclamantes beneficiados	623	66	215	16	920
<b>SETEMBRO/2016 (Tempo médio: 21 dias úteis)</b>					
PROCESSOS	PJE	PROCESSO FÍSICO	PRECATÓRIOS	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	TOTAL
Processos pendentes do mês anterior	767	29	4	8	810
Processos recebidos	502	42	24	1	569
Processos devolvidos	462	55	28	9	554
Processos pendentes	807	16	0	0	825
Prazo médio devolvidos	42,25	26	6,46	2,77	-
Reclamantes beneficiados	501	70	30	9	610
<b>OUTUBRO (Tempo médio: 19 dias úteis)</b>					
PROCESSOS	PJE	PROCESSO FÍSICO	PRECATÓRIOS	REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	TOTAL
Processos pendentes do mês anterior	807	16	0	0	825

Processos recebidos	441	49	11	7	508
Processos devolvidos	406	34	0	7	458
Processos pendentes	842	31	2,09	0	875
Prazo médio devolvidos	56,43	14,79	11	1,42	-
Reclamantes beneficiados	521	69	19	7	616
<b>NOVEMBRO/2016 (Tempo médio: 19 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	842	31	0	0	873
Processos recebidos	497	36	30	17	579
Processos devolvidos	541	45	29	17	632
Processos pendentes	797	22	1	0	820
Prazo médio devolvidos	41,26	15,08	1,62	1,74	-
Reclamantes beneficiados	554	70	117	122	863
<b>DEZEMBRO/2016 (Tempo médio: 12 dias úteis)</b>					
<b>PROCESSOS</b>	<b>PJE</b>	<b>PROCESSO FÍSICO</b>	<b>PRECATÓRIOS</b>	<b>REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR</b>	<b>TOTAL</b>
Processos pendentes do mês anterior	797	22	1	0	820
Processos recebidos	296	38	5	10	349
Processos devolvidos	344	7	6	7	364
Processos pendentes	749	53	0	3	805
Prazo médio devolvidos	53,16	5,43	3,83	3,57	-
Reclamantes beneficiados	553	7	6	7	573

**Fonte:** Secretaria Judiciária/Núcleo de Cálculos Judiciais (data-base: 31/12/2016)

Tabela 6. Resumo geral da movimentação dos processos no Núcleo de Cálculos Judiciais – exercício 2016

MÊS	PROCESSOS QUE ENTRARAM EM 2016	PROCESSOS QUE SAÍRAM EM 2016	PENDENTES PARA 2017
Janeiro	429	251	669
Fevereiro	529	537	661
Março	533	605	589
Abril	547	480	656
Maio	551	581	626
Junho	913	885	654
Julho	685	645	694
Agosto	868	752	810
Setembro	569	554	825
Outubro	508	458	875
Novembro	579	632	820
Dezembro	349	364	805
<b>TOTAL</b>	<b>7058</b>	<b>6744</b>	<b>805</b>

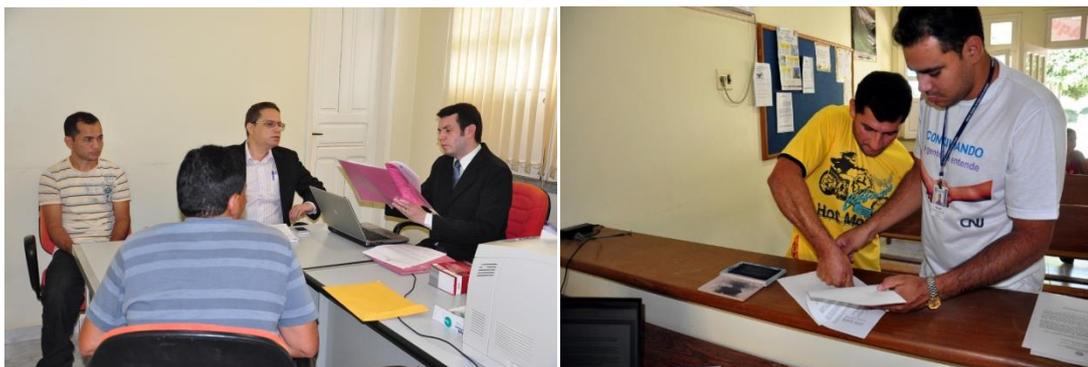
Fonte: Secretaria Judiciária/Núcleo de Cálculos Judiciais (data-base: 31/12/2016)

### 1.3 Varas Itinerantes

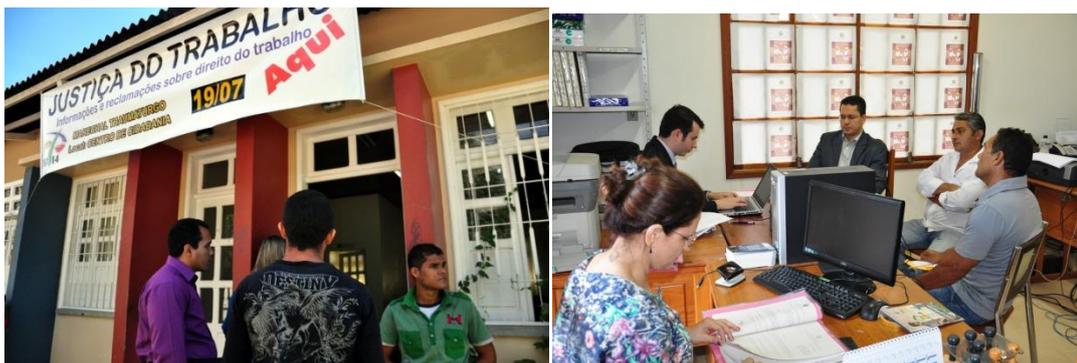
O Tribunal Regional da 14ª Região retomou em fevereiro os trabalhos do primeiro ciclo da Vara Itinerante em 2016, com a divulgação das datas e locais em que a equipe da Justiça do Trabalho esteve atendendo.

As Varas Itinerantes permitem às comunidades de localidades afastadas das cidades sede de Varas do Trabalho, bem como algumas de difícil acesso, como é o caso de Municípios do Vale do Juruá, na fronteira com o Peru, a exercerem seus direitos de resolver os conflitos nas relações de trabalho e receber orientações.





Ademais, as atividades itinerantes também são a oportunidade de disseminar o conhecimento sobre os direitos trabalhistas e da missão do TRT14, por meio de palestras de Juízes e Servidores em escolas e empresas, nos programas "Justiça do Trabalho Vai à Escola" e "Justiça do Trabalho Vai à Empresa", com entrega da Carta de Serviços ao Cidadão, entre outros.



As Varas Itinerantes do TRT14 registraram no primeiro semestre de 2016, 526 atendimentos e 211 ações judiciais ajuizadas, o que representou um aumento de 169% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O desempenho refere-se ao chamado 1º ciclo, dividido em três fases: divulgação, tomada de reclamações (atermações) e audiências.

Ao final de todos os ciclos, 64 localidades foram atendidas, conforme quadro a seguir.

Tabela 7. Número de atendimentos prestados pelas Varas Itinerantes por ciclo.

Localidade	Atendimentos prestados - 2016		Total
	1º ciclo	2º ciclo	
PV / Jaci-Paraná	5	5	10
PV / Triunfo	9	5	14
PV / Candeias do Jamari	9	2	11
PV / União Bandeirantes	7	3	10
PV / Itapuã do Oeste	6	7	13
GM / Vista Alegre	16	7	23
GM / Nova Mamoré	2	4	6
GM / Nova Dimensão	3	2	5
RBO / Extrema	11	5	16
RBO / Capixaba	15	9	24
RBO / Nova Califórnia	2	4	6
RBO / Porto Acre	3	4	7
RBO / Vila do V	4	1	5
RBO / Sen. Guiomard	8	15	23
RBO / Bujari	8	10	18
PLC / Acrelândia	25	16	41
PLC / Vila Campinas	3	14	17
EPT / Assis Brasil	32	10	42
EPT / Xapuri	53	12	65
ARQ / Rio Crespo	2	0	2

ARQ / Alto Paraíso	4	1	5
ARQ / Monte Negro	0	3	3
ARQ / Cacaulândia	2	3	5
MDO / Cujubim	11	9	20
MDO / Vale do Anari	5	4	9
BRT / Campo Novo	2	4	6
JAR / Jorge Teixeira	2	1	3
JAR / Theobroma	2	2	4
OPO / Mirante da Serra	2	2	4
OPO / Nova União	1	4	5
OPO / Rondominas	0	0	0
OPO / Teixeirópolis	3	3	6
OPO / Urupá	3	3	6
OPO / Vale do Paraíso	2	0	2
JP / Presidente Médici	0	0	0
JP / Alvorada d'Oeste	0	0	0
JP / Castanheira	0	0	0
PB / Espigão d'Oeste	4	0	4
PB / Parecis	0	0	0
PB / Primavera de RO	0	0	0
PB / São Felipe d'Oeste	0	0	0
CL /Ministro Andreazza	0	0	0
RM / Alta Floresta	14	3	17
RM / Alto Alegre	2	0	2
RM / Nova Brasilândia	3	4	7
RM / Novo Horizonte	0	4	4
RM / Santa Luzia	2	1	3
SMG / Costa Marques	11	5	16
SMG / São Domingos	5	5	10
SMG / São Francisco	5	6	11
SMG / Seringueiras	6	2	8
VHA / Chupinguaia	0	0	0
COL / Cabixi	14	15	29
COL / Cerejeiras	0	0	0
COL / Corumbiara	16	10	26
COL / Pimenteiras	13	14	27
SMD / Manoel Urbano	49	36	85
SMD / Santa Rosa	-	24	24
CZS / Mâncio Lima	0	3	3
CZS / Rodrigues Alves	6	7	13
CZS / Mal. Thaumaturgo	-	5	5
CZS / Porto Walter	-	0	0
FJ / Tarauacá	114	105	219
FJ / Jordão	-	23	23
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>446</b>	<b>972</b>

**Fonte:** Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016).

No período de 18 a 21 de outubro de 2016, moradores dos Municípios de difícil acesso, localizados na região de fronteira do Acre com o Peru, na Amazônia Peruana, foram atendidos pela Justiça do Trabalho em mais uma etapa da realização das atividades da Vara do Trabalho Itinerante do TRT14.



Nessa etapa os trabalhadores das localidades atendidas tiveram oportunidade de procurar a Justiça do Trabalho para agendar audiência com a presença do Magistrado para tentativa de solucionar possíveis demandas trabalhistas.

A referida ação iniciou-se no Município de Santa Rosa do Purus. A Vara do Trabalho Itinerante também esteve em Jordão (AC), em Marechal Thaumaturgo (AC) e Porto Valter (AC).

Tabela 8. Número de ações ajuizadas nas Varas Itinerantes por ciclo.

Localidade	Ações Ajuizadas - 2016		Total
	1º ciclo	2º ciclo	
PV / Jaci-Paraná	1	2	3
PV / Triunfo	4	2	6
PV / Candeias do Jamari	2	0	2
PV / União Bandeirantes	2	0	2
PV / Itapuã do Oeste	2	3	5
GM / Vista Alegre	9	4	13
GM / Nova Mamoré	0	2	2
GM / Nova Dimensão	0	0	0
RBO / Extrema	2	0	2
RBO / Capixaba	8	2	10
RBO / Nova Califórnia	0	0	0
RBO / Porto Acre	0	0	0
RBO / Vila do V	0	1	1
RBO / Sen. Guiomard	2	6	8

RBO / Bujari	1	1	2
PLC / Acrelândia	13	3	16
PLC / Vila Campinas	1	7	8
EPT / Assis Brasil	9	10	19
EPT / Xapuri	13	11	24
ARQ / Rio Crespo	0	0	0
ARQ / Alto Paraíso	0	0	0
ARQ / Monte Negro	0	0	0
ARQ / Cacaupê	0	0	0
MDO / Cujubim	7	2	9
MDO / Vale do Anari	0	0	0
BRT / Campo Novo	0	0	0
JAR / Jorge Teixeira	0	0	0
JAR / Theobroma	0	0	0
OPO / Mirante da Serra	1	0	1
OPO / Nova União	1	0	1
OPO / Rondominas	0	0	0
OPO / Teixeiraópolis	2	1	3
OPO / Urupá	0	0	0
OPO / Vale do Paraíso	1	0	1
JP / Presidente Médici	0	0	0
JP / Alvorada d'Oeste	0	0	0
JP / Castanheira	0	0	0
PB / Espigão d'Oeste	2	0	2
PB / Parecis	0	0	0
PB / Primavera de RO	0	0	0
PB / São Felipe d'Oeste	0	0	0
CL /Ministro Andreazza	0	0	0
RM / Alta Floresta	1	0	1
RM / Alto Alegre	0	0	0
RM / Nova Brasilândia	0	1	1
RM / Novo Horizonte	0	0	0
RM / Santa Luzia	0	0	0
SMG / Costa Marques	7	2	9
SMG / São Domingos	3	4	7
SMG / São Francisco	2	2	4
SMG / Seringueiras	2	1	3
VHA / Chupinguaia	0	0	0
COL / Cabixi	0	1	1
COL / Cerejeiras	0	0	0
COL / Corumbiara	0	0	0
COL / Pimenteiras	0	0	0
SMD / Manoel Urbano	30	27	57
SMD / Santa Rosa	-	24	24
CZS / Mâncio Lima	0	0	0
CZS / Rodrigues Alves	4	3	7

CZS / Mal. Thaumaturgo	-	5	5
CZS / Porto Walter	-	0	0
FJ / Tarauacá	79	95	174
FJ / Jordão	-	23	23
<b>TOTAIS</b>	<b>211</b>	<b>245</b>	<b>456</b>

Fonte: Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016).

Tabela 9. Percentual de ações ajuizadas em relação aos atendimentos prestados pelas Varas Itinerantes no exercício 2015.

Localidade	Atendimentos prestados	Ações ajuizadas	Percentual de ações ajuizadas em relação aos atendimentos prestados
PV / Jaci-Paraná	10	3	30,00
PV / Triunfo	14	6	42,86
PV / Candeias do Jamari	11	2	18,18
PV / União Bandeirantes	10	2	20,00
PV / Itapuã do Oeste	13	5	38,46
GM / Vista Alegre	23	13	56,52
GM / Nova Mamoré	6	2	33,33
GM / Nova Dimensão	5	0	0,00
RBO / Extrema	16	2	12,50
RBO / Capixaba	24	10	41,67
RBO / Nova Califórnia	6	0	0,00
RBO / Porto Acre	7	0	0,00
RBO / Vila do V	5	1	20,00
RBO / Sen. Guiomard	23	8	34,78
RBO / Bujari	18	2	11,11
PLC / Acrelândia	41	16	39,02
PLC / Vila Campinas	17	8	47,06
EPT / Assis Brasil	42	19	45,24
EPT / Xapuri	65	24	36,92
ARQ / Rio Crespo	2	0	0,00
ARQ / Alto Paraíso	5	0	0,00
ARQ / Monte Negro	3	0	0,00
ARQ / Cacaupôlandia	5	0	0,00
MDO / Cujubim	20	9	45,00
MDO / Vale do Anari	9	0	0,00
BRT / Campo Novo	6	0	0,00
JAR / Jorge Teixeira	3	0	0,00
JAR / Theobroma	4	0	0,00
OPO / Mirante da Serra	4	1	25,00
OPO / Nova União	5	1	20,00
OPO / Rondonias	0	0	
OPO / Teixeiraópolis	6	3	50,00
OPO / Urupá	6	0	0,00
OPO / Vale do Paraíso	2	1	50,00
JP / Presidente Médici	0	0	

JP / Alvorada d'Oeste	0	0	
JP / Castanheira	0	0	
PB / Espigão d'Oeste	4	2	50,00
PB / Parecis	0	0	
PB / Primavera de RO	0	0	
PB / São Felipe d'Oeste	0	0	
CL /Ministro Andreazza	0	0	
RM / Alta Floresta	17	1	5,88
RM / Alto Alegre	2	0	0,00
RM / Nova Brasilândia	7	1	14,29
RM / Novo Horizonte	4	0	0,00
RM / Santa Luzia	3	0	0,00
SMG / Costa Marques	16	9	56,25
SMG / São Domingos	10	7	70,00
SMG / São Francisco	11	4	36,36
SMG / Seringueiras	8	3	37,50
VHA / Chupinguaia	0	0	
COL / Cabixi	29	1	3,45
COL / Cerejeiras	0	0	
COL / Corumbiara	26	0	0,00
COL / Pimenteiras	27	0	0,00
SMD / Manoel Urbano	85	57	67,06
SMD / Santa Rosa	24	24	100,00
CZS / Mâncio Lima	3	0	0,00
CZS / Rodrigues Alves	13	7	53,85
CZS / Mal. Thaumaturgo	5	5	100,00
CZS / Porto Walter	0	0	
FJ / Tarauacá	219	174	79,45
FJ / Jordão	23	23	100,00
<b>TOTAIS</b>	<b>972</b>	<b>456</b>	<b>46,91</b>

Fonte: Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016).

## 1.4 Gestão de Precatórios

### 1.4.1 Certificação “Precatório Zero”

No dia 19 de agosto de 2016 o TRT14 entregou o "Certificado Precatório Zero" aos entes públicos que estavam em dia na Justiça do Trabalho com o pagamento de precatórios. O evento contou com a presença de Prefeitos de ambos os Estados (Rondônia e Acre), Magistrados, representantes de Autarquias e Fundações, e do Estado de Rondônia, bem como acadêmicos de Direito.

A Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur, representando a Presidência do Regional, destacou que mais de 20 mil pessoas já foram beneficiadas com os créditos alimentícios depois que o TRT instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, hoje denominado Juízo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e

Apoio à Execução (Jasconpe).



Ao final, 55 entes públicos foram agraciados com o Certificado Precatório Zero. Em Rondônia, além do Estado, 43 Municípios receberam o reconhecimento. Do Acre, o Precatório Zero foi concedido a seis Municípios, seis Autarquias e Fundações também foram contempladas.



Tabela 10. Recebimentos e pagamentos de precatórios do exercício 2016.

PRECATÓRIOS 2016							
Mês	Recebimento	Encaminhados para inclusão na proposta orçamentária	Precatórios pendentes de pagamentos ao final de cada mês		Total	Valor dos precatórios pendentes de pagamento	Precatórios Pagos
			Fora do prazo	No prazo			
Janeiro	13	0	590	267	857	R\$ 175.124.870,93	8
Fevereiro	7	0	590	276	866	R\$ 175.484.021,26	3
Março	23	0	586	300	886	R\$ 175.499.769,29	3
Abril	32	0	581	324	905	R\$ 175.981.056,31	19
Maiο	24	0	560	327	887	R\$ 175.847.723,44	10
junho	39	0	553	364	917	R\$ 184.423.243,13	0
Julho	44	244	555	366	921	R\$ 179.940.705,86	34
Agosto	14	0	552	406	958	R\$ 180.578.451,51	7
Setembro	16	0	545	400	945	R\$ 188.449.005,88	16
Outubro	29	0	544	400	944	R\$ 188.423.377,48	1
Novembro	23	0	544	459	1003	R\$ 195.499.791,23	29
Dezembro	13	0	558	453	1011	R\$ 194.725.710,94	7
<b>TOTAL</b>	<b>277</b>	<b>244</b>					<b>137</b>

Fonte: Núcleo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução(data-base: 31/12/2016)

Tabela 11. Requisições de Pequeno Valor da União do exercício 2016.

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR UNIÃO – 2016				
Mês	Pendentes de pagamento ao final de cada mês		Quantidade paga	Valores pagos (R\$)
	No Prazo	Fora do Prazo		
Janeiro	4	0	4	R\$ 39.287,54
Fevereiro	4	0	4	R\$ 33.298,98
Março	5	0	5	R\$ 40.586,78
Abril	5	0	5	R\$ 79.052,98
Maiο	15	0	15	R\$ 316.986,86
junho	10	0	10	R\$ 85.886,25
Julho	5	0	5	R\$ 64.898,99
Agosto	16	0	16	R\$ 299.307,25
Setembro	8	0	8	R\$ 157.963,33
Outubro	8	0	8	R\$ 127.588,26
Novembro	17	0	17	R\$ 2.364.605,51
Dezembro	6	0	6	R\$ 114.489,90
<b>TOTAL</b>	<b>103</b>	<b>0</b>	<b>103</b>	<b>R\$ 3.726.952,63</b>

Fonte: Núcleo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução(data-base: 31/12/2016)

Tabela 12. Resumo dos pagamentos de precatórios no 1º semestre de 2016.

<b>PRECATÓRIOS PAGOS NO 1º SEMESTRE DE 2016</b>						
<b>Executado</b>	<b>Processos pagos</b>	<b>Crédito</b>	<b>INSS</b>	<b>IRRF</b>	<b>Valor total</b>	<b>Número de beneficiados</b>
Estado de Rondônia	6	R\$ 198.938,26	R\$ 7.138,78	R\$ 1.554,87	R\$ 207.631,91	6
Município de Cerejeiras/RO	2	R\$ 172.625,48	R\$ 8.556,76	R\$ 183,77	R\$ 181.366,01	2
Município de Ji-Paraná/RO	1	R\$ 23.253,71	R\$ 5.438,62	R\$ 910,14	R\$ 29.602,47	1
Município de Machadinho D'Oeste/RO	1	R\$ 214.513,15	R\$ 55.611,70	R\$ 0,00	R\$ 270.124,85	1
Município de Pimenta Bueno/RO	29	R\$ 475.619,91	R\$ 102.824,03	R\$ 0,00	R\$ 578.443,94	29
Município de Porto Velho/RO	1	R\$ 303.283,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 303.283,92	23
Estado do Acre	5	R\$ 2.309.234,60	R\$ 255.943,58	R\$ 0,00	R\$ 2.565.178,18	80
Município de Capixaba/AC	2	R\$ 36.088,43	R\$ 6.893,11	R\$ 0,00	R\$ 42.981,54	1
Município de Plácido de Castro/AC	2	R\$ 24.888,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.888,79	2
Município de Tarauacá/AC	4	R\$ 354.328,14	R\$ 5.182,79	R\$ 0,00	R\$ 359.510,93	4
União Autarquias e Fundações – RPV	43	R\$ 595.099,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 595.099,39	43
DETRAN/RO	2	R\$ 70.215,24	R\$ 18.836,12	R\$ 1.664,01	R\$ 90.715,37	2
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>R\$ 4.778.089,02</b>	<b>R\$ 466.425,49</b>	<b>R\$ 4.312,79</b>	<b>R\$ 5.248.827,30</b>	<b>194</b>

Fonte: Núcleo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução (data-base: 31/12/2016).

Tabela 13. Resumo dos pagamentos de precatórios no 2º semestre de 2016.

<b>PRECATÓRIOS PAGOS DO 2º SEMESTRE DE 2016</b>						
<b>Executado</b>	<b>Processos pagos</b>	<b>Crédito</b>	<b>INSS</b>	<b>IRRF</b>	<b>Valor total</b>	<b>Número de pessoas beneficiadas</b>
Município de Pimenta Bueno/RO	48	R\$ 747.960,55	R\$ 203.932,04	R\$ 0,00	R\$ 951.892,59	48
Município de Porto Velho/RO	2	R\$ 701.194,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 701.194,24	73
Estado do Acre	4	R\$ 1.184.454,06	R\$ 99.937,29	R\$ 0,00	R\$ 1.284.391,35	9
Município de Brasília/AC	1	R\$ 225.646,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 225.646,60	80
Município de Feijó/AC	11	R\$ 117.612,42	R\$ 13.739,06	R\$ 0,00	R\$ 131.351,48	11
Município de Rio Branco/AC	4	R\$ 8.815.144,22	R\$ 784.168,74	R\$ 0,00	R\$ 9.599.312,96	161
Município de Manoel Urbano/AC	6	R\$ 147.351,26	R\$ 36.400,55	R\$ 0,00	R\$ 183.751,81	6
Município de Sena Madureira/AC	1	R\$ 21.324,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.324,47	1
Município de Senador Guimard/AC	1	R\$ 49.219,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.219,68	1
Município de Tarauacá/AC	2	R\$ 41.222,95	R\$ 5.781,00	R\$ 0,00	R\$ 47.003,95	2
Município de Xapuri/AC	6	R\$ 77.454,61	R\$ 12.940,75	R\$ 0,00	R\$ 90.395,36	5
União Autarquias e Fundações – PRECATÓRIOS	5	R\$ 3.104.284,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.104.284,72	14
União Autarquias e Fundações – RPV	60	R\$ 3.128.848,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.128.848,94	167
DER/RO	3	R\$ 139.233,39	R\$ 25.453,37	R\$ 0,00	R\$ 164.686,76	3
DETRAN/RO	1	R\$ 9.605,43	R\$ 3.432,93	R\$ 0,00	R\$ 13.038,36	1
<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>R\$ 18.510.557,54</b>	<b>R\$ 1.185.785,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 19.696.343,27</b>	<b>582</b>

Fonte: Núcleo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução (data-base: 31/12/2016)

## 2OUVIDORIA-GERAL

Tabela 14. Situação dos procedimentos da Ouvidoria no exercício 2016.

SITUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS - 2016		
Procedimentos concluídos no período	Total de todos os procedimentos que ainda estão em andamento	Tempo Médio de Conclusão (em dias)/Resolutividade
232	10	4,65 - 95,8%

Fonte: Ouvidora-geral (data-base: 31/12/2016)

Tabela 15. Modos de acionamento da Ouvidora-geral no exercício 2016.

MODO DE ACIONAMENTO								
Tipo de Atendimento	Procedimento Autuado	Atendimento Formulário/ <i>Online</i>	Atendimento E-mail	Atendimento Telefone	Atendimento Pessoal	Atendimento Dia do Servidor	Atendimento Dia do Cidadão	Total
	0	133	39	41	29	0	0	242

Fonte: Ouvidora-geral (data-base: 31/12/2016)

Tabela 16. Tipos de manifestação da Ouvidora-geral no exercício 2016.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO								
Orientação	Denúncia	Reclamação	Informação	Sugestão	Elogio	Crítica	Outros	Total
19	0	39	140	4	4	0	36	242

Fonte: Ouvidora-geral (data-base: 31/12/2016)

## 2.1 Ouvidoria do TRT da 14ª Região implementa novo formulário de atendimento eletrônico

A Ouvidoria do TRT14 implementou novo formulário de acesso ao TRT14, que objetiva atender os jurisdicionados que buscam manifestar-se por meio de sugestões, solicitações, informações, reclamações, denúncias e elogios, pelo *site*.

O novo formulário para o registro das manifestações está adequado à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e tornou-se mais fácil e intuitivo, considerando que questões como usabilidade e acessibilidade estão contempladas na nova interface.

TRT 14 » FALE CONOSCO » OUVIDORIA

### Formulário de registro de manifestação

**Dados pessoa física/jurídica**

CPF/CNPJ \*

Nome \*

Endereço \*

Bairro \*

CEP \*

E-mail \*

Telefone

Numero  Ramal

Celular

**Solicitação**

Tipo\*

Cabe à Ouvidoria receber os pedidos de acesso a informação previstos na Lei nº 12.527/2011

Se você tem uma idéia, encaminhe-a para nós. Ela poderá ser a chave para transformar, mudar e promover a celeridade necessária às transformações desejadas.

### OUVIDORIA GERAL

☎ Telefone: (69)3218-6369  
 ✉ E-mail: ouvidoria@trt14.jus.br  
 📍 Endereço: Prédio-sede do Tribunal, Av. Almirante Barroso, nº 600, Centro, Porto Velho (RO), CEP: 76.801-089

**Gabinete da Desembargadora-Ouvidora**

☎ Telefone: (69)3218-6344

A Ouvidoria é o canal aberto de comunicação que possibilita contato direto entre os usuários dos serviços da Justiça do Trabalho da 14ª Região.

## 3 CORREIÇÕES

### 3.1 Abertura do Calendário de Correições

O Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, Presidente e Corregedor Regional do TRT14, abriu no dia 29 de fevereiro o calendário de Correições de 2016, pela 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO).



Na abertura dos trabalhos o Corregedor destacou o caráter pedagógico da correição e a oportunidade de troca de informações para o aprimoramento continuado dos serviços prestados aos jurisdicionados.



Durante as correições que ocorreram em 2016 o Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz enfatizou a importância da disseminação das boas práticas entre as unidades, colocando sempre a presidência à disposição para colher sugestões, dúvidas e reclamações que possam servir de paradigma para melhorias dos serviços prestados pelas unidades da 14ª Região.



Segue abaixo o calendário das correições referente ao exercício 2016, no âmbito do TRT14.

Tabela 17. Correições realizadas nas Varas e Fóruns da Justiça do Trabalho no exercício 2016.

UNIDADE JUDICIÁRIA	CORREGEDOR(A)	DATA DE REALIZAÇÃO	PUBLICAÇÃO DA ATA NO DEJT - 14ª REGIÃO
2ª VT de Porto Velho	Francisco José Pinheiro Cruz	29-2 a 1º-3-2016	03/03/2016 e 11/03/2016
3ª VT de Porto Velho	Francisco José Pinheiro Cruz	03/03/2016 02:00	07/03/2016
4ª VT de Porto Velho	Francisco José Pinheiro Cruz	07/03/2016 04:00	09/03/2016
VT de São Miguel do Guaporé	Ilson Alves Pequeno Junior	08/03/2016 07:00	10/03/2016
VT de Rolim de Moura	Ilson Alves Pequeno Junior	11/03/2016 10:00	15/03/2016
VT de Epitaciolândia	Francisco José Pinheiro Cruz	14 a 15-3-2016	18/03/2016
8ª VT de Porto Velho	Francisco José Pinheiro Cruz	21 a 22-3-2016	30/03/2016
VT de Vilhena	Francisco José Pinheiro Cruz	05/04/2016 04:00	11/04/2016
VT de Colorado do Oeste	Francisco José Pinheiro Cruz	08/04/2016 07:00	12/04/2016
VT de Guajará Mirim	Socorro Guimarães	12/04/2016 11:00	14/04/2016
1ª VT de Ariquemes	Francisco José Pinheiro Cruz	12/04/2016 11:00	19/04/2016
2ª VT de Ariquemes	Francisco José Pinheiro Cruz	13 a 14-4-2016	19/04/2016
Fórum de Ariquemes	Francisco José Pinheiro Cruz	15/04/2016 00:00	19/04/2016
VT de Plácido de Castro	Francisco José Pinheiro Cruz	19 e 20-4-2016	26/04/2016
VT de Cacoal	Francisco José Pinheiro Cruz	2 e 3-5-2016	06/05/2016
VT de Pimenta Bueno	Francisco José Pinheiro Cruz	4 e 5-5-2016	10/05/2016
1ª VT de Ji-Paraná	Francisco José Pinheiro Cruz	30 e 31-5-2016	06/06/2016
2ª VT de Ji-Paraná	Francisco José Pinheiro Cruz	1º e 2-6-2016	07/06/2016
VT de Ouro Preto	Francisco José Pinheiro Cruz	6 e 7-6-2016	08/06/2016
Fórum de Ji-Paraná	Francisco José Pinheiro Cruz	03/06/2016	14/06/2016
VT de Jaru	Francisco José Pinheiro Cruz	8 e 9-6-2016	14/06/2016
4ª VT de Rio Branco	Ilson Alves Pequeno Junior	27 e 28-6-2016	1º-7-2016
3ª VT de Rio Branco	Ilson Alves Pequeno Junior	29 e 30-6-2016	04/07/2016

Fórum de Rio Branco	Ilson Alves Pequeno Junior	1º-7-2016	05/07/2016
1ª VT de Porto Velho	Ilson Alves Pequeno Junior	4 e 5-7-2016	08/07/2016
5ª VT de Porto Velho	Ilson Alves Pequeno Junior	6 e 7-7-2016	14/07/2016
Fórum de Porto Velho	Ilson Alves Pequeno Junior	08/07/2016 00:00	12/09/2016
6ª VT de Porto Velho	Ilson Alves Pequeno Junior	11 e 12-7-2016	1º-8-2016
7ª VT de Porto Velho	Ilson Alves Pequeno Junior	13 e 14-7-2016	1º-8-2016
1ª VT de Rio Branco	Ilson Alves Pequeno Junior	18 e 19-7-2016	25/07/2016
2ª VT de Rio Branco	Ilson Alves Pequeno Junior	20 a 22-7-2016	26/07/2016
VT de Machadinho do Oeste	Ilson Alves Pequeno Junior	1º e 2-8-2016	04/08/2016
VT de Buritis	Ilson Alves Pequeno Junior	4 e 5-8-2016	09/08/2016
VT de Sena Madureira	Ilson Alves Pequeno Junior	12 e 13-9-2016	19/09/2016
VT de Feijó	Ilson Alves Pequeno Junior	15 e 16-9-2016	20/09/2016
VT Cruzeiro do Sul	Ilson Alves Pequeno Junior	5 e 6-10-2016	11/10/2016

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria Regional (data-base: 31/12/2016)



*Correição na Vara do Trabalho de Vilhena, cone Sul de Rondônia.*

A Desembargadora Socorro Guimarães, em função correcional, realizou nos dias 11 e 12 de abril de 2016, correição ordinária na Vara do Trabalho de Guajará-Mirim (RO).



O Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, vice-presidente do TRT14, na função de Corregedor Regional, realizou no dia 11 de março de 2016 a Correição na Vara do Trabalho de Rolim de Moura.



*O Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior realizou a Correição em Rio Branco(AC).*



Com a realização das correições nas Varas do Trabalho localizadas nos Municípios de Machadinho d'Oeste e Buritis, interior de Rondônia, foram encerradas as correições da Justiça do Trabalho no Estado de Rondônia para o ano de 2016.

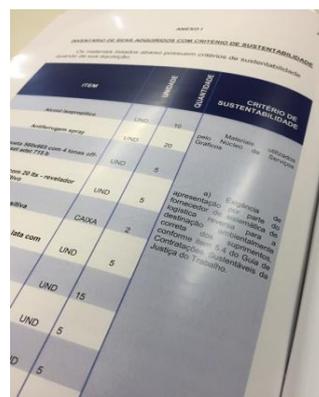
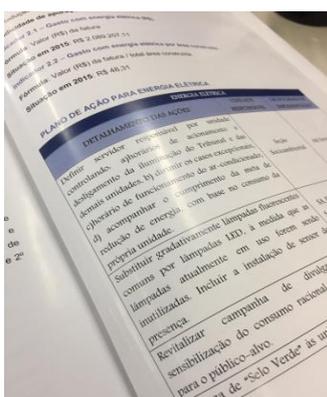




## 4 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

### 4.1 Plano de Logística Sustentável é implantado no TRT14

O TRT14 instituiu, por meio da Resolução Administrativa TRT14 nº 101, de 17 de outubro de 2016, o Plano de Logística Sustentável (PLS-Jud/TRT14), alinhado ao Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020, com base nas diretrizes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24, de 13 de novembro de 2014 e da Resolução CNJ nº 201 de 3 de março de 2015.



O Plano visa fortalecer as práticas socioambientais, por meio da eleição de indicadores próprios, metas, plano de ação e prazos para a execução, com o objetivo de aprimorar e reforçar uma cultura sustentável já adotada pelo Regional e estabelecer um consumo mais eficiente e racional dos recursos, agregando valor às normas e

procedimentos já existentes, a exemplo do Índice de Eficiência Operacional (IEO), instituído pela Portaria GP nº 0176, de 3 de fevereiro de 2016, alterada pela Portaria GP nº 1667, de 26 de agosto de 2016, que tinha como objetivo reduzir o consumo de água, energia elétrica, telefonia, dentre outros.



*Coleta Seletiva*



*Caminhada Ecológica*

O PLS-Jud/TRT14 contempla ainda o inventário de bens, materiais e serviços do TRT14, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição, práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços, responsabilidades, metodologia de implementação, avaliação e monitoramento dos dados, além das ações de divulgação, sensibilização e capacitação realizadas pelo Regional.



O Regional vem se destacando, desde 2007, por meio da adoção políticas e medidas para se tornar uma organização pública sustentável. Foi nesse sentido que, em meados de 2007, com base na Recomendação CNJ nº 11, de 22 de maio de 2007, o Regional instituiu o Programa Amanajé TRT14 - Mensageiro da Ecologia.



O monitoramento, avaliação e revisão do PLS-Jud/TRT14 deverão ser realizados pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental, instituída pela Resolução Administrativa TRT14 nº 103/2013, tendo como unidade responsável pela consolidação dos dados a Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, conforme Resolução Administrativa TRT14 nº 101, de 17 de outubro de 2016, que aprovou o PLS-Jud/TRT14.

## 4.2 Uso consciente dos recursos

### 4.2.1 TRT institui Meta Regional para reduzir custos e otimizar os recursos

Frente aos cortes orçamentários para o ano de 2016, os gestores do TRT14 discutiram os parâmetros e critérios que nortearão a Meta Regional 2 - da Eficiência Operacional, com vistas a economizar em 30%, no mínimo, as despesas de custeio da Justiça do Trabalho nos estados de Rondônia e Acre.



*Campanha do uso consciente de energia, papel, telefone e água*

A meta, institucionalizada pelo Presidente, Corregedor e Gestor de Metas do TRT, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, por meio da Portaria GP nº 0176, de 03 de fevereiro de 2016, teve como principal objetivo aperfeiçoar a gestão de custos através da redução de despesas, considerando os cortes no orçamento do Poder Judiciário.

A prioridade recaiu na redução do consumo de água, energia elétrica, telefonia, combustíveis, material de consumo (papel A4, material gráfico, toner, copos descartáveis, açúcar e café), custeio com diárias, passagens, contratos de limpeza e conservação, vigilância, tecnologia da informação e comunicação, copeiragem, material e serviços bibliográficos, aperfeiçoamento e capacitação de Magistrados e Servidores, suprimento de fundos, dentre outros.

O TRT14 tem buscado ao longo dos anos, por meio de seus Programas Socioambientais instituídos, promover a conscientização sobre a questão ambiental e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Nesse aspecto, desde 2009, várias campanhas são desenvolvidas com o intuito de reduzir o consumo de papel, energia elétrica, água, telefone e copos plásticos descartáveis, sendo editados atos para o uso de recursos, a exemplo da Portaria TRT 14 nº 055, de 10 de janeiro de 2008, que

determinou a imediata adoção progressiva do uso de papel reciclado e não clorado em formato A4, no âmbito do Tribunal e a Portaria TRT 14ª nº 1448, de 9 de junho de 2009, que instituiu o uso obrigatório do papel reciclado.

Abaixo seguem os dados referentes ao uso dos materiais de consumo:

Tabela 18. Consumo de papel A4 branco.

<b>PAPEL A4 - BRANCO</b>			
<b>MÊS</b>	<b>QUANTIDADE (Resmas)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
Janeiro	14	12,01	168,14
Fevereiro	36	12,01	432,34
Março	16	12,01	192,15
Abril	12	12,01	144,11
Maio	31	12,01	372,29
Junho	36	12,01	432,34
Julho	11	12,01	132,1
Agosto	49	12,01	588,46
Setembro	44	12,4	545,6
Outubro	90	12,4	1.116,00
Novembro	47	12,4	582,8
Dezembro	30	12,4	372
<b>TOTAL</b>	<b>416</b>		<b>5.078,33</b>

Fonte: Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio (data-base: 31/12/2016)

Tabela 19. Consumo de papel A4 recicla doou papel branco não clorado.

<b>PAPEL A4 - RECICLADO OU PAPEL BRANCO NÃO CLORADO</b>			
<b>MÊS</b>	<b>QUANTIDADE (Resmas)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
Janeiro	249	12,05	3.001,97
Fevereiro	322	12,05	3.882,04
Março	209	12,05	2.519,70
Abril	193	12,05	2.326,81
Maio	342	11,96	4.090,32
Junho	227	11,96	2.714,92
Julho	315	11,96	3.767,40
Agosto	305	11,96	3.647,80
Setembro	346	12,15	4.205,78
Outubro	310	13,34	4.135,40
Novembro	182	13,34	2.427,88
Dezembro	20	13,34	266,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.020</b>	<b>-</b>	<b>36.986,82</b>

Fonte: Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio (data-base: 31/12/2016)

Tabela 20. Consumo de copos descartáveis para água.

<b>COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA</b>			
<b>MÊS</b>	<b>QUANTIDADE (Cento)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
JANEIRO	147	2,14	315
FEVEREIRO	465	2,14	996,36
MARÇO	384	2,14	822,81
ABRIL	757	2,14	1.622,06
MAIO	277	2,14	593,53
JUNHO	321	2,14	687,82
JULHO	365	2,14	782,12
AGOSTO	467	2,14	1.002,69
SETEMBRO	470	2,14	1009,13
OUTUBRO	402	2,14	863,14
NOVEMBRO	305	2,14	654,86
DEZEMBRO	10	2,14	21,47
<b>TOTAL</b>	<b>4.370</b>		<b>9.370,99</b>

Fonte: Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio(data-base: 31/12/2016)

Tabela 21. Consumo de copos descartáveis para café

<b>COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ</b>			
<b>MÊS</b>	<b>QUANTIDADE (Cento)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
JANEIRO	100	1,1	110,45
FEVEREIRO	65	1,1	71,79
MARÇO	24	1,1	26,49
ABRIL	334	1,1	368,84
MAIO	14	1,1	15,45
JUNHO	206	1,1	227,5
JULHO	188	1,1	207,61
AGOSTO	40	1,1	44,17
SETEMBRO	160	1,1	176,69
OUTUBRO	149	1,1	164,57
NOVEMBRO	81	1,1	89,45
DEZEMBRO	110	1,1	121,48
<b>TOTAL</b>	<b>1.471</b>	<b>--</b>	<b>1.624,49</b>

Fonte: Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio(data-base: 31/12/2016)

Tabela 22. Histórico do consumo de copos descartáveis e papel.

<b>Período</b>	<b>Copo Descartável água (cento)</b>	<b>Copo Descartável café (cento)</b>	<b>Papel A-4 – branco (resmas)</b>	<b>Papel A-4 – Reciclado (resmas)</b>
2010	5.457	698	323	7.845
2011	4.338	2.180	147	6.611
2012	5.429	2367	237	6.945
2013	4.506	1.508	381	5.502
2014	4.563	2.133	360	4.798
2015	5.253	1.865	560	4.483
2016	4.370	1.471	416	3.020

**Fonte:** Diretoria de Serviços de Material e Patrimônio(data-base: 31/12/2016)

Em 2009, o TRT14 já utilizava somente 23% de papel clorado (branco), reduzindo para 4% em 2010. Em quantidades de resmas significa que o TRT14 consumiu, em 2008 a 2014, 8.801; 4.456; 323; 147; 237; 381; 361 resmas de papel clorado, respectivamente e, de papel reciclado, a partir de 2009, 1.370; 7.845; 6.611; 6.945; 5.502; 4.798.

Outro aspecto que contribuiu na diminuição do uso de papel e impressão no Regional foi a implantação, a partir de 2013, do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a adoção do Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), em outubro de 2015. Atualmente, 100% das unidades administrativas e judiciárias operam com o sistema ativo. Abaixo seguem as despesas e consumo de combustíveis, água tratada, energia elétrica, telefone fixo e móvel.

Tabela 23. Consumo mensal de combustível (l)

<b>CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS EM LITROS</b>	
<b>Período</b>	<b>Consumo em litros</b>
Janeiro	3.364,52
Fevereiro	4.377,65
Março	5.050,99
Abril	5.035,30
Mai	5.175,45
Junho	5.547,29
Julho	5.369,43
Agosto	5.163,17
Setembro	6.584,79
Outubro	5.538,62
Novembro	5.437,68
Dezembro	4.725,96
<b>TOTAL</b>	<b>61.370,85</b>

**Fonte:** Diretoria de Serviços, Infraestrutura e Logística(data-base: 31/12/2016).

Tabela 24. Consumo de água tratada (m<sup>3</sup>)

<b>CONSUMO DE ÁGUA TRATADA</b>	
<b>MÊS</b>	<b>Consumo (m<sup>3</sup>)</b>
Janeiro	1.495
Fevereiro	2.073
Março	1.425
Abril	1.311
Maio	865
Junho	1.015
Julho	811
Agosto	846
Setembro	964
Outubro	915
Novembro	611
Dezembro	716
<b>TOTAL</b>	<b>13.047</b>

**Fonte:** Diretoria de Serviços, Infraestrutura e Logística (data-base: 31/12/2016).

Tabela 25. Consumo de energia elétrica (KW/h)

<b>CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
<b>ANO</b>	<b>Consumo (KW/h)</b>
Janeiro	234.191
Fevereiro	240.225
Março	251.897
Abril	254.993
Maio	263.202
Junho	261.081
Julho	266.389
Agosto	268.641
Setembro	255.827
Outubro	269.175
Novembro	264.469
Dezembro	237.519
<b>TOTAL</b>	<b>3.067.609</b>

**Fonte:** Diretoria de Serviços, Infraestrutura e Logística (data-base: 31/12/2016).

Tabela 26. Gasto com telefonia fixa e móvel (R\$)

<b>Gastos com Telefonia fixa e móvel 2016</b>	
<b>Mês</b>	<b>Gasto (R\$)</b>
Janeiro	21.471
Fevereiro	21.835
Março	22.267
Abril	21.548

Maio	20.214
Junho	18.588
Julho	18.310
Agosto	18.568
Setembro	20.307
Outubro	20.419
Novembro	19.003
Dezembro	19.155
<b>TOTAL</b>	<b>241.685</b>

Fonte: Diretoria de Serviços, Infraestrutura e Logística(data-base: 31/12/2016).

Tabela 27. Histórico do consumo de combustíveis, água tratada, energia elétrica e telefonia fixa e móvel.

Período	Consumo de combustíveis em litros	Água tratada (m <sup>3</sup> )	Consumo de energia elétrica (kW/h)	Gastos com telefonia fixa e móvel (R\$)
2010	88.524	25.595	3.259.177	281.201,41
2011	115.320	17.589	3.363.940	238.759,58
2012	84.441	17.334	3.758.739	277.078,72
2013	78.287	15.215	3.521.379	263.507,50
2014	68.241	21.194	3.546.181	238.062,68
2015	71.891,26	20.930	3.654.685	226.852,37
2016	61.370,85	13.047	3.067.609	241.685,21

Fonte: Diretoria de Serviços, Infraestrutura e Logística(data-base: 31/12/2016).

## 5 JUSTIÇA DO TRABALHO SOLIDÁRIA

Esse programa é eminentemente humanístico, visando atender as necessidades de determinadas pessoas, consistindo em desenvolver atividades de arrecadação de donativos ou recursos para empregar em ações assistenciais em prol de entidades carentes ou pessoas de camadas específicas (crianças, adolescentes, mulheres ou idosos), por meio de voluntariado. Alguns exemplos: brechó (venda de roupas usadas doadas pelos Magistrados e Servidores), entrega de brinquedos no Dia das Crianças (brinquedos doados por Magistrados e Servidores), material higiênico (doação pelos Magistrados e Servidores para doação ao asilo de idosos, presídio feminino etc.).

Em 2016, foram realizadas 11 (onze) ações, que totalizaram 3.109 (três mil, cento e nove) pessoas beneficiadas.

Registre-se que, embora o objetivo do programa seja material, ele também atinge o imaterial com o sentimento mútuo de dignidade humana do atendido e de solidariedade dos Servidores do TRT14 proporcionada nas relações interpessoais do acolhimento sincero.

Abaixo estão relacionadas os principais registros das ações solidárias do TRT14 no ano de 2016:

### ***Entidade filantrópica de Ariquemes é beneficiada***



*A entidade filantrópica Lar Fraterno da Terceira Idade de Ariquemes foi beneficiada por uma decisão da 2ª Vara do Trabalho*

### ***Campanha solidária em Cacoal (RO)***

A Campanha “Lenços de Amor” contou com a participação de Magistradas e Servidores da Vara do Trabalho de Cacoal, juntamente com entidades e parceiros da comunidade cacoalense.

A Campanha tinha o objetivo de arrecadar lenços, que serviram como acessórios para mulheres em tratamento de câncer. Foram arrecadados 850 lenços.



### ***Combate ao Trabalho Infantil no Lixão de Porto Velho (RO)***

A atividade alusiva ao Dia Contra o Trabalho Infantil envolveu a participação de crianças que frequentam a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Afro Vieira, no bairro Vila Princesa (Lixão Municipal) em Porto Velho (RO).



Na ocasião, foram distribuídas às crianças um kit pedagógico contendo caderno, lápis de cor, lapiseira, borracha, cola apontador, régua e materiais informativos sobre o trabalho infantil.

### ***Campanha Rapunzel Solidária***

O mutirão de corte de cabelo marcou a primeira coleta das doações de cabelo e acessórios para a Campanha Rapunzel Solidária. A ação foi coordenada pelos Servidores do Fórum Trabalhista, 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ariquemes, e visava a doação de cabelos, perucas e apliques, além de acessórios como echarpes, toucas e lenços para atender pacientes em tratamento contra o câncer no Estado de Rondônia.



*Mutirão de corte de cabelo marcou a primeira coleta das doações de cabelo e acessórios para a Campanha Rapunzel Solidária.*

### **Mutirão para doação de sangue**

Como parte do VI Encontro de Saúde do TRT14 Servidores atenderam o convite da Administração e se voluntariaram para doar sangue.



A ação foi coordenada pela Secretária de Gestão de Pessoas, por meio do Núcleo de Saúde, e aconteceu quando a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Rondônia (Fhemeron) também realizava campanha para aumentar o estoque de sangue que estava abaixo do ideal.



### ***“Terça-feira Rosa”***

Em comemoração o Dia Internacional da Mulher, a equipe de Servidores e Magistrada da Vara do Trabalho de Colorado do Oeste reuniu mais de 60 mulheres da comunidade e realizaram ação de cidadania denominada "Terça-feira Rosa".



O evento contou com a participação voluntária de profissionais de beleza e estética, oferecendo às participantes serviços gratuitos de cortes de cabelo, pintura, escova, manicure, massagem, maquiagem, pedicuro e oficina de artesanato.

### ***Bombeiros de Rondônia recebem helicóptero da Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho***

A aeronave foi adquirida com recursos advindos de multa aplicada pela Justiça do Trabalho em uma ação civil pública de autoria do Ministério Público do Trabalho

(MPT).



*O Grupo de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBM-RO) recebeu um helicóptero para auxiliar nas ações de busca e salvamento em todo o Estado.*

### **Acordo na Justiça do Trabalho garante nova Oficina Ortopédica**

A construção da Oficina foi fruto de acordo lavrado na 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho, onde o Juiz do Trabalho Titular, Ricardo César Lima de Carvalho Sousa, com a indicação do MPT, por meio dos procuradores Adriana Silva Candra, Marcos Gomes Cutrim e Gustavo Freitas, destinaram o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para o empreendimento.



*A Congregação das Irmãs de Santa Marcelina, juntamente com a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho inauguraram a Oficina Ortopédica do Hospital Santa Marcelina, em Porto Velho (RO).*

### ***Doação de veículos***

O TRT14 doou veículos e equipamentos de informática a três Órgãos Públicos de Rondônia e Acre, conforme os requisitos do Processo Próprio de Bens do Regional e Legislação de Desfazimento de Bens.



Foram contemplados o Município de Porto Velho (RO), Defensoria Pública do Estado de Rondônia e Secretaria de Saúde do Acre – Sesacre

### ***Núcleo de Operações Aéreas de Rondônia é beneficiado com Caminhão Tanque Abastecedor***

No dia 11 de maio de 2016, foi realizada a solenidade de doação de um caminhão tanque abastecedor para atender o Núcleo de Operações Aéreas (NOA), proveniente de multa em Ação Civil Pública impetrada pelo MPT14, contra a Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON), no valor de R\$ 500 mil.





*Solenidade de doação de um caminhão tanque abastecedor (CTA) para atender o Núcleo de Operações Aéreas (NOA)*

## **6 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO VAI À EMPRESA”**

Esse programa é de informações preventivas e desenvolve-se com o deslocamento de uma equipe, da Vara do Trabalho ou do Regional, composta por Magistrados e Servidores, até as empresas, preferencialmente aquelas com grande número de funcionários, para ministrar palestras básicas sobre direitos e deveres dos empregados e empregadores, além de temas que envolvem a prevenção de acidentes de trabalho, uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Dos 16 (dezesesseis) eventos realizados em 2016, foram beneficiadas 1.454 (um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) pessoas, dentre as quais estão incluídas as pessoas beneficiadas pelo Programa Trabalho Seguro.



*Ação no canteiro de Obras da Usina de Jirau (RO)*



*Ação em empresa de Sena Madureira (AC)*

## **7 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO DE PORTAS ABERTAS”**

O Programa "Justiça do Trabalho de Portas Abertas" é um programa educacional, o qual recebe os alunos, de escolas públicas e privadas, cursando o ensino médio ou acadêmicos do ensino superior, para conhecerem os setores judiciais das Varas do Trabalho e da sede deste TRT14. Das 28 (vinte e oito) ações realizadas em 2016, essas totalizaram 1.240 (um mil, duzentos e quarenta) pessoas beneficiadas. É mais um canal de acesso ao TRT14 e suas Varas do Trabalho de Rondônia e Acre.



*Ação no Município de Burity (RO)*



*Ação em Sena Madureira (AC)*



*Advogados visitam Tribunal em Porto Velho (RO)*



*Advogados conhecem o funcionamento da Diretoria de Serviço de Cadastramento Processual e Distribuição.*



*Advogados conhecem o Memorial da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre.*



*Alunos do curso de Tecnologia do IFRO conhecem estrutura da TI do TRT14*



*Alunos da Ulbra/Ji-Paraná conhecem estrutura e funcionamento do TRT14*



*Alunos da Ulbra/Ji-Paraná conhecem estrutura e funcionamento do TRT14*



*Alunos conhecem Vara do Trabalho em Pimenta Bueno (RO)*



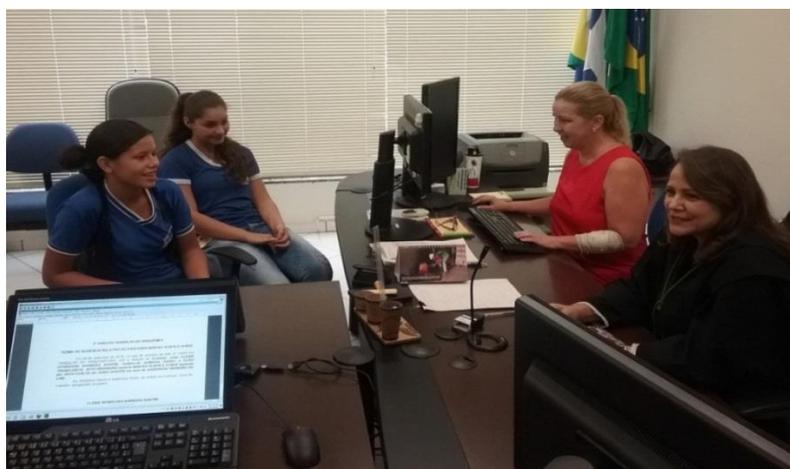
*Alunos de Direito da UNIRON assistem Sustentação Oral no TRT14*



*Alunos de Direito da UNIRON conhecem o Memorial do TRT14.*



*Ação oportuniza a acadêmicos de Direito o contato com a prática*



*Ação em Ariquemes (RO)*



*Ação em Eptaciolândia (AC)*



*Bombeiros mirins compareceram à sede da Vara do Trabalho de Eptaciolândia.*

## **8 PROGRAMA “JUSTIÇA DO TRABALHO VAI À ESCOLA”**

Esse programa atua levando o conhecimento sobre direitos e deveres trabalhistas aos alunos de escolas públicas e privadas que estejam cursando o ensino médio, alunos prestes a ingressar no mercado de trabalho. Em 2016, foram realizados 23 (vinte e três) eventos, que totalizaram em 4.909 (quatro mil, novecentos e nove) pessoas beneficiadas.

Dentro desse quantitativo estão incluídas 07 (sete) ações do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, com atendimento de 2.751 (dois mil, setecentos e cinquenta e uma) pessoas. O programa visa fomentar a cultura da importância da erradicação do trabalho infantil na sociedade, contribuindo de forma efetiva com as políticas públicas de combate ao trabalho infantil e proteção do trabalho decente do adolescente.



*Alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho de Cruzeiro do Sul (AC) foram esclarecidos sobre Legislação Trabalhista aplicada à Saúde e Segurança do Trabalho.*



*Acadêmicos da Faculdade Católica de Rondônia participam de audiência trabalhista simulada*

## **9 TRT COMUNIDADE**

O TRT Comunidade é o programa mais abrangente do TRT14, pois, em ação coletiva, com outros seguimentos da sociedade de Porto Velho dissemina informações institucionais de utilidade pública e também presta serviços gratuitos de cidadania nas áreas de saúde, de educação, jurídica e social aos participantes do evento. Em 2016, foram realizadas 2 (duas) ações do TRT Comunidade (a primeira, na EEEFM Daniel Neri da Silva, no dia 23/04/2016, e, a segunda, na EMEF Joaquim Vicente Rondon, no dia 12/11/2016), que totalizaram 5.517 (cinco mil, quinhentos e dezessete) pessoas beneficiadas.



*Emissão de título de eleitor*

Registre-se a participação do TRT 14 na 23ª edição da Ação Global Nacional, realizada no dia 21 de maio de 2016, coordenada pelo Serviço Social da Indústria (SESI), cujo objetivo e forma de atuação é semelhante ao TRT Comunidade, sendo que nesse evento o TRT14 atendeu diretamente e de forma presencial 16 (dezesesseis) pessoas.

No ano de 2016, foram atendidas no TRT Comunidade 5.533 (cinco mil, quinhentos e trinta e três) pessoas beneficiadas, dentre elas 16 (dezesesseis) na 23ª edição da Ação Global Nacional.



*Atendimento médico*



*Equipes de médicos e enfermeiros atuaram prestando atendimento, destacando-se a aferição de pressão arterial, teste de glicemia, consultas e encaminhamentos*



*Defensoria Pública do Estado presta informações sobre áreas cível e família, pensão alimentícia, divórcio, investigação de paternidade*



*Crianças participaram de atividades como leituras de histórias, pinturas, jogos de xadrez*



*O setor de Cadastro Único da SEMAS, realizou 70 cadastros de Bolsa Família e 37 atendimentos no Pronatec e Isenção de Concurso Público (NIS).*



*Vacinação*



*Atendimentos relacionados à emissão de documentos, a exemplo da Carteira de Trabalho e Previdência Social*



*Cuidados com a higiene pessoal e beleza não ficaram de fora, quase uma centena de pessoas foram atendidas com cortes de cabelo e maquiagem, oferecidos pela equipe do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).*





*Crianças e adultos tiveram atendimentos de acadêmicos e profissionais de odontologia, com orientações e aplicação de flúor, vacinação e aferição de pressão arterial.*

Tabela 28. Número de pessoas atendidas pelos programas socioambientais do TRT14.

Período	Justiça do Trabalho vai à Empresa	Justiça do Trabalho vai à Escola	Justiça do Trabalho de Portas Abertas	Justiça do Trabalho Solidária	Projeto Amanajé	Total Pessoas Beneficiadas
2011	2.014	5.199	594	5.201	0	13.008
2012	1.451	2.425	356	6.927	95	11.254
2013	11.792	3.250	690	8.676	63	24.471
2014	6.521	2.325	604	22.045	0	31.495
2015	2.557	3.047	437	5.793	0	11.834
2016	1.454	4.909	1.240	3.109	0	10.712

**Fonte:** Secretaria Judiciária(data-base: 31/12/2016).

## 10 PARCERIAS INSTITUCIONAIS

### 10.1 Semana Nacional da Aprendizagem

A Semana Nacional de Aprendizagem foi instituída pelo TST e CSJT e encampada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, com objetivo incentivar e incrementar a ampliação do contrato da aprendizagem. Como parte da programação, foram realizadas audiências públicas em todos os TRTs, visando a ampliação da inserção do aprendiz no mercado de trabalho.



A ampliação da utilização do contrato da aprendizagem, tem uma vantagem social muito importante e beneficia toda sociedade, já que tira o menor adolescente do trabalho ilegal, e o insere em uma modalidade de contratação permitida pela Lei e pela CLT.



## 10.2 Dia Nacional de Combate ao mosquito da dengue



*O TRT14 participou das mobilizações que marcaram o Dia Nacional de Combate ao Aedes aegypti (mosquito da dengue) em Porto Velho (RO).*

## 10.3 Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho



*Justiça do Trabalho e representantes do Governo e instituições ligadas ao mundo do trabalho participaram de série de palestras em comemoração ao Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, no auditório do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) em Porto Velho (RO).*

#### 10.4 TRT14 RO/AC e TJ-RO firmam parceria para compartilhamento de centro de dados

A parceria visa diminuição de custos e ainda promover uma maior segurança da informação, além de otimizar os custos.



*O TRT14 e Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) firmaram cooperação técnica para compartilhamento de espaços nos Centros de Dados para instalação de ambiente de replicação de processamento e armazenamento de dados eletrônicos.*

#### 10.5 Combate ao trabalho infantil rural

Representantes do Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT14), do Ministério Público Estadual (MPE) e do TRT14 foram recebidos em audiência pelo Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura para tratar sobre o fomento e articulação dos órgãos públicos estaduais como parceiros da construção de políticas públicas de combate às situações de vulnerabilidade sociais, educacionais e de trabalho infantil de crianças e adolescentes na área rural do Estado de Rondônia.



Na ocasião, os representantes dos MPT, MPE e TRT entregaram ao

governador Confúcio Moura uma minuta de Termo de Cooperação Técnica por meio do qual propõem firmar com o Estado de Rondônia e várias Secretarias e Órgãos estaduais, a exemplo da Secretarias de Agricultura (SEAGRI), Educação (SEDUC), Saúde (SESAU), Planejamento (SEPOG), EMATER e IDARON, além da Associação dos Municípios de Rondônia (ARON) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como entidades setoriais (Federação Estadual dos Empregadores do Agronegócio e Sindicato dos Empregados no Agronegócio), estabelecendo as ações comuns e de cada órgão e entidade parceira.

### **10.6 TRT14 apresenta os benefícios do seu planejamento estratégico em Belém do Pará**

Os reflexos positivos do planejamento estratégico adotado pelo TRT14 foi um dos destaques no V Encontro da Qualidade da Fundação de Hemoterapia do Estado do Pará (Hemopa), realizado em Belém (PA), no dia 17 de novembro de 2016.



*O Secretário-Geral da Presidência do TRT, João Bosco Machado de Miranda, apresentou na ocasião o case "Planejamento Estratégico do TRT 14ª Região e seus reflexos positivos na Administração"*

O Encontro teve como principal objetivo despertar a criticidade, profissionalização, transparência, eficiência e efetividade da prestação do serviço público. Além disso, o evento buscou promover e compartilhar boas práticas na administração pública.

## Capítulo II

### *Perspectiva*

# PROCESSOS INTERNOS

#### *Objetivos*

- CONCILIAÇÃO E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO
- EFICIÊNCIA OPERACIONAL E CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- EFETIVIDADE DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS
- GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA
- COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

## 11 CONCILIAÇÃO E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

### 11.1 Semana Nacional da Conciliação Trabalhista

A Justiça do Trabalho da 14ª Região encerrou no dia 17 de junho de 2016 o mutirão de audiências pela Semana Nacional da Conciliação Trabalhista e fez movimentar R\$ 29.867.457,86 em acordos, com a realização de 1.479 audiências. O resultado significa um aumento de 335% em relação à edição anterior.



De acordo com o balanço final da Secretaria Judiciária e do Núcleo de Conciliação do Regional, foram beneficiadas cerca de 5 mil pessoas e envolveu Magistrados e Servidores, além de advogados trabalhistas em ambos os Estados da jurisdição.

Foram ainda conciliados processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho que resultou em 33 acordos e movimentou R\$ 940.894,36, como parte do total de conciliação.

O empenho de todas as Varas do Trabalho, além do Juízo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios de Apoio à Execução (Jasconpe) foi fundamental para o resultado alcançado, e com relação do "Prêmio Conciliação TRT14", instituído pelo Regional desde o ano de 2015, ficou com a seguinte classificação:

**Acre** - 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco, com maior valor em acordos, R\$-2.191,320,10; Vara do Trabalho de Sena Madureira, com maior número de acordos realizados, 38; 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco, com maior número de audiências agendadas, 80.



**Rondônia** - 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho, com maior valor em acordos, R\$-1.374.336,86; Vara do Trabalho de Vilhena, com maior número de acordos realizados, 74; Vara do Trabalho de Cacoal, com maior número de audiências agendadas, 125.



Tabela 29. Resultados da 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista referente ao período de 13 a 17 de junho de 2016.

Unidade	Audiências designadas	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valor dos acordos (R\$)	Encargos		Nº de partes	Participantes	
					INSS	Imp. Renda		Juízes	Servidores
2ª RBO	47	38	23	R\$2.191.320,10	193.386,21	0	79	4	4
7ª PVH	28	25	25	R\$1.374.336,86	22.173,15	0	87	5	9
2ª ARQ	50	45	26	R\$1.344.875,98	34.944,22	0	225	8	20
VHA	101	97	74	R\$1.341.121,41	7.757,54	0	253	5	6
CL	125	113	23	R\$1.242.235,38	0,00	0	427	7	11
8ª PVH	78	68	29	R\$1.238.730,51	0	0	234	5	14
2ª PVH	104	104	38	R\$ 965.127,37	0,00	0	214	4	16
5ª PVH	97	73	15	R\$ 766.891,17	21.031,08	0	334	10	10
CZS	42	42	31	R\$ 613.820,20	21.568,14	0	84	4	4
2ª JP	53	45	20	R\$ 594.101,54	2.596,26	0	180	5	33
MDO	16	11	5	R\$ 593.500,00	0,00	0	18	5	5
1ª JP	49	40	33	R\$ 570.005,80	0	0	90	5	5
6ª PVH	38	38	18	R\$ 564.427,90	8.979,44	0	205	4	4
COL	48	20	11	R\$ 515.267,25	38.611,52	0	44	3	3
4ª RBO	57	49	17	R\$ 510.801,64	0,00	0	117	4	4
4ª PVH	79	79	33	R\$ 469.894,31	250,07	1.345,55	176	9	9
3ª RBO	80	67	24	R\$ 426.387,30	124.086,12	32738,99	288	4	4
3ª PVH	61	43	19	R\$ 310.693,79	35.022,16	0	214	5	6
1ª ARQ	37	37	29	R\$ 306.064,95	20.087,88	0	71	4	11
1ª RBO	36	30	10	R\$ 277.548,00	10.011,12	0	62	5	4
1ª PVH	59	49	11	R\$ 263.543,67	74.127,91	0	208	5	5
FJ	62	57	37	R\$ 240.238,00	2.770,41	0	123	3	3
GM	37	36	16	R\$ 226.761,83	16.541,47	0	102	5	22

RM	52	52	22	R\$	210.645,35	20.141,74	0	204	5	5
OPO	27	21	9	R\$	121.320,57	0,00	0	53	4	4
SMD	48	46	38	R\$	92.014,00	14.057,57	0	135	3	8
PB	64	54	19	R\$	80.405,00	0,00	0	206	5	5
SMG	23	18	14	R\$	58.201,01	3.387,85	0	24	5	5
EPT	33	29	8	R\$	44.759,95	0,00	0	105	4	4
BRT	55	17	7	R\$	43.750,30	315,26	0	45	3	6
PLC	16	12	11	R\$	21.842,79	2.383,50	0	30	3	3
JAR	0	0	0	R\$	-	0	0	0	0	0
Soma	1702	1455	695	R\$	17.620.633,93	674.230,62	34084,54	4637	150	252
JASCONPE	25	24	6	R\$	12.246.823,93	0	0	356	3	8
2º GRAU	0	0	0	R\$	-	0,00	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.727</b>	<b>1.479</b>	<b>701</b>	<b>R\$</b>	<b>29.867.457,86</b>	<b>674.230,62</b>	<b>34.084,54</b>	<b>4.993</b>	<b>153</b>	<b>260</b>

Fonte: Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016)

### **11.2 TRT da 14ª Região se destaca entre os Tribunais de médio e pequeno portes com mais de R\$ 30 milhões em acordos**

O TRT14 destacou-se entre os Tribunais de médio e pequeno portes durante a 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista com R\$-30.575.773,02, entre acordos homologados, recolhimentos INSS e Imposto de Renda (IR).

O TRT de Rondônia e Acre foi superado apenas pelos tribunais de grandes portes como de Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. A média de acordos entre todos os Tribunais foi de 42,5%, enquanto o TRT da 14ª Região atingiu 47,40%, conforme quadro amplamente divulgado pelo CSJT.

### **11.3 Acordo é homologado na Justiça do Trabalho entre MPT, empresas de transporte coletivo e Sitetuperon**

Acordo judicial tabulado no dia 29 de janeiro na 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO) definiu os procedimentos para a rescisão contratual, expedição de guias para liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e habilitação no seguro-desemprego dos trabalhadores das Empresas Três Marias Transportes Ltda. e Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda.





Tabela 30. Resultados da XI Semana Nacional da Conciliação Trabalhista referente ao período de 21 a 25 de novembro de 2016.

Unidade	Audiências designadas	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valores dos acordos (R\$)	Encargos		Nº de partes	Participantes	
					INSS	Imp. Renda		Juízes	Servidores
2ª PVH	93	93	27	R\$ 828.713,49	0	0	171	6	18
2ª ARQ	26	19	11	R\$ 531.173,87	37.125,55	4.687,73	84	5	9
CL	179	161	56	R\$ 397.194,00	58	0	507	6	10
COL	32	14	10	R\$ 380.297,52	0	0	46	4	4
3ª RBO	60	60	18	R\$ 263.728,85	0	0	159	5	5
GM	33	23	14	R\$ 231.326,00	0	0	51	5	12
8ª PVH	63	54	20	R\$ 211.462,27	0	0	231	5	10
RM	52	50	11	R\$ 186.995,72	11.582,14	0	98	5	6
4ª RBO	51	34	20	R\$ 181.396,98	0	0	78	5	6
3ª PVH	55	51	16	R\$ 175.539,17	11.092,46	0	216	5	8
1ª ARQ	28	23	7	R\$ 129.051,35	564,25	0	95	4	4
2ª RBO	66	54	12	R\$ 125.080,00	341,17	0	92	5	5
5ª PVH	62	48	9	R\$ 122.092,00	8486,67	0	228	10	5
OPO	31	22	8	R\$ 121.070,04	0	0	99	5	5
4ª PVH	72	71	14	R\$ 101.141,83	10382,63	0	171	10	10
1ª PVH	52	42	9	R\$ 96.007,00	0	0	115	5	4
VHA	34	25	13	R\$ 73.318,94	8346,87	652,04	50	4	4
SMG	8	6	4	R\$ 73.200,00	0	0	12	5	5
7ª PVH	34	25	8	R\$ 72.080,00	1910,86	118,42	144	5	5
2ª JP	28	26	8	R\$ 61.922,34	0	0	104	3	4
BRT	21	10	7	R\$ 56.304,52	5641,71	0	25	3	3
1ª JP	49	49	6	R\$ 49.654,44	0	0	73	5	4
1ª RBO	27	19	7	R\$ 38.630,00	56,54	0	50	5	5
6ª PVH	38	34	7	R\$ 34.135,37	0	0	206	4	4

PLC	6	5	5	R\$	14.548,83	164,71	0	8	2	2
JAR	2	1	1	R\$	2.627,10	24,9	0	2	1	7
PB	0	0	0			0	0	0	0	0
CZS	0	0	0			0	0	0	0	0
EPT	0	0	0			0	0	0	0	0
FJ	0	0	0			0	0	0	0	0
MDO	0	0	0			0	0	0	0	0
SMD	0	0	0			0	0	0	0	0
JASCONPE	17	17	0			0	0	31	2	6
2º GRAU	0	0	0			0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.219</b>	<b>1.036</b>	<b>328</b>	<b>R\$</b>	<b>4.558.691,63</b>	<b>95.778,46</b>	<b>5.458,19</b>	<b>3.146</b>	<b>129</b>	<b>170</b>

Fonte: Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016)

### 11.4 3º Encontro Nacional de Coordenadores de Núcleos e Centros Judiciários de Conciliação

O evento foi organizado pelo TRT da 10ª Região, anfitrião do evento, sob o comando do Presidente dos Coordenadores de Núcleo de Conciliação da Justiça do Trabalho, Juiz Rogério Neiva, do TRT da 10ª Região (DF e TO).



*Representantes dos Núcleos de Conciliação dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reuniram-se para traçar um caminho para o cumprimento da política de conciliação no âmbito da Justiça do Trabalho.*

## 12 EXECUÇÕES TRABALHISTAS

### 12.1 TRT14 fecha Semana da Execução com 8,7 milhões em acordos

O TRT da 14ª Região fechou a 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 19 a 23 de setembro, com R\$-8.761.605,67 em acordos, e 2.151 pessoas beneficiadas.



No total, foram realizadas 931 audiências e 569 acordos homologados, com o

envolvimento de Juízes e Servidores de 28 Varas do Trabalho e do Juízo Auxiliar de Solução de Conflitos, Precatórios e Apoio à Execução (Jasconpe). Do montante, R\$-542.553,79 foram recolhidos aos cofres da Previdência Social e R\$-42.122,96 em Imposto de Renda para a Receita Federal.



Os dados da Secretaria Judiciária do TRT14 registraram aumento do percentual de acordos homologados em relação a 2015. Das 1.222 audiências realizadas ano passado, 46% dos casos foram conciliados, enquanto na recente edição alcançou 61%.

### ***Destaques da 6ª Semana Nacional de Execução Trabalhista***

O mutirão realizado pelo Jasconpe com os processos das empresas Vigher Serviços de Segurança Ltda. e Agropecuária Mamoré Ltda. protagonizou o maior número de audiências realizadas e conciliadas do Regional no período. Das 238 audiências, somente duas não terminaram com acordo.



*Foram solucionadas mais de 200 ações trabalhistas, em uma sala de audiência montada exclusivamente*

no Auditório do Edifício-sede, em Porto Velho (RO).

### **Ranking - Valores conciliados**

Entre as Varas do Trabalho, Rolim de Moura (RO) se destacou com o maior valor conciliado. Foram 46 audiências realizadas e 29 acordos homologados, totalizando R\$-675.785,60.

Tabela 31. Destaque da Semana de Conciliação – TRT14

<b>DESTAQUES DA SEMANA DE CONCILIAÇÃO - TRT14</b>			
<b>Ranking</b>	<b>Vara do Trabalho</b>	<b>Acordos homologados</b>	<b>Valor total conciliado</b>
<i>1º lugar</i>	Rolim de Moura (RO)	29	R\$ 675.785,60.
<i>2º lugar</i>	4ª Vara do Trabalho de Rio Branco (AC)	13	R\$621.596,59
<i>3º lugar</i>	1ª Vara de Ariquemes (RO)	13	R\$-588.493,19
<b>TOTAL</b>		<b>55</b>	<b>R\$ 1.885.875,38</b>

Em segundo lugar, a 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco (AC) conciliou R\$-621.596,59, com 21 audiências e 13 acordos. Na sequência vem a 1ª Vara de Ariquemes (RO), com R\$-588.493,19 arrecadados, 20 audiências realizadas e 13 acordos.

A Vara que mais conciliou foi a de Eptaciolândia (AC), com 30 acordos. A que mais realizou audiências foi a 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco (AC), 77.

Na capital de Rondônia, a melhor colocada foi a 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, com R\$-557.287,89 conciliados.

Tabela 32. Resultados da 6ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 19 a 23 de setembro de 2016.

Unidade	Audiências designadas	Audiências realizadas	Acordos homologados	Valores dos acordos (R\$)	Encargos		Nº de partes	Participantes	
					INSS	Imp. Renda		Juízes	Servidores
RM	47	46	29	R\$ 675.785,60	89.344,78	0	101	9	9
4ª RBO	32	21	13	R\$ 621.596,59	5.513,25	0	52	5	9
1ª ARQ	22	20	13	R\$ 588.493,19	78.481,46	11258,21	61	4	5
3ª PVH	21	14	8	R\$ 557.287,89	9.714,10	0	54	5	7
3ª RBO	77	77	29	R\$ 488.816,42	23.545,26	4099,52	165	6	5
4ª PVH	38	38	22	R\$ 425.591,58	49.943,63	21.018,13	152	5	10
2ª PVH	63	63	18	R\$ 344.014,99	0,00	0	111	5	10
2ª RBO	49	41	20	R\$ 332.211,31	13.692,50	234,15	87	5	5
2ª ARQ	29	29	16	R\$ 263.958,56	11.589,05	0	72	5	8
8ª PVH	27	26	12	R\$ 232.459,91	0	0	68	5	10
VHA	51	46	9	R\$ 186.417,70	14.531,48	0	92	7	7
EPT	65	61	30	R\$ 174.363,00	0	0	193	4	4
MDO	21	19	6	R\$ 168.699,51	12.190,69	4220,06	34	5	10
JAR	10	7	7	R\$ 162.007,90	12.674,66	0	15	2	12
OPO	27	26	8	R\$ 156.203,00	0,00	0	64	5	5
CL	57	23	19	R\$ 134.541,72	0	0	183	6	9
1ª JP	15	15	8	R\$ 103.352,47	0,00	0	25	3	3
7ª PVH	15	13	4	R\$ 103.059,16	14.533,55	0	56	5	5
5ª PVH	35	25	16	R\$ 94.835,02	2.010,64	0	92	5	5
1ª PVH	25	19	12	R\$ 65.910,84	2.584,98	1.003,79	80	5	5
SMG	11	11	9	R\$ 58.188,66	7.457,33	289,1	13	5	5
CZS	5	5	2	R\$ 39.999,20	8.698,80	0	8	2	2
1ª RBO	12	10	5	R\$ 38.815,98	2.500,11	0	21	4	4
6ª PVH	10	5	4	R\$ 36.500,00	0	0	31	4	4

2ª JP	6	3	2	R\$	22.770,00	750,00	0	12	2	14
PB	21	20	3	R\$	11.600,00	0	0	42	4	6
BRT	17	3	2	R\$	8.059,52	94,36	0	12	3	3
SMD	8	7	7	R\$	2.431,00	4.621,40	0	7	2	3
GM	0	0	0	R\$	-	0,00	0	0	0	0
PLC	0	0	0	R\$	-	0	0	0	0	0
FJ	0	0	0	R\$	-	0,00	0	0	0	0
COL	0	0	0	R\$	-	0	0	0	0	0
JASCON PE	258	238	236	R\$	2.663.634,95	178.081,76	0	248	5	30
2º GRAU	0	0	0	R\$	-	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.074</b>	<b>931</b>	<b>569</b>	<b>R\$</b>	<b>8.761.605,67</b>	<b>542.553,79</b>	<b>42.122,96</b>	<b>2.151</b>	<b>132</b>	<b>214</b>

Fonte: Secretaria Judiciária (data-base: 31/12/2016)

Tabela 33. Processos em execução (1º Grau)

Vara do Trabalho	Iniciadas	Encerradas	Em Arquivo Provisório
Ariquemes- 1ª Vara	260	212	132
Ariquemes- 2ª Vara	186	202	70
Buritis- 1ª Vara	111	72	26
Cacoal- 1ª Vara	313	225	428
Colorado do Oeste- 1ª Vara	311	241	108
Cruzeiro do Sul- 1ª Vara	119	82	268
Epitaciolândia- 1ª Vara	297	358	99
Feijó- 1ª Vara	371	82	22
Guajará-Mirim- 1ª Vara	90	145	32
Jaru- 1ª Vara	147	147	66
Ji-Paraná- 1ª Vara	194	216	110
Ji-Paraná- 2ª Vara	202	208	168
Machadinho D'Oeste- 1ª Vara	98	53	31
Ouro Preto do Oeste- 1ª Vara	107	109	144
Pimenta Bueno- 1ª Vara	100	135	204
Plácido de Castro- 1ª Vara	99	164	5
Porto Velho- 1ª Vara	348	245	43
Porto Velho- 2ª Vara	424	491	325
Porto Velho- 3ª Vara	427	310	421
Porto Velho- 4ª Vara	495	333	184
Porto Velho- 5ª Vara	471	314	221
Porto Velho- 6ª Vara	408	233	218
Porto Velho- 7ª Vara	313	215	98
Porto Velho- 8ª Vara	406	269	259
Rio Branco- 1ª Vara	250	225	446
Rio Branco- 2ª Vara	389	220	194
Rio Branco- 3ª Vara	386	294	275
Rio Branco- 4ª Vara	374	339	559
Rolim de Moura- 1ª Vara	246	189	77
São Miguel do Guaporé- 1ª Vara	67	313	94
Sena Madureira- 1ª Vara	300	138	-
Vilhena- 1ª Vara	287	281	383
<b>Total</b>	<b>8596</b>	<b>7060</b>	<b>5710</b>

**Fonte:** Sistema de Gerenciamento das Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão (data-base: 31/12/2016)

## 13 GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

### 13.1 Plano de Gestão biênio 2015-2016

Em janeiro de 2015, foi elaborado o Plano de Gestão a fim de definir prioridades para o biênio 2015-2016, alinhado ao Planejamento Estratégico Participativo 2015-2020 do TRT14 e aos Macro desafios e Metas do Poder Judiciário.



As ações prioritárias eleitas para execução no biênio 2015-2016 visaram, além de outros, dar capilaridade e desdobrar as estratégias em ações efetivas a cumprir as metas estabelecidas no planejamento estratégico vigente, as metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e as Metas Específicas da Justiça do Trabalho, bem ainda, desenvolver iniciativas para melhorar as condições de trabalho de Magistrados e Servidores e fortalecer a missão institucional do TRT 14 que é "Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade e efetividade, promovendo a paz social e o fortalecimento da cidadania".

Ao longo do biênio, foram promovidas várias ações integradoras visando a eficácia e efetividade do Plano bienal. O Plano de Gestão do biênio 2015-2016 estabeleceu suas prioridades, extraídas do planejamento estratégico, o que serviu de subsídio para a execução de plano tático para este período.

A partir dos objetivos estratégicos do TRT14, aprovados pela Resolução Administrativa nº 79/2014, a Administração do Regional definiu três Linhas Prioritárias de Atuação para execução no biênio 2015-2016, sendo:

LINHAS PRIORITÁRIAS	
I - Infraestrutura	Manter o Regional com infraestrutura física adequada, incluindo as instalações físicas e mobiliárias do edifício-sede e das Varas do Trabalho, observando as normas e os critérios de ergonomia, acessibilidade e sustentabilidade.
II - Governança Administrativa e Gestão de Pessoas	Refere-se a ações que promovam o bem-estar de Servidores e Magistrados no ambiente de trabalho; a humanização das relações de trabalho e o estabelecimento da adequada distribuição da força de trabalho para atingimento dos objetivos estratégicos aprovados no Mapa Estratégico Corporativo do Regional para 2015-2020
III - Eficiência Operacional	Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo e garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos Servidores e Magistrados, preferencialmente com o uso dos sistemas informatizados e com a simplificação de rotinas e procedimentos, utilizando sistemas remotos de forma a possibilitar auxílio às unidades, aos gestores, com menor custo e no menor tempo possível.

Fonte: Cartilha do Plano de Gestão 2015-2016.

Os trabalhos de alinhamento das ações prioritárias aos objetivos estratégicos eleitos pelo Tribunal em seu Plano Estratégico exigiram dos gestores constante gerenciamento, conforme diretrizes estabelecidas na Portaria nº 0243-GP-TRT14, de 9 de fevereiro de 2015, que designou os responsáveis pelo monitoramento das metas nacionais e regionais de 2015, e nas Portarias nº 0563-GPTRT14, de 23 de março de 2015, que aprovou o presente Plano de Gestão e nº 1211, de 20 de junho de 2016, que institui o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal.

Ano final da vigência do referido Plano, foi possível aferir resultados que, somados a outros desdobramentos da estratégia, contribuíram significativamente para alcançar a visão de futuro do TRT14. Abaixo segue tabela ilustrativa dos resultados alcançados do supracitado Plano:

Tabela 34. Ações prioritárias cumpridas (Plano de Gestão 2015-2016).

AÇÕES PRIORITÁRIAS DO PLANO DE GESTÃO 2015-2016 CUMPRIDAS	STATUS DO CUMPRIMENTO
1) Aparelhamento das Varas do Trabalho	CUMPRIDO 
2) Reforma, restauração, adequação e ampliação das instalações físicas das unidades jurisdicionais de 1º Grau, em conformidade com o Plano de Obras do Regional	CUMPRIDO 
3) Renovação da frota de veículos das unidades de 1º grau	CUMPRIDO 
4) Elaboração, implantação e implementação do Plano Diretor de Informática – PDTI	CUMPRIDO 

5) Capacitação continuada de Magistrados e Servidores em PJe-JT e sua integração com o e-Gestão	CUMPRIDO ✓
6) Realização de concurso público para contratação de novos Servidores	CUMPRIDO ✓
7) Propiciar os meios necessários objetivando a implantação no âmbito do TRT14 do Módulo Licitações e Contratos integrantes do Projeto GAE – Gestão Administrativa Eletrônica da Justiça do Trabalho; SILC – Sistema de Licitações e Contratos (Convênio com TRT 4ª Região). <b>Situação:</b> O Sistema SILC - Sistema de Licitações e Contratos, o qual já se encontra implantado no âmbito do TRT da 14ª Região (por meio do Convênio da TRT 4ª Região) está em fase de teste.	CUMPRIDO ✓
8) Simplificação, padronização, manualização e desenvolvimento de sistemas de processos de trabalho nas áreas de apoio administrativo e judiciário (ênfase no PJe). <b>Situação:</b> a) foram realizados treinamentos com os servidores que operam o sistema, com o intuito de capacitá-los, bem como foram promovidos debates na Rádio 14 com o objetivo de esclarecer eventuais dúvidas, restando apenas a ampliação da manualização e padronização de procedimentos para cumprimento integral da ação.	CUMPRIDO ✓

**Fonte:** 3ª Reunião de Análise Estratégica de 2016.

### 13.2 Reuniões de Análise da Estratégia de 2016 (RAEs)

Sob a Coordenação do Presidente do TRT14, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, foi realizada no dia 22 de abril de 2016, a 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2016, oportunidade em que foram avaliados os principais resultados dos indicadores do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) 2015/2020, do Plano de Gestão do Biênio 2015/2016 e das Metas Nacionais e Regionais do Poder Judiciário.



A RAE é recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo utilizada a mesma metodologia por todos os Tribunais, de forma a possibilitar o acompanhamento dos resultados, a promoção de possíveis ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional, alinhado às diretrizes e metas do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Regional.



Durante a reunião os gestores das unidades intervenientes, apresentaram os resultados das metas, realçando as medidas adotadas e propondo ajustes para o cumprimento das metas estabelecidas pelo Tribunal no presente exercício.

O TRT14 realizou no dia 7 de outubro de 2016, a segunda Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2016, com objetivo de sensibilizar e alinhar as ações da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre com o Planejamento Estratégico Participativo (PEP) - 2015/2020, bem como das Ações Prioritárias do Plano de Gestão 2015/2016.

O Desembargador Francisco Cruz, Presidente do Regional, destacou que 2016 foi um ano atípico e para o cumprimento das Metas foi necessário o esforço e colaboração de todos os gestores das unidades de 1º e 2º Graus do Tribunal para administrar os escassos recursos.



O Desembargador destacou ainda, que o cumprimento das metas na área judicial, após a aprovação do novo Código de Processo Civil, acabou tornando ainda mais elástico os prazos de recursos que impactam nos indicadores dessas metas, especialmente na Justiça do Trabalho.



O Presidente ressaltou que o Regional recebeu recurso financeiro recentemente, o que ajudará no custeio de despesas até o fim deste ano, e para isso recomendou aos gestores para agilizarem os processos e licitações necessárias para o melhor atendimento das demandas do Regional, para serem concluídos até o dia 12 de novembro de 2016.

#### ***PLS-Jus/TRT14***

Na ocasião da 2ª RAE, o Plano de Logística Sustentável do TRT14 (PLS-Jud/TRT14) foi apresentado com ênfase nas medidas que impactam a sustentabilidade. O PLS-Jud/TRT14 é composto por 12 temas, que tratam desde o consumo de copos descartáveis, consumo de papel, energia elétrica até as obras de infraestrutura físicas sustentáveis das unidades, além de editais de contratação.





Foram apresentadas as metas não cumpridas até setembro de 2016, bem como os indicadores para cumprimento até dezembro deste ano. Na medida da apresentação alguns gestores se manifestaram acerca de suas unidades e suas metas.



No dia 14 de dezembro, o TRT14 realizou a terceira e última RAE de 2016, tendo como base os indicadores e metas auferidas até novembro de 2016.

Na oportunidade foram analisadas a execução do PEP - Planejamento Estratégico Participativo, 2015/2020 e as Ações Prioritárias do Plano de Gestão 2015/2016.



*Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, Presidente do Regional, fez a abertura da 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2016.*

Ao fazer a abertura da reunião, o Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, Presidente do Regional, agradeceu o empenho de todos os gestores das unidades intervenientes, ressaltando o reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça com o selo Diamante do Justiça em Números, prêmio recebido no dia 5 de dezembro de 2016, durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

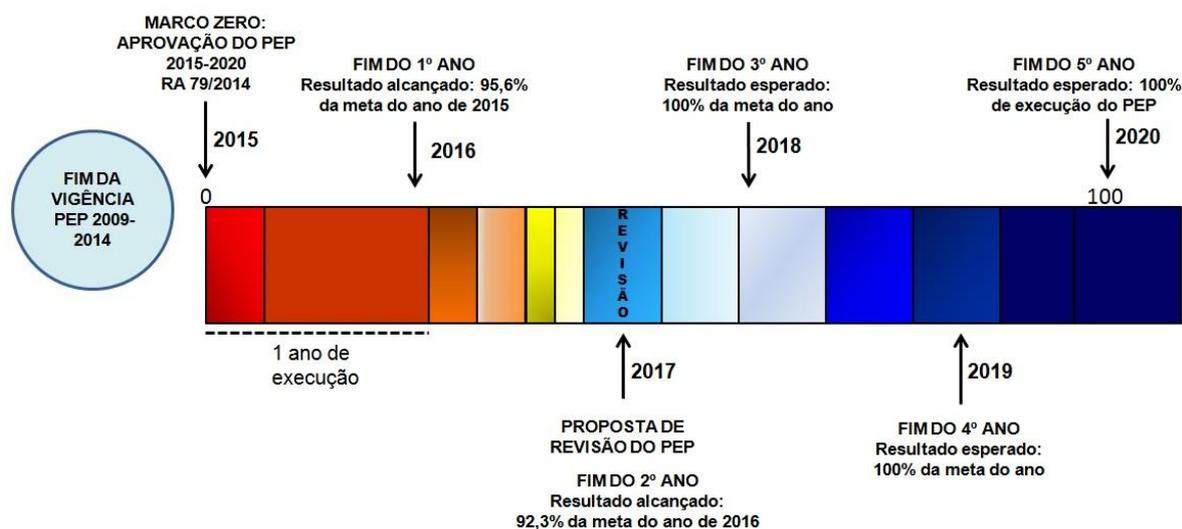


Destacou-se a importância da edição e aprovação pelo Tribunal Pleno do Plano de Logística Sustentável do TRT14, sendo um excelente instrumento de gestão no uso racional dos recursos e de medidas de contenção de custos e de utilização correta dos insumos, inaugurando uma nova fase na gestão socioambiental com indicadores

próprios, metas e planos, para intensificar e avançar na solidificação e manutenção continuada das praticas socioambientais de excelência.



As 10 ações prioritárias do Plano de Gestão 2015-2016 foram destacadas, sendo apresentada também a faixa de cumprimento da execução da Estratégia do PEP 2015-2020, que aponta para 95% das metas cumpridas no ano de 2015 e 92,3% de 2016, conforme gráfico que representa a faixa de cumprimento da Estratégia, aprovada pelo Regional por meio da Resolução Administrativa nº 79/2014 do Tribunal Pleno.



Os resultados alcançados a partir da execução de cada ação prioritária definida no biênio 2015-2016 foram de suma importância para o fortalecimento das iniciativas, projetos e outras ações decorrentes, que ao final dos dois anos, resultou de modo satisfatório em relação às metas estratégicas.



Finalmente, na data de 14 de dezembro de 2016, na ocasião da 3ª RAE, foi apresentada proposta de revisão do Planejamento Estratégico Participativo para o primeiro semestre de 2017, adequando-o ao novo contexto em que a Justiça Trabalhista e o TRT 14ª Região estão inseridos após 2 anos de execução do planejamento vigente, conforme dispões as resoluções 198/2014 do CNJ e 79/2014 deste Regional.

### **13.3 TRT de Rondônia e Acre recebe Selo Diamante**

O TRT14 foi agraciado, no dia 5 de dezembro de 2016, com o Selo Diamante do Justiça em Números. A distinção é entregue pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em reconhecimento aos Tribunais que investem no aperfeiçoamento da governança e promovem a transparência pública, com eficiência, eficácia e efetividade.



Ao receber a certificação o Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, Presidente do Regional, durante o 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, relembrou os cortes e limitações orçamentárias e de pessoal ocorridos em 2016, impactando na condução da estratégia e no alcance da melhoria da prestação jurisdicional de excelência, um dos macros objetivos do Poder Judiciário Nacional.



O Presidente registrou a presença do Vice-Presidente do Regional, Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, presente na solenidade, em nome de quem parabenizou seus pares e todos os Magistrados do trabalho de Rondônia e Acre, e agradeceu ainda o empenho de todos os Servidores em nome do Servidor João Bosco Machado de Miranda, Secretário-Geral da Presidência do Regional.



## 14 METAS

### 14.1 Metas Nacionais do CNJ - 2016

A seguir, resumo do cumprimento das metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça, com seus respectivos percentuais de cumprimento.

METAS NACIONAIS 2016		
META	DESCRIÇÃO DA META	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	95,08%
2	Julgar processos mais antigos - identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014, nos 1º e 2º graus	94,73%
3	Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais	88,27%
5	Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente	91,05%
6	Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e até 31/12/2014, no 2º grau	80,49%
7	Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos - identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior	106,64%

Fonte: SIGEST (data-base: 31/12/2016).

## 14.2 Meta Específica CSJT – 2016

### 14.2.1 Meta específica 1 da Justiça do Trabalho

**Descrição da meta:** Reduzir o tempo médio de duração do processo (1º e 2º Grau).

Tabela 35. Meta específica – 1º Grau

Período	Somatório (Data da prolação da sentença/Data do ajuizamento da ação)	Total de Processos com prolação de sentenças	Prazo médio de 2014 = 77,87(Reduzir 1% em 2016 = 77,09 dias)	Prazo médio Alcançado	Desempenho
Jan	120.237	1.152	77,09	104,37	INSATISFATÓRIO
Fev	179.782	2.090		95,62	INSATISFATÓRIO
Mar	193.487	2.389		80,99	INSATISFATÓRIO
Abr	190.956	2.382		80,17	INSATISFATÓRIO
Mai	261.775	2.919		89,68	INSATISFATÓRIO
Jun	237.373	2.609		90,98	INSATISFATÓRIO
Jul	211.339	2.872		73,59	SATISFATÓRIO
Ago	253.471	3.439		73,70	SATISFATÓRIO
Set	295.475	2.457		120,26	INSATISFATÓRIO
Out	194.765	1.802		108,08	INSATISFATÓRIO
Nov	235.150	2.173		108,21	INSATISFATÓRIO
Dez	150.741	1.521		99,11	INSATISFATÓRIO

**Fonte:** Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST (data-base: 31/12/2016)

Tabela 36. Meta específica – 2º Grau

Período	Somatório (Data da baixa/data autuação)	Total de processos baixados	Prazo médio de 2014 = 144,01 (Reduzir 1% em 2016 = 142,57 dias)	Prazo médio Alcançado	Desempenho
jan	79.438	504	142,57	157,62	INSATISFATÓRIO
fev	99.790	596		167,43	SATISFATÓRIO
mar	85.094	449		189,52	SATISFATÓRIO
abr	71.254	399		178,58	SATISFATÓRIO
mai	96.969	654		148,27	SATISFATÓRIO
jun	55.788	361		154,54	SATISFATÓRIO
jul	66.215	431		153,63	SATISFATÓRIO
ago	87.772	492		178,40	SATISFATÓRIO
set	116.143	556		208,89	SATISFATÓRIO
out	100.453	516		194,68	SATISFATÓRIO
nov	109.747	571		192,20	SATISFATÓRIO
dez	192.524	917		209,95	SATISFATÓRIO

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST (data-base: 31/12/2016)

### 14.3 Meta Regional do TRT14

No Planejamento estratégico do TRT14, o objetivo estratégico de “gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz” tem o objetivo de alinhar a gestão orçamentária com as estratégias e os planos definidos no desdobramento do Planejamento Estratégico e acompanhar a execução orçamentária e racionalizar custos operacionais em consonância com o planejamento. A Meta Regional 1 definida pelo TRT14 foi: “Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2016, excluídas as despesas com pessoal e as despesas da fonte própria 81”. O TRT14 possui desde 2015 no portfólio de metas regionais a meta de execução do orçamento, tendo sido atingido o percentual de 60,30% de execução até setembro de 2016. As restrições orçamentárias impostas no primeiro semestre de 2016 demandaram muitas operações de remanejamentos de fontes, saindo despesas que estavam liquidadas na fonte 00 para a 81 ocasionando descumprimento dessa meta em setembro. Porém, o exercício foi finalizado com execução de 87,92%, aproximando-se dessa meta regional para dezembro que seria de 90%. Um dos fatores que contribuíram para o não cumprimento da meta foi a disponibilização da dotação de R\$ 1.245.670,00 no mês de dezembro, impossibilitando sua total execução dentro do próprio exercício.

Nota-se a redução nas despesas por contratações diretas (dispensa de licitação e inexigibilidade) resultado da continuidade da política de adequação das despesas na modalidade Pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação conforme prevê a Lei 10.520/2002, gerando um ganho de eficiência e eficácia na realização das despesas do TRT14.

### 14.3.1 Meta Regional 1

**Descrição:** Executar, até setembro 65%, até outubro 73%, até novembro 81% e até dezembro 90% do orçamento anual disponível para 2016, excluídas as despesas com pessoal.

Tabela 37. Meta Regional 1

Período	Total do orçamento do Tribunal para cumprimento da meta	Valor do Orçamento a ser executado (R\$)(65% do orçamento)	Total do Orçamento executado no mês em referência (R\$)	Total Acumulado do orçamento executado no mês de referência (R\$)	Execução do Orçamento - Meta a ser alcançada (%)	Percentual de execução do atual orçamento (%)	Percentual de cumprimento da Meta(%)
jan	12.576.178,00	8.174.515,70	215.809,79	215.809,79	2,75	1,72	62,40
fev	12.576.178,00	8.174.515,70	1.088.740,47	1.304.550,26	7,88	10,37	131,64
mar	12.576.178,00	8.174.515,70	1.470.735,79	2.775.286,05	16,74	22,07	131,83
abr	12.576.178,00	8.174.515,70	1.335.532,73	4.110.818,78	26,65	32,69	122,65
maio	12.576.178,00	8.174.515,70	1.434.758,25	5.545.577,03	37,43	44,10	117,81
jun	12.576.178,00	8.174.515,70	1.514.268,92	7.059.845,95	43,64	56,14	128,64
jul	14.957.178,00	9.722.165,70	1.382.465,46	8.442.311,41	54,05	56,44	104,43
ago	14.957.178,00	9.722.165,70	196.275,45	8.638.586,86	55,89	57,76	103,34
set	14.957.178,00	9.722.165,70	380.201,73	9.018.788,59	65,00	60,30	92,77
out	14.957.178,00	10.918.739,94	1.142.083,01	10.160.871,60	73,00	67,93	93,06
nov	14.957.178,00	12.115.314,18	1.060.899,23	11.221.770,83	81,00	75,03	92,62
dez	16.446.178,00	14.801.560,20	3.237.817,79	14.459.588,62	90,00	87,92	97,69

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – SIGEST (data-base: 31/12/2016)

## 15 GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 15.1 Biblioteca do Tribunal

Entre os diversos serviços realizados pela Biblioteca do TRT14, destacam-se: disseminação seletiva da informação, empréstimo e reserva de material bibliográfico, consulta a publicações e documentos disponíveis em registros manuais e eletrônicos, empréstimo entre bibliotecas, pesquisa em bancos de dados bibliográficos e referenciais, normalização bibliográfica, localização de material bibliográfico e documentário não existente nas coleções da Biblioteca e disponível em instituições cooperantes e orientação no uso das coleções e demais serviços oferecidos.

Tabela 38. Aquisição de livros, periódicos e multimídias da Biblioteca.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO
Livros Jurídicos e outras áreas de interesse, por meio de compra (Proad n. 14734/2016) e doação	89	12.273,41
Doação (literatura)	8	-
Periódicos e assinaturas - Compra (formato impresso/digital)	33	133.069,93
Recursos Eletrônicos – Doação (DVD's - Jurídicos, cultura e lazer)	2	-
Biblioteca Digital (BidForum, livros periódicos e Informativo Jacoby), RTOnline, Biblioteca Digital Proview, LTR Biblioteca Digital, Minha Biblioteca, Datalegis, Normas da ABNT)	8	-
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>145.343,34</b>

Fonte: Secretaria Judiciária/Seção da Biblioteca (data-base: 31/12/2016).

Tabela 39. Material bibliográfico alimentado na base de dados SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas).

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Livros (volumes)	181
Periódicos (fascículos)	130
<b>TOTAL</b>	<b>311</b>

Fonte: Secretaria Judiciária/Seção da Biblioteca (data-base: 31/12/2016).

O acervo bibliográfico da Biblioteca Valentin Carrion está disponível para empréstimos, sendo registrados 1.219 empréstimos de livros jurídicos para o ano de 2016, conforme tabela abaixo.

Tabela 40. Circulação do acervo

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Livros Jurídicos	1.219
Periódicos Jurídicos (Empréstimo especial)	13
Recursos Eletrônicos (DVD's jurídicos)	10
Recursos Eletrônicos (DVD's - cultura e lazer)	3
Literatura	17
<b>TOTAL</b>	<b>1.262</b>

**Fonte:** Secretaria Judiciária/Seção da Biblioteca (data-base: 31/12/2016).

Tabela 41. Uso do espaço físico da Biblioteca para consultas e estudos.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Usuários Internos (Magistrados, Servidores e estagiários)	24
Usuários Externo (advogados, estudantes e comunidade em geral)	343
<b>Visita monitorada</b>	
Programa Justiça de Portas Abertas	34
<b>Ambientação</b>	
Magistrado	4
Servidor	4
Estagiário	7
<b>TOTAL</b>	<b>416</b>

**Fonte:** Secretaria Judiciária/Seção da Biblioteca (data-base: 31/12/2016).

## 16 EVENTOS INSTITUCIONAIS

### 16.1 TRT da 14ª Região comemora 30 anos de instalação

O Tribunal Regional do Trabalho de Rondônia e Acre comemora os 30 anos de instalação com a entrega da Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no grau Comendador e de Medalha do Mérito Funcional da Justiça do Trabalho da 14ª Região, no dia 28 de novembro de 2016, em Porto Velho (RO).



O Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz ao agradecer e cumprimentar os presentes, e em especial aos agraciados pelas insígnias, ressaltou o empenho dos Magistrados e Servidores e do apoio irrestrito das instituições parceiras da Justiça do Trabalho.

Ainda em seu discurso, o Presidente do TRT novamente registrou a crise que passa a Justiça do Trabalho brasileira, alvo de cortes orçamentários e de discursos discriminatórios de parte da classe política.





Este reconhecimento se fez às pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da Justiça do Trabalho ao longo destes 30 anos, sendo concretizado por meio da entrega da Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no grau Comendador.

Com a Medalha Funcional da Justiça do Trabalho da 14ª Região, foram agraciados os Servidores: Natal Vieira de Almeida, Ademir Gaiotto Gaiotto, Fernando de Assis Ribas Goulart, Martinho de Oliveira e Neide Medeiros de Lira.

## 17 CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

### 17.1 Uso do Sistema “Hangouts”



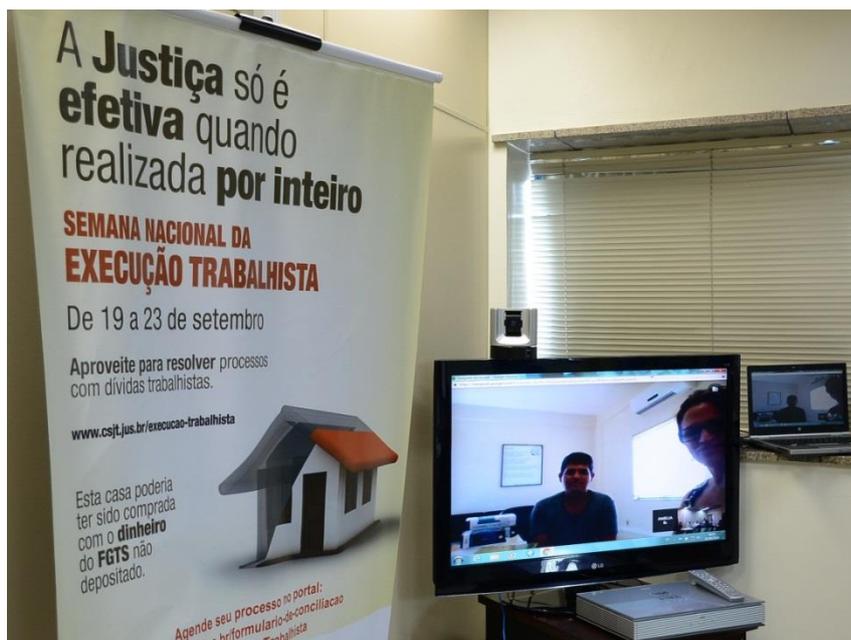
*Audiência utilizando o Sistema "Hangouts" de videoconferência, na 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO).*



*Presidente do TRT14, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz deu posse a Magistrados através do sistema eletrônico de videoconferências hangouts.*



*A Vara do Trabalho de Plácido de Castro, no interior do Acre, a 92 km de Rio Branco, estreou em 17 março de 2016 o uso do Sistema Nacional de Videoconferência*



*Utilização do Sistema hangouts auxiliou na realização de acordos em Ariquemes (RO).*



*O Desembargador Presidente Francisco José Pinheiro Cruz empossou no dia 26 de agosto de 2016, o Juiz do Trabalho Shikou Sadahiro no cargo de Desembargador, via Sistema hangouts.*

## Capítulo III

# *Perspectiva*

# RECURSOS

### *Objetivos*

- GOVERNANÇA DA GESTÃO DE PESSOAS
  - QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS
- GESTÃO DO ORÇAMENTO EFICIENTE E EFICAZ
  - INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA
  - RESULTADOS DA GOVERNANÇA DE TIC

## 18 GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS

### 18.1 Magistrados

Tabela 42. Número de Magistrados ativos.

<b>MAGISTRADOS ATIVOS</b>	
<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>
Desembargadores	8
Juiz do Trabalho Titular	32
Juiz do Trabalho Substituto	27
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

Abaixo, relação nominal de Magistrados que tomaram posse no ano de 2016.

Tabela 43. Relação nominal dos Magistrados admitidos.

<b>MAGISTRADOS ADMITIDOS</b>	
<b>MAGISTRADOS:</b>	Cleiton William KraemerPoener Heloísa Polizel de Oliveira Everaldo dos Santos Nascimento Filho Fernando Sukeyosi

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

### 18.2 Servidores

Tabela 44. Total de Servidores ativos do quadro permanente do TRT14.

<b>SERVIDORES ATIVOS DO QUADRO PERMANENTE</b>	
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Em exercício no Tribunal/Vara	741
Servidores Cedidos a Outros Órgãos – Art. 93 – Lei nº 8.112/90	3
Servidores Cedidos a Outros Órgãos – RA CSJT nº110/2012	25
Servidores com Lotação Provisória para Acompanhar Cônjuge – Art.84, § 2º – Lei nº 8.112/90	5
<b>TOTAL</b>	<b>774</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

Tabela 45. Total de Servidores não pertencentes ao quadro permanente lotados no TRT14.

<b>SERVIDORES NÃO PERTENCENTES AO QUADRO PERMANENTE</b>	
<b>SITUAÇÃO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Sem Vínculo	3
Requisitados	25
Servidores Removidos – RA CSJT Nº 110/2012	9
Servidores Removidos – Art.36 – Lei nº 8.112/90 c/c RA CSJT nº 110/2012	1
Servidores com Lotação Provisória para Acompanhar o Cônjuge – Art. 84, § 2º – Lei nº 8.112/90	4
Estagiários	85
<b>TOTAL</b>	<b>127</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

Tabela 46. Número de Servidores por sexo.

<b>NÚMERO DE SERVIDORES POR SEXO</b>	
<b>CATEGORIA</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Masculino	443
Feminino	341

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

Tabela 47. Número de pessoal terceirizado por área.

<b>TERCEIRIZADOS</b>	
<b>Discriminação</b>	<b>Quantidade</b>
Manutenção elétrica e ar-condicionado	
Movimentação de cargas	
Segurança	
Limpeza e Conservação, Copa, Serviços gerais	
Informática	6
<b>TOTAL</b>	

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

Tabela 48. Número de aposentadorias por tipo.

<b>APOSENTADORIA</b>	
<b>TIPO DE APOSENTADORIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Compulsória Integral	1
Compulsória Proporcional	6
Invalidez Permanente Integral	24
Invalidez Permanente Proporcional	16
Voluntária Integral	129
Voluntária Proporcional	32
<b>TOTAL</b>	<b>208</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

### 18.3 Concurso Público

O TRT da 14ª aplicou provas, no dia 28 de fevereiro de 2016, nas cidades de Porto Velho e Ji-Paraná (Rondônia), e em Rio Branco (Acre), para provimento de cargos de nível superior e médio, do quadro permanente, para cargos: Técnico Judiciário, Área Administrativa, além de cadastro reserva para os cargos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Analista Judiciário, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado/Especialidade Tecnologia da Informação e Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado/Especialidade Tecnologia da Informação.

A banca organizadora do certame, Fundação Carlos Chagas (FCC), registrou o total de 23.918 inscritos. O Concurso foi homologado por meio da Resolução Administrativa nº 57/2016. A realização do concurso público tem possibilitado a reposição de pessoal, de modo a garantir a melhor distribuição da força de trabalho entre 1º e 2º Graus.

Enfatiza-se, ainda, que se encontra em vigência, até 24/12/2016, o Concurso para provimento de cargos vagos de Analista Judiciário: Área Administrativa e Área Medicina e Odontologia (Edital TRT 14ª Região nº 1/2014).

Segue, abaixo, relação nominal de Servidores que tomaram posse no ano de 2016.

Tabela 49. Relação nominal de novos Servidores que tomaram posse no ano de 2016 e respectiva lotação

<b>RELAÇÃO NOMINAL DE SERVIDORES ADMITIDOS</b>	
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
Antônio Carlos Ferreira da Silva	Analista Judiciário – Área Administrativa
Fladson Ricardo Mendes dos Santos	
Djarlene Nogueira de Lima Silva	
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
Leandro Castro Souza	Analista judiciário – área judiciária
Livia Romanelli de Almeida Mariano	
João Victor Souza Queiroz	
Caique Castro Souza	
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
Raul Pimenta Nogueira	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador
Iwan de Castro Lima	
Ana Gabrielle Ladislau de Sena	
Raphaella Vasques Miotti	
Gabriel Saiter Nonato	

<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
Daniel Ferreira de Souza	Analista Judiciário, Área Apoio Especializado. Tecnologia da Informação
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>
Eder Pires Pantoja	
Leandro Santana	
Saulo Rodrigues Lelés Costa	
Alexandre Costa de Oliveira	
Ezequiel de Oliveira Marcelino	
Glauber Calheiros de Sa	
Andreia Bosschart Storch	
Lislane Ribeiro	
Adriano Miranda Siebra	
Bruno Nunes Labre	
Fernando Pinto Rodrigues	
Adriano Alves Nasser	
Cibele Dutra Goes Garcia	
Deydson Maycon Mendes Santos	
Jaqueline Bastos Miranda	
Lisiam Carvalho Cerqueira	
Rafael Guimaraes do Carmo	
Raul Rodrigues Alves	
Terezinha Silva Saavedra	
Dheis Kretli Silva Souza	
Naiara Carneiro Lazzarini da Silveira	
Mayara Ribeiro Quilicone	Técnico Judiciário – Área Administrativa
Leticia Cardoso de Oliveira	
Carlos Roberto Carvalho de Jesus	
Izabella Bagno Rocha	
Juliana Barbosa de Araujo	
Maira Ronchetti de Moura	
Evelyn Mariane Esteves da Silva	
Fatima Magalhaes Santana	
Helton Martins da Silva	
Jean Carillo da Costa Barlatti	
Davisson Lucas Vieira Afonso	
Poliana Greice castro Sampaio	
Bruno Severo de Souza	
Carlos Francisco da Paz	
Iuri Tadeu Ribeiro de Carvalho	
Jessica Jevanny Rocha Goes dos Santos	
Liliane Silva Chen	
Leiliane Dias Cabral	
Bruno Coelho Farias	
Victor Machado Viana Gomes	
Endrio Anunciacao da Costa	
Gildo Afonso Filho	
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO</b>

Romulo Valente Ferreira

Técnico Judiciário –  
Especialidade Tecnologia  
da Informação

Naun Lemos Belo

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (data-base: 31/12/2016)

## 18.4 Magistrados

### TRT14 empossa primeiro juiz aprovado em concurso de outro Tribunal

O TRT14 empossou no dia 14 de outubro de 2016 o primeiro Magistrado por meio do Processo de Remoção para fins de Aproveitamento.



Além do Juiz do Trabalho Cleiton William Kraemer Poerner, dois novos Juízes do Trabalho Substitutos tomaram posse no dia 29 de novembro de 2016 no TRT14, por meio do II Concurso de Remoção para fins de Aproveitamento de Candidatos aprovados em certames de outros Regionais: Everaldo dos Santos Nascimento Filho e Fernando Sukeyosi.



Ainda em 2016 o TRT14 empossou mais uma Juíza do Trabalho, Heloísa Polizel de Oliveira, por meio do concursos de remoção.



Ao todo, no exercício 2016, o TRT14 promoveu dois concursos de remoção para fins de aproveitamento de candidatas aprovadas em certames de outros regionais, o que oportunizou a posse de 4 novos Magistrados.

## 19 DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA EM GESTÃO DE PESSOAS

Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas definem missão, visão e valores na 1ª Reunião de Contribuição da Unidade para o Planejamento Estratégico Participativo 2015/2020 (PEP).



As discussões e sugestões foram compartilhadas com a formação de três equipes durante os trabalhos que aconteceram de 16 a 18, bem como no dia 24 de agosto.



*Secretário-Geral da Presidência, João Bosco Machado de Miranda, facilitador e coordenador das oficinas de desdobramento da estratégia em Gestão de Pessoas.*

Nas atividades conseguiu-se identificar boas soluções a mitigar os *gaps* relacionados à Gestão de Pessoas, que serão desdobrados em árvores de soluções para o alcance dos objetivos e metas do Planejamento Estratégico do TRT.



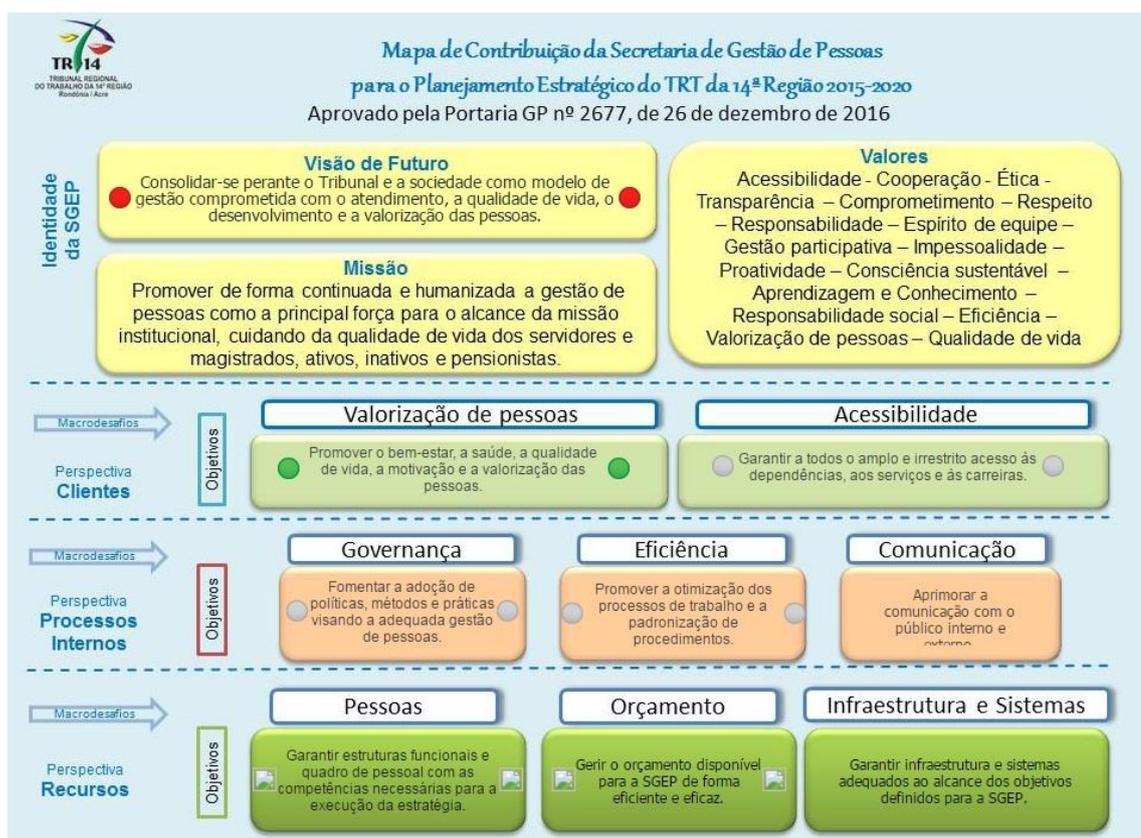
*Equipes participantes das oficinas de desdobramento da estratégia em Gestão de Pessoas.*



No âmbito da saúde e qualidade de vida, a efetiva participação do corpo médico, odontológico e psicossocial do Regional, trouxe maior interação na busca de melhorias, além de grandes contribuições registradas.



Com o intuito de facilitar a visualização da estratégia da organização como um todo, utiliza-se o Mapa Estratégico, componente da ferramenta *Balanced Scorecard*, que consiste num dos instrumentos mais adotados na implementação da gestão estratégica em organizações, sejam públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.



**Fonte:** Mapa de Contribuição da Secretaria de Gestão de Pessoas para o Planejamento Estratégico do TRT da 14ª Região 2015-2020.

## TRT14 destaca-se no iGovPessoas em 2016

O Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para os anos de 2015 a 2020 possui, entre seus objetivos, o de “promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida”. Para fins de mensuração deste objetivo foi definido o indicador iGovPessoas, o qual utiliza o percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas.

Entre os componentes e/ou fatores avaliados estavam o de liderança da alta administração, Planejamento Organizacional, Planejamento da Gestão de Pessoas Planejamento da Força de Trabalho, Unidade de Gestão de Pessoas como Parceira Estratégica, Gestão da Liderança e Processo Sucessório, Treinamento e Desenvolvimento, Gestão do Conhecimento, Comunicação, Avaliação de Desempenho Relações com os Colaboradores, Reconhecimento, Perfil Profissional e de Atividades Recrutamento e Seleção, Retenção e *Accountability*, os quais se desdobravam em mais de 90 itens.

Os resultados do iGovPessoas de 2016 foram obtidos a partir das determinações contidas no Acórdão n. 358/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o qual tinha o objetivo de acompanhar e manter base de dados atualizada sobre a situação de governança e gestão de pessoas na Administração Pública Federal, com base nos itens do Acórdão n. 3023/2013 do Plenário do TCU.

A meta visa atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas, conforme quadro abaixo:

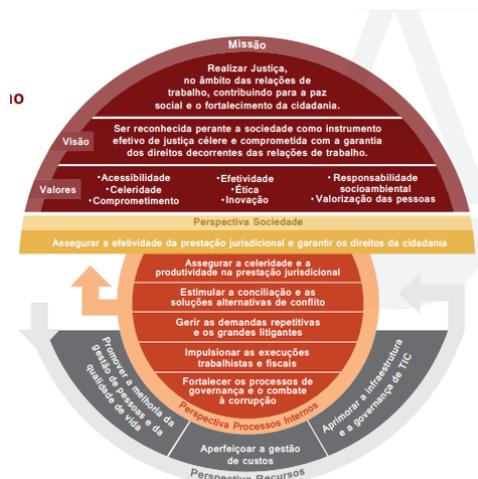
ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
FAIXA	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
% DE CUMPRIMENTO	0 a 39,99%	0 a 39,99%	0 a 39,99%	40 a 70%	40 a 70%	70,01 a 100%

Fato relevante é o de que a Justiça do Trabalho da 14ª Região (RO e AC) atingiu o máximo desempenho auferido (Aprimorado) bem antes do previsto, ainda em 2016, o que demonstra a avançada capacidade e alto estágio de maturidade de sua governança na área de Gestão de seus recursos humanos.

O Regional alcançou o percentual de cumprimento de 90,14%, o maior resultado entre as Cortes Trabalhistas. Os Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª e 12ª também apresentaram faixa de cumprimento “aprimorada”, com percentuais de cumprimento de 78,87% e 75,46%, respectivamente.

A faixa “aprimorada” exigida na meta diz respeito à capacidade obtida no resultado final da avaliação do iGovPessoas, sem ser necessário obter a mesma classificação em todos os componentes do índice.

Ressalte-se, ainda, que entre objetivos do plano estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, elaborado pelo CSJT, tem o indicador iGovPessoas, sendo também medido no PEP 2015/2020 do TRT14, por meio do objetivo estratégico de “Maximizar a governança da gestão de pessoas”, alinhado ao Reune-JT.



*Mapa Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020.*

## 20 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

O Plano Orçamentário Capacitação de Recursos Humanos (cursos, palestras, *workshops*, congressos, e outros com vistas à melhoria do desempenho técnico profissional) destina-se ao atendimento das áreas de tecnologia da informação, das atividades fins dos Servidores de 1º e 2º graus com vistas ao atendimento ao jurisdicionado e resultados do TRT14, além dos setores administrativos como auditoria, contabilidade, orçamento, finanças, contratos, recursos humanos e logística, e todas elas alinhadas ao PEP do TRT14.

Com um orçamento inicial de R\$ 571.765,00 mais suplementação via Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) de R\$ 18.330,00, a ação teve um valor empenhado de R\$ 590.094,07 e liquidado de R\$ 582.942,64

Dentro da estrutura organizacional do TRT14 há a Escola Judicial, setor responsável pela elaboração do plano de capacitação de Magistrados e Servidores do Tribunal e pelas metas físicas estabelecidas na LDO para a Ação em tela. Com a atuação da equipe da EJUD o TRT14 teve sua meta de 979 Servidores capacitados superada, atingindo ao final do ano de 2016 o número de 1.529.

## ***XXI Encontro Institucional de Magistrados***



*XXI Encontro Institucional de Magistrados e o II Encontro Institucional de Assessores e Assistentes de Magistrados.*

No TRT14, o Encontro é parte integrante do plano de formação continuada de Magistrados e Servidores.

Os participantes assistiram à palestras a temas relacionados ao Novo Código de Processo Civil.



## ***II Encontro de Assessores e Assistentes***

A edição do abordou temas relacionados à terceirização, dano existencial nas relações de trabalho, neurolinguística, impactos do novo CPC, além de curso sobre elaboração de minutas de voto e oficina prática de elaboração de sentença.



*Encontro de Assessores e Assistentes*

Foram ministradas as palestras com as seguintes temáticas: "O Dano Existencial nas Relações de Trabalho" e "Neurolinguística: A arte de entender os outros e a si mesmo" e "Ações Cíveis Públicas e Coletivas". Foi ministrado, também, o Curso de "Teoria e Prática de Elaboração de Minutas de Voto", sob a responsabilidade do Assessor de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Nivaldo Dóro Júnior.

## ***VII Encontro de Diretores, Assessores e Secretários do TRT14***

No VII Encontro de Diretores, Assessores e Secretários do TRT14 foram discutidos os temas referentes à gestão, estratégia, inovações, tendências e troca de experiências sobre a gestão na Justiça do Trabalho.



*VII Encontro Institucional de Diretores, Assessores e Secretários*



*Curso de "Elaboração de Despachos e Decisões no Processo Judicial Eletrônico de acordo com o novo Código de Processo Civil".*



## ***XXII Encontro Institucional de Magistrados***

Durante o Encontro foi ministrada a palestra sobre a "Gestão na Justiça do Trabalho", abordando sobre a ética como um dos pilares da administração pública e da necessidade da cooperação para construir uma Justiça melhor.



*Magistrados do Trabalho de primeiro e segundo graus debateram sobre diversos assuntos durante o XXII Encontro Institucional de Magistrados, realizado pelo TRT14 e coordenado pela Escola Judicial (EJUD TRT14), em Porto Velho (RO) no período de 18 a 21 de outubro de 2016.*

Foi proposto, ainda, debate sobre conciliação, um assunto inevitável após a publicação da Resolução 174 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que trata da política de conciliação da Justiça do Trabalho.

Um estudo de caso com diversas situações relacionadas à Responsabilidade Civil na relação de trabalho, desde o âmbito de exame dos direitos da personalidade jurídica até questões relacionadas a acidente de trabalho, nexos de causalidade e de abuso de direito, também foi proposto durante o Encontro.

A Filósofa Dulce Magalhães, levou os participantes a uma reflexão ao ministrar a Palestra "Excelência em Tempos de Grandes Mudanças".



No último dia do Encontro, os Juízes do Trabalho Otávio Calvet e Édison Vaccari, do TRT1 e TRT8, respectivamente, explanaram sobre "Administração Judiciária".

### ***Curso de Formação Inicial de Magistrados***

O evento faz parte do cronograma do XI Curso de Formação Inicial de Magistrados do Tribunal. O palestrante foi o professor de Sociologia do Direito, Metodologia e Direito do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), e desde o ano de 2004 exerce a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de São João de Meriti, do TRT do Rio de Janeiro.



*A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região promoveu palestra com o tema "Magistratura: uma profissão em mutação", ministrada pelo Juiz do Trabalho do TRT da 1ª Região (RJ), Roberto da Silva Fragale Filho.*

### ***Ejud encerra Curso de Formação Inicial para Juízes do Trabalho Substitutos***



*Cerimônia de encerramento do Curso de Formação Inicial de Magistrados do Trabalho*

### **Curso do novo Sistema de Cálculos**



*Servidores do TRT14 passam a utilizar o novo Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJe-Calc), que foi desenvolvido pelo TRT da 8ª Região (PA/AP) e adotado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e todos os TRTs.*

### **Curso de Direção Defensiva**

No período de 18 a 20 de abril de 2016, o curso oferecido pela Escola Judicial do Tribunal, ministrado pelo SEST-SENAT, propiciou aos oficiais de justiça orientações técnicas de como evitar acidentes, vez que estão constantemente em diligências, trabalhos externos, que na maioria das vezes exige-se "perícia" na direção do veículo, imprescindível para o êxito de sua missão que é dar fiel andamento ao processo trabalhista.



*Oficiais de Justiça Avaliadores que atuam no TRT14 participaram de Curso de Direção Defensiva em*

Porto Velho.



*Servidores discutem regras gerais de circulação e postura de condutores.*

### ***Palestra sobre efetividade na execução trabalhista***



*Palestra sobre "Novos Mecanismos de Efetivação da Execução Trabalhista".*

### ***Curso da Ferramenta SIGEO-JT***

O TRT da 14ª Região passou a utilizar o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), promovendo a capacitação dos gestores.



*Servidores do TRT14 recebem treinamento para atuar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).*

Os membros do Comitê Gestor Regional do SIGEO-JT, Raimunda Tamar de Souza e Waldemir Nogueira de Lima (SOF), ministraram capacitação assistida dos gestores com objetivo de prepará-los para o uso da ferramenta, como forma de acompanhar e monitorar a tempestividade da aplicação dos recursos e o nível de aderência do planejamento à execução orçamentária.

### ***Novo Sistema de Controle de Material e Patrimônio***



*Treinamento para os usuários do Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP) em Porto Velho (RO)*

O treinamento visou aprimorar a rotina de registros de bens, doação e movimentação de material permanente entre outras funções do Sistema.

### **Oficina Prática de Processo do Trabalho**

A capacitação, coordenada pela Escola Judicial do TRT (Ejud), foi ministrada pela Juíza titular da 34ª Vara do Trabalho de Salvador, Ana Paola Santos Machado Diniz.



*Juízes e Servidores do TRT da 14ª Região participaram da Oficina Prática de Processo do Trabalho.*

### **Capacitação da Escola Superior do Ministério Público da União sobre o novo CPC**

Por meio de uma parceria entre o TRT14 e o MPT, a capacitação de 16 horas, em forma de palestras, foi promovida pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).



*Servidores do TRT participaram nos dias 1º e 2 de junho de 2016, na sede do MPT em Porto Velho (RO), do Curso de Aperfeiçoamento Alterações no Código de Processo Civil e impactos na atuação do MPT.*



### ***Agentes de Segurança do TRT 14 recebem treinamento***



*Agentes de Segurança Judiciária que atuam na Justiça do Trabalho da 14ª Região participaram de capacitação em Porto Velho (RO).*

Realizado pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, 21 agentes foram capacitados através de treinamentos que consistiram de aulas teóricas e práticas na área de Produção do Conhecimento, Segurança de Dignatários, Direção Defensiva e Evasiva, Defesa Pessoal e Teste de Condicionamento Físico.

### ***TRT14 realiza palestra sobre o Código de Processo Civil***

A palestra foi ministrada pelo Juiz do Trabalho Substituto da 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná (RO), Wagson Lindolfo José Filho.



*Escola Judicial do TRT14 promoveu no dia 23 de maio de 2016 a Palestra "O Novo Código de Processo Civil e seus Impactos no Processo Trabalhista",*



### ***Palestra sobre Tutelas Provisórias***

A palestra ministrada pelo Juiz do Trabalho Cleverson Oliveira Alarcon de Lima, foi realizada no auditório do edifício-sede do Regional, com a presença de 52 pessoas entre Magistrados e Servidores, sendo beneficiados, também, o público que acompanhou através da modalidade *on-line* (sistema de videoconferência) e pela web rádio 14.



*Escola Judicial do TRT14 promoveu a palestra: "Tutelas Provisórias"*

Tabela 50. Estatística geral das capacitações realizadas (Magistrados)

<b>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO/MAGISTRADOS/ANO 2016</b>			
<b>Período</b>	<b>1º GRAU</b>	<b>2º GRAU</b>	<b>Carga Horária</b>
Janeiro	-	-	-
Fevereiro	3	-	285
Março	11	1	98
Abril	19	-	48
Maio	38	6	279
Junho	40	4	70
Julho	1	-	4
Agosto	5	6	46
Setembro	11	1	37
Outubro	44	4	108
Novembro	27	3	34
<b>TOTAL</b>	<b>199</b>	<b>25</b>	<b>1009</b>

Fonte: Secretaria da Escola Judicial (data-base: 31/12/2016).

Tabela 51. Estatística geral das capacitações realizadas (Servidores)

<b>Período</b>	<b>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO - SERVIDORES 2016</b>			<b>TOTAL DE SERVIDORES POR ESTADO</b>	
	<b>Participantes</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>RONDÔNIA</b>	<b>ACRE</b>
	<b>1º GRAU</b>	<b>2º GRAU</b>			
Janeiro	0	5	4	5	0
Fevereiro	0	19	84	19	0

Março	26	77	126	95	8
Abril	44	06	75	36	14
Mai	184	68	117	189	63
Junho	132	135	228	232	35
Julho	22	22	164	39	5
Agosto	57	105	128	158	04
Setembro	55	104	149	134	25
Outubro	184	166	64	310	40
Novembro	10	1	12	11	0
<b>TOTAL</b>	<b>714</b>	<b>708</b>	<b>1151</b>	<b>1.228</b>	<b>194</b>

Fonte: Secretaria da Escola Judicial (data-base: 31/12/2016).

Tabela 52. Desenvolvimento gerencial para ocupantes de cargos de chefia.

DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA OCUPANTES DE CARGOS DE CHEFIA					
Tema	Qtd. de turmas	Nome do curso	Modalidade do Curso	CJ's	FC's Gerenciais
Gestão de Pessoas		Motivação	EAD	0	6
Direito Administrativo - Licitações e Contratos		Palestra: Jacoby	Presencial	0	22
Direito Administrativo - Regime jurídico dos Servidores Públicos		Legislação de Pessoal e Benefícios Previdenciários	Presencial	0	1
Direito Administrativo - Regime jurídico dos Servidores Públicos		VIII Simpósio Nacional - Questões Polêmicas da Legislação de Pessoal, Aposentadorias e Pensões	Presencial	1	0
Planejamento - Conceitos de Gerenciamento de Projetos		Curso Gestão do Tempo	EAD	0	5
Planejamento - Conceitos de Gerenciamento de Projetos		Curso de Gestão de Projetos	Presencial	0	2
Planejamento - Conceitos de Gerenciamento de Projetos		O Líder Moderno	EAD	0	7
		O Líder Moderno 2		2	9
Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Organizacional		Palestras: Mudança de Hábitos	Presencial	2	18
Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Organizacional		Excelência em Tempo de Mudança	Presencial	6	11

Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Organizacional	Encontro de Diretores do TRT14	Presencial	37	0
Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Organizacional	II Encontro de Assessores e Assistentes de Magistrados	Presencial	4	4
Direito Processual do Trabalho - Diversos	O Novo Código de Processo Civil, Precedentes e Jurisprudências	Presencial	0	8
Direito Processual do Trabalho - Diversos	Mini curso de Sentença	Presencial	0	14
Direito Processual do Trabalho - Diversos	Palestra: O Novo CPC e seus Impactos no Processo Trabalhista	Presencial	4	22
Direito Processual do Trabalho - Diversos	Alterações no CPC e seus Impactos na atuação do MPT	Presencial	2	0
Direito Processual do Trabalho - Diversos	Palestra: Tutela Provisória	Presencial	1	7
Redação e Português	Concordância Verbo-nominal e crase	EAD	2	4
<b>TOTAL</b>			<b>61</b>	<b>140</b>

Fonte: Secretaria da Escola Judicial (data-base: 31/12/2016).

Tabela 53. Histórico geral das capacitações (Servidores e Magistrados)

Período	Servidores capacitados			Magistrados capacitados			Total Magistrados e Servidores capacitados	Carga horária
	Serv. 1º grau	Serv. 2º grau	Total	Magistrados 1º grau	Magistrados 2º grau	Total		
2011	824	703	1.527	77	24	101	1.628	490
2012	465	537	1.002	159	20	179	1.181	2.205
2013	685	590	1.275	173	13	186	1.461	4.057
2014	572	751	1.323	229	31	260	1.583	3.342
2015	540	331	871	184	21	205	1.076	3.311
2016	714	708	1.422	199	25	224	1.646	2.160
<b>TOTAL</b>	<b>3800</b>	<b>3620</b>	<b>7420</b>	<b>1021</b>	<b>134</b>	<b>1155</b>	<b>8575</b>	<b>15565</b>

Fonte: Secretaria da Escola Judicial (data-base: 31/12/2016).

Tabela 54. Histórico das capacitações por localidade.

Ano	Capacitados em Rondônia	Capacitados no Acre	Total de capacitados
2011	1.394	234	1.628
2012	951	62	1.013
2013	1.079	285	1.364
2014	1.154	157	1.311
2015	726	145	871
2016	1.424	222	1.646

Fonte: Secretaria da Escola Judicial (data-base: 31/12/2016).

## 21 PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Políticas de qualidade de vida implementadas neste TRT14, extensivas aos dependentes legais, são fatores motivacionais, com reflexos positivos na saúde, produtividade e auto estima dos Servidores, além do notado aumento na satisfação geral, a exemplo disso, os benefícios de Plano de Saúde, Convênio com Academias de Ginástica, Atendimento médico, odontológico e Psicossocial próprios, entre outros.



Acrescente-se que o alinhamento das ações de assistência médica e odontológica ao PEP do TRT14, que estabeleceu ações sob a responsabilidade do Núcleo de Saúde, a exemplo do PCMSO, Programa de Saúde Mental, Semana da Saúde, buscando a melhoria da saúde dos Magistrados, Servidores e seus dependentes. Com a atuação das ações pelo Núcleo de Saúde, houve o desenvolvimento e a manutenção das competências necessárias para a promoção de ações que visam à melhoria da qualidade de vida dos Servidores, Magistrados e seus dependentes. Meta cumprida em razão da melhoria na saúde dos Servidores com repercussão nas atividades prestadas nas diversas unidades do Tribunal.

A seguir, serão relacionadas as principais ações que promovem o bem-estar de Servidores e Magistrados no ambiente de trabalho, bem como de dependentes.

### **VI Encontro de Saúde**

De 21 a 23 de setembro de 2016, Servidores e Magistrados receberam informações sobre a qualidade de vida e bem estar durante o VI Encontro de Saúde do TRT14.



Na abertura do Encontro, o Presidente e Corregedor do TRT, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, ressaltou a necessidade de promover a saúde do quadro funcional, um dos objetivos do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Tribunal, tendo como um dos macro desafios a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida.



O evento, coordenado pela Presidência e Secretaria de Gestão de Pessoas, através do Núcleo de Assistência à Saúde, discutiu questões importantes relacionadas à saúde ocupacional, mental e física de Magistrados e Servidores. A programação contemplou palestras, aferição de pressão arterial e oficinas de Yoga, respiração consciente, introdução à meditação, benefícios da atividade física e de avaliação do estado nutricional.

### ***Palestras e Oficinas***

Com o tema 'Stress Ocupacional e Saúde Mental', a psiquiatra Dra. Elis Regina Cardoso Duarte realizou a palestra de abertura, chamando a atenção para os principais fatores que afligem o trabalhador no ambiente laboral.



O primeiro dia fechou com a Oficina de Yoga, Respiração Consciente e Introdução à Meditação, ministrada pela professora de Yoga do Instituto do Ser, Silvania Oliveira.



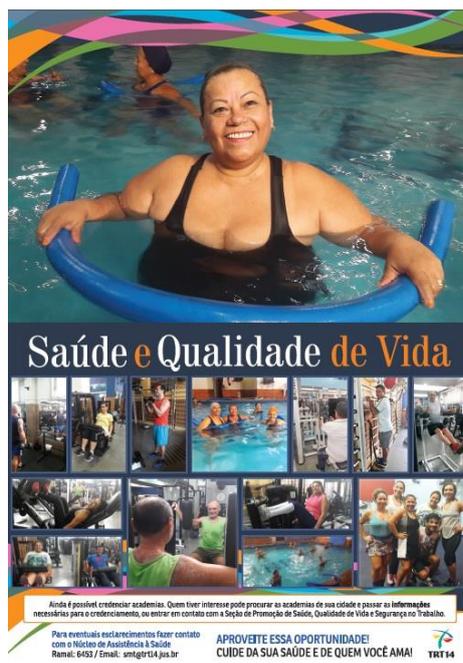
Profissionais da Educação Física falaram sobre os benefícios da atividade física. Com o auxílio de outros professores da academia, fizeram demonstração de aulas de Funcional, Ritmos e Zumba.



Todas as palestras foram transmitidas ao vivo pela Web Rádio 14, via ASCOM, sob a Coordenação do Servidor Alberto Alves, dando alcance em todas as unidades da Justiça do Trabalho em Rondônia e Acre.

### ***Credenciamento de academias***

O TRT14 iniciou em novembro de 2015 o credenciamento de academias de ginástica, estúdios de pilates e escolas de natação junto ao Tribunal, de acordo edital de credenciamento nº001/2015 publicado no Diário Eletrônico da JT da 14ª Região. A ação tem como objetivo a melhor qualidade de vida e saúde dos Magistrados e Servidores, subsidiando o valor de mensalidades em até R\$ 80,00.



Até o final de 2016, foram credenciadas 17 empresas que fornecem serviços de academia e pilates, nas capitais de Rondônia e Acre, bem como no interior dos Estados.

### ***Programa de Preparação para a Aposentadoria a Servidores da Educação de RO***

Realizado pelo Governo do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação, o evento reuniu cerca de 120 participantes da capital e interior. O seminário foi direcionado aos Servidores da pasta, na maioria professores, os quais estão próximos da aposentadoria.





O Programa de Preparação para a Aposentadoria e Vida Plena (PPA) do TRT14, foi um dos destaques da abertura do Seminário "Memória, retratos e lembranças: o caminho para o envelhecimento saudável"

### 21.3 Atendimentos médicos

Tabela 55. Número de procedimentos da Junta Médica e Pericial. **Legenda:** LTS = Licença para tratamento de saúde. PF = Pessoa da família.

Procedimentos da Junta Médica e Pericial													
Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
LTS homologadas	38	97	102	108	90	69	61	94	71	67	78	38	<b>913</b>
LTS -PF homologadas	6	14	13	22	15	18	21	11	15	8	26	17	<b>186</b>
LTS -MTE/PRT/TRE homologadas	0	0	0	0	1	2	2	2	0	2	0	0	<b>8</b>
LTS/Reversão Aposentadoria- TRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Sobrestados	0	1	1	0	2	0	0	0	0	0	1	0	<b>5</b>
LTS e LTS -PF não homologadas	2	2	5	1	1	1	0	0	0	0	1	0	<b>13</b>
Homologadas Parcialmente	1	3	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	<b>18</b>
Remoção	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	<b>6</b>
Reabilitação	0	3	7	2	7	0	0	0	1	7	2	1	<b>30</b>
Perícias realizadas pela JMO	6	13	16	15	19	13	8	11	10	17	4	3	<b>135</b>
Perícia Singular	1	3	28	18	10	6	7	8	5	7	8	3	<b>104</b>
Perícias solicitadas a SESACRE	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	<b>5</b>
Perícias solicitadas para outros Regionais	0	0	0	1	0	0	0	5	1	1	1	0	<b>9</b>
Licença Maternidade	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0	<b>4</b>
Reversão de Aposentadoria	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

Tabela 56. Número de procedimentos preventivos.

<b>Procedimentos Preventivos</b>													
<b>Meses</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Programa de Controle da Hipertensão Arterial	18	34	32	25	19	13	2	16	11	10	9	27	<b>216</b>
Guias entregues para exames periódicos	0	48	3	2	60	58	73	14	3	0	42	0	<b>303</b>
Exames Médicos Periódicos Retorno	4	5	18	17	6	29	23	23	11	15	12	10	<b>173</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

#### 21.4 Atendimentos de enfermagem

Tabela 57. Número de procedimentos clínicos

<b>Procedimentos Clínicos (Enfermagem)</b>													
<b>Meses</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Administração de medicamentos	53	75	56	86	76	59	80	52	72	48	61	29	<b>747</b>
Aferição sinais vitais (PA, pulso, mov. resp. e temperatura)	134	293	454	386	335	413	264	286	417	363	342	229	<b>3916</b>
Outros procedimentos	48	39	217	162	117	163	133	29	178	42	131	73	<b>1332</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

#### 21.5 Atendimentos psicossociais

Tabela 58. Número de atendimentos psicossociais.

<b>ATENDIMENTOS PSICOSSOCIAIS</b>													
<b>Meses</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abril</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Atendimentos Psicológico	24	33	24	29	58	39	36	34	23	19	6	13	<b>338</b>
Atendimento Serviço Social (Programas Acompanhamento de Licenciados e apoio Junto ao Plano de Saúde)	10	6	9	6	5	9	7	8	3	3	6	6	<b>78</b>
Visitas domiciliares	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	<b>3</b>

Visitas Institucionais	0	0	1	0	3	1	3	0	1	0	0	0	<b>9</b>
Visitas Hospitalares	0	0	0	0	1	6	0	0	0	0	0	0	<b>7</b>
Programa de Gestão do Orçamento Familiar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Programa de Preparação para Aposentadoria e Vida Plena	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	<b>1</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

## 21.6 Concessão de benefícios - Magistrados/Servidores/Dependentes atendidos

Tabela 59. Resultados dos benefícios concedidos a Magistrados, Servidores e Dependentes.

<b>BENEFÍCIOS DE PESSOAL</b>													
<b>Meses</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Assistência Médica (cotas)	3840	3842	3825	3803	3798	3779	3779	3770	3751	3829	3829	3805	<b>45600</b>
Assistência Pré-Escolar (cotas)	184	183	179	177	174	176	176	175	174	174	174	174	<b>2120</b>
Auxílio Alimentação (cotas)	839	836	827	827	819	819	817	813	807	855	853	856	<b>9968</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

## 21.7 Atendimentos odontológicos

Tabela 60. Resultados dos procedimentos clínicos odontológicos oferecidos a Magistrados, Servidores e Dependentes.

<b>PROCEDIMENTOS CLÍNICOS</b>													
<b>Meses</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>	<b>Total</b>
Procedimentos	348	207	237	240	249	252	265	257	160	190	199	147	<b>2751</b>
Servidores atendidos	23	34	36	32	23	23	30	38	36	51	57	17	<b>400</b>
Dependentes atendidos	28	25	26	22	18	26	37	28	22	19	24	17	<b>292</b>
Faltas dos pacientes	18	49	68	66	72	48	79	37	21	28	35	32	<b>553</b>

**Fonte:** Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

Tabela 61. Resultados do Programa odontológico preventivo para Dependentes de Servidores e Magistrados.

Procedimentos Preventivos													
Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Procedimentos	50		40	30	20	25	30	40	30	80	55	30	<b>430</b>
Dependentes atendidos	10		8	6	4	5	6	8	6	16	11	6	<b>86</b>
Faltas dos pacientes	12		6	6	-	-	-	3	5	5	-	-	<b>37</b>

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoal/Núcleo de Assistência à Saúde (data-base: 31/12/2016).

## 22 GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ DO ORÇAMENTO



### 22.1 Corte no orçamento da Justiça do Trabalho

Em face da grave crise econômica que se abateu sobre o País, com elementos combinados de recessão, inflação e contingenciamento orçamentário do exercício anterior, o relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2016) promoveu cortes em vários segmentos do sistema público de Justiça, incluídos todos os ramos do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Em relação à Justiça do Trabalho, entretanto, fez especialmente pesar a mão, de modo desproporcional e discriminatório. Enquanto os cortes médios no Ministério Público foram da ordem de 7% (sete por cento) e no restante do Poder Judiciário de 15% (quinze por cento), à Justiça do Trabalho o relator reservou cortes médios de 90% (noventa por cento) nos investimentos e de 50% (cinquenta por cento) nas verbas de custeio. Esses últimos, após intensa demanda por tratamento igualitário com os demais segmentos, foram apenas "minorados" para 29,4% (vinte e nove vírgula quatro por cento), em termos médios, remanescendo a desigualdade.

Contudo, Após os cortes orçamentários ocorridos na Justiça do Trabalho

durante o exercício de 2016, houve liberação de R\$ 8.116.500,00 de crédito extraordinário por meio da Medida Provisória 740/2016, de 13 de julho de 2016. Do total liberado, foram empenhados R\$ 7.076.795,71 correspondentes a 87,91%.

O recurso liberado extraordinariamente foi utilizado para realização de despesas correntes necessárias ao regular funcionamento do TRT14 conforme tabela a seguir:

Tabela 62. Despesas realizadas com utilização de recursos da MP 740/2016

Grupo Despesa	Elemento Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	DESPESAS PAGAS
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30 MATERIAL DE CONSUMO	831.903,68	698.264,20	133.639,48	698.264,20
	36 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	712.411,20	711.037,82	1.373,38	711.037,82
	37 LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	2.749.486,00	1.736.327,74	1.013.158,26	1.643.324,51
	39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	2.697.017,66	2.372.701,41	324.316,25	2.370.667,20
	47 OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	51.500,00	45.041,09	6.458,91	45.041,09
	92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.342,17	22.342,17	0,00	22.342,17
	93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.135,00	12.135,00	0,00	12.135,00
<b>Total</b>		<b>7.076.795,71</b>	<b>5.597.849,43</b>	<b>1.478.946,28</b>	<b>5.502.811,99</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

## 22.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

As Ações constantes da Lei nº 13.255 (LOA), de 14 de janeiro de 2016, executadas por este TRT14 seguem detalhadas e analisadas individualmente, conforme quadros seguintes:

Tabela 63. Pagamento de aposentadorias e pensões

Identificação da Ação						
Código	0181			Tipo:	ATIVIDADE	
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSOES					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	Código	89	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.897.000,00	53.646.649,00	53.646.649,00	53.418.020,27	53.418.020,27	0,00	228.628,73
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
384.121,66	332.495,40	0,02	NAO HA			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação orçamentária Pagamento de Aposentadorias e Pensões tem a finalidade de garantir a remuneração aos Servidores civis inativos e pensionistas do TRT14, conforme as regras do regime previdenciário próprio. Inclui o pagamento de aposentadorias, pensões, gratificações e outros.

A Lei nº 13.255 (LOA), de 14 de janeiro de 2016, não prevê meta física para essa ação. Houve um crédito inicial no valor de R\$ 46.897.000,00 e um crédito suplementar no valor de R\$ 6.749.649,00 o que representa 6,95% em relação a previsão inicial. No que diz respeito aos Restos a Pagar no valor de R\$ 332.495,40, nota-se que foi totalmente executado pela administração no ano de 2016.

Tabela 64. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Identificação da Ação						
Código	4224			Tipo:	ATIVIDADE	
Título	ASSISTÊNCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
750.000,00	975.000,00	975.000,00	967.103,57	967.103,57	0,00	7.896,43
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
PESSOA ASSISTIDA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado
				640	640	746
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
30.961,52	30.961,52	0,00	NAO HA			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes visa assegurar o direito constitucional da assistência integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos, mediante pagamento de honorários periciais para os casos de sucumbências das partes beneficiárias da justiça gratuita, proporcionando o pagamento de honorários periciais devidos a defensores dativos, peritos, interpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente.

A dotação inicial foi de R\$ 750.000,00, mas, devido a forte demanda em virtude das demissões resultantes da crise econômica que assola o país, houve a necessidade de suplementação no valor de R\$ 225.000,00. A meta física prevista foi ultrapassada em mais de 100 pessoas atendidas em relação à previsão inicial da ação. O índice de

execução do orçamento disponibilizado foi considerado satisfatório, pois a inscrição em Restos a Pagar (Processados e não Processados) foi de apenas R\$ 7.896,43, valor esse bem abaixo do exercício de 2015 que ficou em R\$ 30.961,52 inscritos em Não Processados e R\$ 1.528,67 em Processados.

Tabela 65. Contribuição da União e suas Autarquias e Fundações para o Regime Próprio

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:		ATIVIDADE
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIAO E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PRA O REGIME próprio					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA		Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIAO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.295.808,00	32.592.549,00	32.592.549,00	30.175.515,72	30.175.515,72	0,00	2.417.033,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS</b>						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
15.941,16	4.557,92	11.383,24	NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação orçamentária Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais visam assegurar o pagamento da contribuição da união para o custeio do regime de previdência dos Servidores públicos federais e o valor é baseado no montante previsto para a folha de pagamento de Servidores ativos. Assim, por conta desses valores serem estimados é possível que resulte em sobras ante a dificuldade de se estimar com precisão quantos Servidores irão sair da condição de ativos para inativos tampouco quantos serão exonerados (a pedido ou de ofício) sem a imediata reposição.

A despesa empenhada nessa ação totalizou R\$ 32.592.549,00 com execução de R\$ 30.175.515,72 ficando inscritos em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 2.417.033,28. Essa despesa é estimada na proposta orçamentária com base no mês de março do ano anterior e não leva em consideração os eventuais casos de vacâncias sem o preenchimento imediato durante o exercício. No ano seguinte, após pagamentos de passivos com pessoal, relativos ao exercício anterior, o saldo remanescente é cancelado.

Quanto à execução dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, percebe-se que foi em sua grande parte cancelado administrativamente no valor de R\$ 11.383,24 por se tratar de saldo remanescente do exercício 2015.

Tabela 66. Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Plácido de Castro

Identificação da Ação						
Código	15ID			Tipo:	PROJETO	
Título	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA VARA DO TRABALHO DE PLACIDO DE CASTRO					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
125.000,00	1.250.000,00	1.208.835,90	35.793,89	34.845,74	948,15	1.173.042,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
VARA DO TRABALHO INSTALADA		PERCENTUAL		Previsto	Reprogramado	Realizado
				100,00%	0,00%	2,96%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

O projeto visa construir a Vara do Trabalho de Plácido de Castro no estado do Acre passou por contingenciamento ao longo do exercício de 2016, mas com a abertura do crédito especial no dia 21 de dezembro com a [Lei 13.403/2016](#), teve seu saldo inicial acrescido de R\$ 1.125.000,00, passando a dotação de R\$ 125.000,00 para R\$ 1.250.000,00. O processo licitatório foi concluído em 23/12/2016 e, ainda assim, foi possível empenhar o valor de R\$ 1.208.835,90 no final de dezembro. Houve a liquidação apenas do Projeto de Estudo do Solo e o Estudo da Obra no valor de R\$ 35.793,89, resultando em inscrição de Restos a Pagar não Processados de R\$ 1.173.042,01. A inscrição se deu em função da despesa ter sido empenhada no fim do exercício, não havendo, ainda, notas fiscais emitidas apesar da construção já ter sido iniciada.

Tabela 67. Aquisição de Terreno para Ampliar o Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	1504			<b>Tipo:</b>	<b>PROJETO</b>		
<b>Título</b>	AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMPLIAR O EDIFÍCIO SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE RIO BRANCO-AC						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>			<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	<b>PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA</b>		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	<b>ATIVIDADE</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0,00	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida			Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>HOUVE A AQUISIÇÃO DO TERRENO PARA A AÇÃO 151D QUE SERÁ INICIADA EM 2017</b>							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
			NAO HA				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A aquisição do terreno no valor de R\$ 220.000,00, por meio de uma abertura de crédito especial (Lei 13.403/2016 de 21 dezembro de 2016), tem por objetivo a ampliação do Fórum de Rio Branco/AC que se encontra com demanda crescente desde a inauguração. O terreno sem edificação, com uma área de 297,05 metros quadrados, está localizado na Rua Benjamin Constant, ao lado do Fórum Trabalhista, também ao lado do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Fórum do Barão de Rio Branco), no centro da capital.

O contrato foi celebrado pelo Diretor-Geral das Secretarias, Raimundo José Zacarias, e a senhora Maria de Fátima Andrade e Silva, inventariante do espólio de Wilson de Andrade Lima, nos autos do PROAD nº 17.932/2016. O valor da transação baseou-se no laudo de avaliação do engenheiro civil Valmir Alexandre Médici e homologado pela Superintendência do Patrimônio da União no Acre.

Tabela 68. Pagamento de Pessoal Ativo

Identificação da Ação						
Código	20TP			Tipo:	ATIVIDADE	
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO					
Iniciativa						
Objetivo				Código		
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
168.131.713,00	170.707.833,00	170.707.833,00	170.625.340,32	170.625.340,32	0,00	82.492,68
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTARIA NÃO HA METAS FISICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
29.955,56	0,00	29.955,56	NÃO HA			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI/ Tesouro Gerencial

A ação orçamentária Pagamento de Pessoal Ativo da União tem a finalidade de garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos Servidores e empregados ativos da União. O valor orçado foi baseado no gasto do mês de março do ano anterior, conforme folha de pessoal e acrescida do impacto médio das progressões do Plano de Cargos e Salários. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não prevê meta física para ação Pagamento de Pessoal Ativo da União.

O valor inicial consignado na LOA para a ação foi de R\$ 168.131.713,00, houve aporte orçamentário, por meio de créditos suplementares, no total de R\$ 2.576.120,00. Estão inclusos no total liquidado de R\$ 170.625,340,32 valores relativos a passivos administrativos pagos em 2016.

No que tange a Restos a Pagar, a inscrição para o exercício de 2017 foi baixo em continuidade da tendência de anos anteriores e ficou com o índice de apenas 0,048% do valor empenhado. Quanto a execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores não houve pagamento tendo em vista que o único valor inscrito foi cancelado.

Tabela 69. Ajuda de Custo para o Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	216H			<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Título</b>	AJUDA DE CUSTO PARA O AUXILIO MORADIA A AGENTES PÚBLICOS					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>				<b>Código</b>		
<b>Programa</b>	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.533,00	3.705.457,00	3.705.457,00	3.520.716,39	3.520.716,39	0,00	184.740,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
MAGISTRADO ATENDIDO		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado
				68	68	68
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação Ajuda de Custo para pagar o Auxílio Moradia dos Juizes foi outro programa que passou por incertezas no inicio do exercício de 2016, com a sua possível extinção e contingenciamento, observa-se o valor de R\$ 52.533,00 em janeiro. Mas, em 18 de janeiro de 2016 houve a edição da Medida Provisória 711/2016 que abriu crédito extraordinário na Justiça do Trabalho para a referida ação. O TRT14 foi beneficiado com R\$ 3.652.924,00 em crédito extraordinário, totalizando R\$ 3.705.457,00 de dotação atualizada anual.

Não houve execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores; em relação à meta física toda previsão foi realizada; o valor que foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados para o exercício de 2017 foi resultado de uma estimativa de Magistrados a serem atendidos ao longo do exercício o que não se concretizou, em razão do TRT14 não ter preenchido de forma imediata todas vagas disponíveis, em razão das restrições orçamentárias impostas no primeiro semestre.

## 22.3 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

No Exercício de 2016, a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (4256) contemplou os planos orçamentários: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Capacitação de Recursos Humanos, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil.

A ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho objetiva solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Por isso, os quadros desta ação foram segmentados por Planos Orçamentários em virtude de possuírem metas físicas específicas. Assim, a análise situacional seguirá a mesma segmentação conforme a seguir:

Tabela 70. Plano Orçamentário: 0000/0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	4256				<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE
<b>Título</b>	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>						
<b>Programa</b>	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	<b>Código</b>		<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIAO					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
<b>Dotação</b>		<b>Despesa</b>			<b>Restos a Pagar inscritos</b>	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.378.869,00	15.271.587,00	15.162.340,95	13.717.921,68	13.559.341,86	158.579,82	1.444.419,27
Execução Física						
<b>Descrição da meta</b>		<b>Unidade de medida</b>	<b>Montante</b>			
PROCESSO JULGADO		UNIDADE	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			25.036	26.366	26.366	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.519.659,21	4.166.073,48	260.092,34	NAO HA			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

O orçamento inicial do Plano Orçamentário ficou em R\$ 17.378.869,00 e teve uma suplementação de R\$ 5.876.499,00, desse valor ainda houve um remanejamento de R\$ 7.983.781,00.

As despesas de capital (investimentos) foram na ordem de R\$ 4.566.999,00 e desse total R\$ 1.363.000,00 foram de recursos do Tesouro Nacional mediante crédito suplementar enquanto que R\$ 3.133.499,00 foram: R\$ 1.678.499,00 oriundos de recursos do Tesouro Nacional também com originários de créditos suplementares e o restante de R\$ 1.455.000,00 proveniente de remanejamento de recursos de custeio para investimento da fonte 81 (Recursos da Fonte 81 são de convênios com os bancos junto ao TRT14). Do total empenhado, tivemos um índice de 6% na inscrição de Restos

a Pagar para 2017, resultado de alguns processos licitatórios que foram feitos no mês de dezembro, mas que já estão todos em andamento e não afetarão as metas físicas.

No que tange às despesas correntes, o orçamento inicial foi de R\$ 17.192.369,00 com uma suplementação de R\$ 1.380.000,00 e posterior remanejamento de R\$ 7.867.781,00, finalizando em R\$ 10.595.344,64 que foram efetivamente empenhadas com R\$ 9.880.516,71 que foram liquidadas, resultando inscrição em Restos a Pagar Não Processados de R\$ 714.827,93 em despesas correntes. A maior parte dos recursos foi oriunda de recursos do tesouro nacional (fonte 00).

Tabela 71. Plano Orçamentário: 0002 - Capacitação de Recursos Humanos

Identificação da Ação							
Código	0002			Tipo: ATIVIDADE			
Título	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:		ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
571.765,00	590.095,00	590.094,07	582.942,64	582.942,64	0,00	7.151,43	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
SERVIDOR CAPACITADO		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado	
				979	979	1.529	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
42.755,00	29.390,00	13.365,00	NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

O Plano Orçamentário Capacitação de Recursos Humanos (cursos, palestras, *workshops*, congressos, e outros com vistas à melhoria do desempenho técnico profissional) e destina-se ao atendimento das áreas de tecnologia da informação, das atividades-fins dos Servidores de 1º e 2º graus com vistas ao atendimento ao jurisdicionado e resultados do TRT14, além dos setores administrativos como auditoria, contabilidade, orçamento, finanças, contratos, recursos humanos e logística, e todas elas alinhadas ao PEP do TRT14.

Com um orçamento inicial de R\$ 571.765,00 mais suplementação via Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) de R\$ 18.330,00, a ação teve um valor empenhado de R\$ 590.094,07 e liquidado de R\$ 582.942,64, logo resultando em uma inscrição de Restos a Pagar para o exercício de 2017 de R\$ 7.151,43, ou seja,

execução de 98,78% e inscrição de apenas 1,21%. O valor inscrito abaixo da suplementação solicitada e dentro da margem ideal, reflexo de uma gestão dos recursos para capacitar os Servidores do TRT14.

Dentro da estrutura organizacional do TRT14 há a Escola Judicial, setor responsável pela elaboração do plano de capacitação de Servidores e Magistrados do Tribunal e pelas metas físicas estabelecidas na LDO para a Ação em tela. Com a atuação da equipe da EJUD o TRT14 teve sua meta de 979 Servidores capacitados superada, atingindo ao final do ano o número de 1.529. A execução de Restos a Pagar Não Processado de exercícios anteriores ficou em 68,78% do total inscrito em 1º/1/2016 e o restante foi devidamente cancelado, o que eliminou o saldo de Restos a Pagar Não Processados de antes de 2016.

Tabela 72. Manutenção das Varas itinerantes

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	0003			<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE		
<b>Título</b>	MANUTENÇÃO DAS VARAS ITINERANTES						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>			<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
104.362,00	137.889,00	137.888,52	137.888,52	137.331,82	556,70	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
VARA MANTIDA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado	
				124	124	124	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
31.200,00	18.000,00	13.200,00	NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Justiça do Trabalho Itinerante é um programa realizado anualmente pelo Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, com a finalidade de ampliar a atuação da Corte do Trabalho. Com a iniciativa, a instituição leva o atendimento jurisdicional às cidades que não possuem sedes de Varas do Trabalho para facilitar o acesso de trabalhadores aos instrumentos legais de reivindicação de seus direitos nos mais remotos pontos de Rondônia e Acre.

A ação teve seu orçamento em 2016 no valor de R\$ 104.362,00 e suplementado via CSJT no valor de R\$ 33.527,00. Sua totalidade foi empenhada em

R\$ 137.888,52 e toda a despesa foi liquidada dentro de 2016, isso mostra o quanto o programa é importante e necessário para a região e sugere que sejam feitos esforços no sentido de aumentar a dotação orçamentária para os próximos exercícios. A meta física foi alcançada plenamente na medida em que as 124 Varas Itinerantes previstas foram realizadas.

Tabela 73. Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Identificação da Ação						
Código	0005			Tipo: ATIVIDADE		
Título	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
264.706,00	264.706,00	264.368,45	262.954,96	262.954,96	0,00	1.413,49
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
MAGISTRADO CAPACITADO		UNIDADE	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			71	67	67	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
11.320,00	8.320,00	3.000,00	NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Este Plano Orçamentário também teve suas ações executadas pela Escola Judicial do TRT14, sendo-lhe consignado dotação de R\$ 264.706,00, visando a capacitação de Magistrados.

Além da dotação acima, foi executado o valor de R\$ 108.000,00, descentralizado pela Escola Nacional da Magistratura Trabalhista (ENAMAT).

Tabela 74. Plano Orçamentário: 0006 - Trabalho Seguro

Identificação da Ação							
Código	0006					Tipo:	ATIVIDADE
Título	TRABALHO SEGURO						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE		
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS</b>							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
14.722,55	7.997,00	6.725,55	NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Tabela 75. Plano Orçamentário: 0007 - Combate ao Trabalho Infantil

Identificação da Ação							
Código	0007					Tipo:	ATIVIDADE
Título	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE		
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS</b>							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
			NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando a formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Desse modo, o principal objetivo do programa é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos.

O Programa volta-se à promoção e articulação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais no sentido de aproximar-se dos atores da sociedade civil, tais como empregados, empregadores, sindicatos, comissões internas de prevenção de acidentes (CIPAs), instituições de pesquisa e ensino, promovendo a conscientização da importância do tema e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho.

Conclama-se, assim, a permanente participação de empregados, empregadores, sindicatos, instituições públicas, associações e demais entidades da sociedade civil para tornarem-se parceiros do Programa Trabalho Seguro e unir forças com a Justiça do Trabalho para a preservação da higidez no ambiente laboral. O [Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18, de 06 de maio de 2016](#), disciplina a aplicação dos recursos destinados ao custeio das atividades dos programas Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estimulo à Aprendizagem. Já o Programa de Combate ao Trabalho Infantil vem desde 2012 se engajando na luta para mudar essa realidade. Além de promover estudos técnicos, seminários, debates e publicações, o programa já contou com a parceria de personalidades e instituições, como o Instituto Neymar Jr., a Maurício de Souza Produções e as empresas de aviação TAM e AZUL, com ações de *marketing* de grande repercussão social.

No exercício financeiro de 2016, em razão dos cortes orçamentários, o TRT14 recebeu R\$ 6.000,00 tanto para o Trabalho Infantil quanto para o Trabalho Seguro e todo o valor foi liquidado dentro do exercício financeiro sem inscrição de Restos a Pagar Não Processados. A LDO não contempla metas físicas para o plano orçamentário.

Tabela 76. Plano Orçamentário: MPO1 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Medida Provisória

Identificação da Ação						
Código	MPO1			Tipo:		ATIVIDADE
Título	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO-MEDIDA PROVISORIA					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	8.116.500,00	7.076.795,71	5.597.849,43	5.502.811,99	95.037,44	1.478.946,28
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
PROCESSO JULGADO		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado
				0	10.759	10.759
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Após os cortes orçamentários ocorridos na Justiça do Trabalho durante o exercício de 2016, houve liberação de R\$ 8.116.500,00 de crédito extraordinário por meio da Medida Provisória 740/2016, de 13 de julho de 2016. Do total liberado, foram empenhados R\$ 7.076.795,71 correspondentes a 87,91%. A inscrição em restos a pagar resultou em R\$ 1.478.946,28 que corresponde a 20,90% do total empenhado. O recurso liberado extraordinariamente foi utilizado para realização de despesas correntes necessárias ao regular funcionamento do TRT14 conforme tabela a seguir:

Tabela 77. Despesas realizadas com utilização de recursos da MP 740/2016

Grupo Despesa	Elemento Despesa	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	DESPESAS PAGAS
3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30 MATERIAL DE CONSUMO	831.903,68	698.264,20	133.639,48	698.264,20
	36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	712.411,20	711.037,82	1.373,38	711.037,82
	37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.749.486,00	1.736.327,74	1.013.158,26	1.643.324,51
	39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.697.017,66	2.372.701,41	324.316,25	2.370.667,20
	47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	51.500,00	45.041,09	6.458,91	45.041,09
	92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.342,17	22.342,17	0,00	22.342,17
	93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.135,00	12.135,00	0,00	12.135,00
<b>Total</b>		<b>7.076.795,71</b>	<b>5.597.849,43</b>	<b>1.478.946,28</b>	<b>5.502.811,99</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Tabela 78. Comunicação e Divulgação Institucional

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2549			<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE		
<b>Título</b>	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>			<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
<b>Ação Prioritária</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
145.900,00	145.900,00	145.899,99	141.817,19	141.817,19	0,00	4.082,80	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
MATÉRIA VEICULADA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado	
				1100	4005	4005	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
21.866,73	10.765,23	11.101,50	NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação orçamentária Comunicação e Divulgação Institucional tem a finalidade de informar à sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão mediante a realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral.

A meta para a ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere à divulgação das atividades institucionais desempenhadas por este TRT14. A meta física prevista na LOA de 1.100 matérias veiculadas foi reprogramada no decorrer do exercício, obtendo-se, ao final do ano, a meta realizada de 4.005 matérias veiculadas, valor bem acima do planejado e resultado dos esforços da assessoria de comunicação deste Tribunal.

Para o alcance da meta física estimada na LOA, foi consignado na Ação o valor de R\$ 145.900,00 e não houve suplementações. Foram empenhados 99,90% da dotação autorizada, havendo a inscrição de restos a pagar não processados no valor de apenas R\$ 4.082,80, representando 2,80% da dotação empenhada. Foram executados 49,23% dos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e cancelados 50,77% do valor existente em 1º/1/2016, zerando-se o saldo ao final do exercício 2016.

Tabela 79. Assistência Médica e Odontológica

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo:		ATIVIDADE	
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA		Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIAO					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.698.720,00	7.698.720,00	7.698.720,00	7.629.543,54	7.625.672,30	3.871,24	69.176,46
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado
				2.984	3.782	3.782
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
73.845,55	67.769,26	6.076,29	NAO HA			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes visa proporcionar aos Servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993). Reveste-se de concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médica, hospitalar e odontológica aos Servidores e

empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 09 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos, hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio ou serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, auxílio saúde, por meio de ressarcimento. A metodologia utilizada para fixação da despesa com assistência médica e odontológica no TRT14 foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, a qual estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente à assistência médica e odontológica, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A meta física prevista na LOA para a ação foi de 2.984 pessoas beneficiadas, obtendo-se, ao final do exercício, 3.782 beneficiários, entre titulares e dependentes. O êxito originou-se dos atendimentos e procedimentos efetuados no Núcleo de Saúde nas áreas de medicina, odontologia, fisioterapia, psicologia, enfermagem, e serviço social, além dos Servidores beneficiados com o plano de saúde e auxílio saúde. Acrescente-se que o alinhamento das ações de assistência médica e odontológica ao PEP do TRT14, que estabeleceu ações sob a responsabilidade do Núcleo de Saúde, a exemplo do PCMSO, Programa de Saúde Mental, Semana da Saúde, buscando a melhoria da saúde dos Magistrados, Servidores e seus dependentes. Com a atuação das ações pelo Núcleo de Saúde, houve o desenvolvimento e a manutenção das competências necessárias para a promoção de ações que visam à melhoria da qualidade de vida dos Servidores, Magistrados e seus dependentes. Meta cumprida em razão da melhoria na saúde dos Servidores com repercussão nas atividades prestadas nas diversas unidades do Tribunal.

O montante inicial consignado para a ação foi de R\$ 7.698.720,00 sendo utilizados 100% dos recursos totais disponibilizados, inclusos os valores inscritos em restos a pagar. A meta inicial para a ação foi de 2.984 beneficiários. Houve inscrição em RAP Não Processados no exercício em referência, no montante de R\$ 69.176,46, correspondendo a menos de 1% do valor total empenhado, para pagamento das despesas com o plano de saúde dos Magistrados e Servidores com competência nos meses de novembro e dezembro do ano de 2016. Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, foram cancelados 8% do valor

existente em 1º/1/2016, sendo executados 92%, no montante de R\$ 67.769,26, relativos ao pagamento das despesas com o plano de saúde dos Magistrados e Servidores, competência de dezembro de 2015, pago em janeiro de 2016.

Tabela 80. Benefício Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00M1			<b>Tipo:</b> ATIVIDADE			
<b>Título</b>	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NA						
<b>Iniciativa</b>							
<b>Objetivo</b>			<b>Código</b>				
<b>Programa</b>	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		<b>Código</b>	571	<b>Tipo:</b>	ATIVIDADE	
<b>Unidade Orçamentária</b>	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
62.256,00	86.385,00	86.385,00	61.563,72	61.563,72	0,00	24.821,28	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
			NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

O montante consignado para a ação Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade foi definido pela execução histórica da despesa. A execução orçamentária foi integral com necessária suplementação no valor de R\$ 24.129,00, sendo inscrito em restos a pagar não processados o valor de R\$ 24.821,28 resultado de folga no planejamento orçamentário da administração.

Não houve execução de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Tabela 81. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo:	ATIVIDADE
Título	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE		
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.372.704,00	1.453.248,00	1.453.248,00	1.449.470,47	1.449.470,47	0,00	3.777,53	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado	
				181	176	176	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
			NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI/ Tesouro Gerencial

Tabela 82. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo:	ATIVIDADE
Título	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE		
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária 2016							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.372.704,00	1.453.248,00	1.453.248,00	1.449.470,47	1.449.470,47	0,00	3.777,53	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante			
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE		Previsto	Reprogramado	Realizado	
				181	176	176	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
			NÃO HÁ				

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI/ Tesouro Gerencial

A ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares visa oferecer aos Servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar. A concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, ocorre a partir de requerimento efetivado pelos Servidores e Magistrados que tenham filhos em idade pré-escolar. A metodologia

utilizada para fixação da despesa de assistência pré-escolar neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 107 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente à assistência pré-escolar, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei.

A Portaria Conjunta CSJT n.º 1, de 18 de fevereiro de 2016, reajustou o valor mensal do benefício assistência pré-escolar para R\$ 699,00, com efeito financeiro a partir da data da publicação.

Foi feito pedido de suplementação orçamentária, no segundo período de R\$ 80.544,00 para a ação cuja dotação inicial era de R\$ 1.372.704,00 e teve como valor empenhado R\$ 1.453.248,00 uma inscrição de apenas R\$ 3.777,53.

A meta inicial foi de 181 crianças, obtendo, ao final do exercício, 176 crianças atendidas. Para o alcance desse número, houve a utilização do montante de R\$ 1.449.470,47, obtendo-se um percentual de 99,74% de utilização dos recursos disponibilizados, computados os restos a pagar não processados inscritos no exercício, no valor de R\$ 3.777,53, correspondentes a 0,26% do montante empenhado. Com relação aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, não houve execução.

Tabela 83. Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2011			Tipo: ATIVIDADE		
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITAR					
Iniciativa						
Objetivo			Código			
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>PARA ESTA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA NÃO HÁ METAS FÍSICAS OU FINANCEIRAS ESTABELECIDAS</b>						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
			NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI/ Tesouro Gerencial

Em 2016, não houve solicitação de pagamento de auxílio-transporte.

Tabela 84. Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militar.

Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo: ATIVIDADE		
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITAR					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.178.564,00	8.853.524,00	8.853.524,00	8.830.402,40	8.830.402,40	0,00	23.121,60
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			853	819	819	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
457.051,51	0,00	457.051,51	NÃO HÁ			

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares visa proporcionar aos Servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do Servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

A metodologia utilizada para fixação da despesa de auxílio-alimentação neste Tribunal foi realizada mediante a aplicação do art. 102 da Lei n.º 13.242, de 30 de dezembro de 2015, o qual estabelece que o limite relativo à proposta orçamentária de 2016, concernente ao auxílio-alimentação, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei. A Portaria Conjunta CSJT n.º 1, de 18 de fevereiro de 2016, reajustou o valor mensal do benefício assistência pré-escolar para R\$ 884,00, com efeito financeiro a partir da data da publicação.

A dotação autorizada foi de R\$ 8.178.564,00 e uma suplementação de R\$ 674.960,00 para cumprir a ação em sua totalidade até o final do exercício, sendo que desse valor empenhamos R\$ 8.853.524,00 e liquidamos R\$ 8.830.402,40, ficando inscrito em Restos a Pagar apenas R\$ 23.121,60 o que representa um pouco mais de 0,26%, ou seja, um valor muito baixo e refletindo uma excelente execução financeira.

A meta física para a ação corresponde à quantidade de Magistrados e Servidores favorecidos com a concessão em pecúnia do benefício buscou contemplar inicialmente 853 pessoas beneficiadas, encerrando o exercício com 819 beneficiários.

## 22.4 Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Tabela 85. Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC

Identificação da Ação					
Código	15A8			Tipo: PROJETO	
Título	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE RIO BRANCO/AC				
Iniciativa					
Objetivo			Código		
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
956.111,52	924.501,92	0,00	AMPLIAÇÃO REALIZADA	Percentual	100,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Durante o exercício de 2015, foi consignado dotação para o projeto Ampliação do Edifício Sede do Fórum Trabalhista em Rio Branco/AC, mas pelo tempo demandado no processo licitatório e pela liberação do crédito apenas no final do ano, houve a inscrição de R\$ 956.111,52. Durante o decurso do exercício de 2016, foi verificado o pagamento do valor integral registrado em 1º/01/2016, com o recebimento definitivo das obras inerentes a Ampliação do Edifício Sede do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC.

Tabela 86. Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Sena Madureira

Identificação da Ação					
Código	1N14			Tipo: PROJETO	
Título	CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA VARA DO TRABALHO DE SENA MADUREIRA				
Iniciativa					
Objetivo			Código		
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
53.548,00	53.548,00	0,00	CONSTRUÇÃO REALIZADA	Percentual	100,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

A realização da obra teve uma função importante dentro do PEP do TRT14 que é expandir o atendimento ao jurisdicionado nos locais mais distantes dos grandes centros econômicos de Rondônia e Acre. Em 1º/1/2015, ainda restavam R\$ 53.548,00 em Restos a Pagar não processados, e todo valor liquidado com a entrega definitiva do prédio no começo de 2016.

Tabela 87. Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Ariquemes

Identificação da Ação					
Código	13IT			Tipo:	PROJETO
Título	AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA EM ARIQUEMES				
Iniciativa					
Objetivo					
Programa	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	Código	571	Tipo:	ATIVIDADE
Unidade Orçamentária	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não   Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
635.262,42	615.074,68	20.187,74	AMPLIAÇÃO REALIZADA	Percentual	100,00%

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças / SIAFI / Tesouro Gerencial

Os valores foram inscritos em Restos a Pagar em 2014, reinscrito em 1º/1/2016 o valor de R\$ 635.262,42, a obra teve sua liquidação ainda no primeiro semestre de 2016, no valor de R\$ 614.476,71, sendo que o saldo no valor de R\$ 20.187,74 foi cancelado, em razão de glosa quando da análise do projeto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Tabela 88. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Restos a Pagar - Processados				
Ano de Emissão	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2016
2012	26.166,92	15.509,49	4.662,15	5.995,28
2013	20.847,87	18.950,03	1.897,84	0,00
2014	130.159,92	75.164,82	0,00	54.995,10
2015	124.723,23	124.234,41	60,89	427,93
<b>Totais</b>	<b>301.897,94</b>	<b>233.858,75</b>	<b>6.620,88</b>	<b>61.418,31</b>
Restos a Pagar - Não Processados				
Ano de Emissão	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2016
2014	1.594.736,66	1.497.565,87	40.741,70	56.429,09
2015	5.583.588,18	4.707.583,57	755.106,50	120.898,11
<b>Totais</b>	<b>7.178.324,84</b>	<b>6.205.149,44</b>	<b>795.848,20</b>	<b>177.327,20</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças (data-base: 31/12/2016)

## **23 INFRAESTRUTURA FÍSICA**

### **23.1 Instalações físicas de unidades administrativas e judiciais**

No que tange à eliminação e/ou prevenção de barreiras urbanística, arquitetônica e nos transportes, a DSILS informou que foram realizadas ampliações, adaptações, modernizações e reformas estruturantes no âmbito deste TRT14. Tais ações contemplaram desde adaptações de sanitários a reservas de vagas sinalizadas em estacionamento externo e interno, item que atende ao § 6º do art. 4º da Resolução CNJ 230/16. Nesse sentido, os procedimentos licitatórios atuais têm observado à concepção de ambientes, programas e serviços acessíveis a todas as pessoas, na maior medida possível, conforme orienta legislação pertinente.

### **23.2 Aplicabilidade aos Servidores com deficiência (Capítulo III da Res. CNJ nº 230/16)**

No que diz respeito à aplicabilidade da Resolução aos Servidores e terceirizados, a SGEP indicou as medidas já praticadas, a exemplo da reserva de cargos para pessoas com deficiência em todos os editais de concurso publicados no âmbito do TRT14, consoante previsão constitucional (art. 37, VIII) e avaliação de Servidor com deficiência, por equipe multiprofissional, quando necessária. Noutro giro, a unidade esclarece providências estão sendo aviadas, no sentido de implementar os dispositivos da Resolução em sua totalidade, notadamente em relação a capacitação de membros, Servidores e terceirizados; previsão em edital de concursos públicos de disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência; implantação do cadastro dos Servidores, serventários extrajudiciais e terceirizados com deficiência que trabalham no quadro; e estabelecimento de horário especial para Servidor, cônjuge, filhos ou dependentes com deficiência.

Especificamente durante o exercício de 2016, as unidades judiciais e Administrativas deste TRT14 abaixo elencadas, nos Estados de Rondônia e Acre, foram contempladas com ampliações, adequações e reformas estruturantes, a fim de atender ao disposto na Lei 10.098/2000, no Decreto 5.296/2004 e nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis.

Na obra do Fórum Trabalhista de Ariquemes/RO, priorizou-se a execução dos seguintes serviços:

1. Instalação de barras de apoio em aço inox para pessoas com deficiência em lavatórios, vasos sanitários e portas dos sanitários;
2. Instalação de puxadores e batedores em chapa de aço inox para portas de banheiro acessível;
3. Instalação de balcão de atendimento ao público, acessível, de acordo com a norma específica;
4. Execução de passeio (calçada) e rampas em concreto com fixação de piso tátil de concreto, alerta e direcional;
5. Fixação de piso tátil de borracha, alerta e direcional, no hall de entrada do Fórum Trabalhista;
6. Instalação de portas com 0,90 m em todas as dependências da 2ª Vara do Trabalho;
7. Instalação de banheiros públicos acessíveis em todos os aspectos previstos na NBR 9050.

Na execução da reforma do Anexo I (DSMP, Arquivo Geral e o Depósito Judicial), do TRT14 Região, que fica situado em Porto Velho/RO, foram contemplados:

1. Construção de sanitários totalmente adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais, incluindo instalação de barras de apoio em aço inox em lavatórios, vasos sanitários e portas;
2. Instalação de puxadores e batedores em chapa de aço inox para portas de banheiro acessível;
3. Construção de balcão de atendimento adequado a pessoas com deficiência;
4. Execução de passeio (calçada) e rampas em concreto, com fixação de piso tátil de concreto, alerta e direcional;
5. Fixação de piso tátil de borracha, alerta e direcional, no *hall* de entrada;
6. Sinalização horizontal com o símbolo de acessibilidade a pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida no estacionamento interno;

Na Vara Trabalhista de Cacoal/RO, os serviços executados foram os seguintes:

1. Instalação de barras de apoio em aço inox para pessoas com deficiência em lavatórios, vasos sanitários e portas dos sanitários;
2. Instalação de puxadores e batedores em chapa de aço inox para portas de banheiro acessível;
3. Balcão de atendimento adequado a pessoas com deficiência;
4. Execução de passeio (calçada) e rampas em concreto, com fixação de piso tátil de concreto, alerta e direcional;
5. Reafixação de piso tátil de borracha, alerta e direcional, no hall de entrada do prédio da Vara do Trabalho;
6. Pintura com tinta epóxi e base com *primer*, com o símbolo de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no estacionamento externo.

Na ampliação do Fórum Trabalhista de Rio Branco/AC, priorizou-se a execução dos seguintes serviços:

1. Construção de balcão de atendimento adequado a pessoas com deficiência;
2. Remoção de poltronas do auditório no Fórum para acomodar pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
3. Execução de passeio (calçada) e rampas em concreto com fixação de piso tátil de concreto, alerta e direcional;
4. Fixação de piso tátil de borracha, alerta e direcional, no *hall* de entrada do Fórum Trabalhista.

Ainda consoante o objetivo estratégico "Prover o Regional de infraestrutura física e adequada" e a linha prioritária I (Infraestrutura) do Plano de Gestão 2015-2016 (Portaria GP nº 0560, de 23 de março de 2015), o TRT14 inaugurou instalações físicas em unidades administrativas na Capital e construções e ampliações nas Varas do Trabalho de Cacoal e 1ª de Ariquemes, interior de Rondônia, conforme demonstrado a seguir:

## **Porto Velho**

No dia 26 de outubro, o Presidente do Regional, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz e o Vice-Presidente, Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, entregaram novas instalações da Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio, Gestão Documental, Central de Mandados e Depósito Judicial, na avenida Rio Madeira em Porto Velho (RO).







### **Cacoal**

Os jurisdicionados de Cacoal e Região, bem como os Servidores e Magistrados, passaram a contar com uma estrutura ampliada da Vara do Trabalho de Cacoal, inaugurada no dia 27 de outubro de 2016. A VT de Cacoal passa a atender com duas salas de audiências, novos gabinetes para Magistrados e salas de apoios.



A Vara do Trabalho de Cacoal, instalada em agosto de 1987, registrou nos anos de 2014 e 2015 um grande acréscimo de processos, cerca de 3500 e 2800 processos, respectivamente, portanto isso fez com que o Regional iniciasse um processo de ampliação para atender tais demandas.



A Juíza Ana Maria dos Santos, titular da Vara do Trabalho, afirmou que a ampliação da Unidade refletirá em melhoria da produtividade, por conta das condições mais adequadas.

## **Ariquemes**

No dia 28 de outubro de 2016, foi inaugurada as novas instalações da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes, com passou a contar com duas salas de audiências, dois gabinetes, além de uma sala de apoio para advogados e partes para tentativas prévias de conciliação e amplo estacionamento.



As novas instalações são modernas com acessibilidade e conforto para os Magistrados, Servidores e Estagiários, e com isso refletindo em melhor desempenho e celeridade nos processos e quem ganha com isso são as partes, advogados e em especial toda região de Ariquemes.



Para a Juíza Titular da 1ª VT de Ariquemes, Cândida Maria Xavier a entrega das novas instalações da unidade trabalhista é um grande passo no sentido de melhor atender aos jurisdicionados, com mais acessibilidade e conforto, bem como para os Servidores, Magistrados e Advogados.

As inaugurações foram prestigiadas por Magistrados, Diretores, Secretários, Assessores, Servidores, representantes de instituições ligadas à Justiça.

### 23.3 Obra de ampliação no Fórum Trabalhista de Rio Branco (AC)

A população de Rio Branco passa a contar a partir do dia 29 de novembro de 2016, com espaços ampliados do Fórum Trabalhista Juiz Oswaldo de Almeida Moura. O Presidente do TRT14 entregou a obra de melhoria da infraestrutura que atende a área administrativa e as quatro Varas do Trabalho em Rio Branco.



O Fórum Trabalhista passou a contar com salas ampliadas para Central de Mandados, Núcleo de Conciliação e Mediação, Central de Cálculos, salas de Treinamentos, Mini-auditório, Sala de Segurança, Setor de Tecnologia da Informação, além do Setor de Distribuição, Protocolo e Averbação Processual.



### **23.4 TRT14 adquire terreno para ampliação do Fórum Trabalhista de Rio Branco**

A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região fecha a gestão no biênio 2015-2016 com o anúncio da compra de terreno em Rio Branco (AC) para a ampliação do Fórum Trabalhista Dr. Oswaldo de Almeida Moura.



O terreno sem edificação, com uma área de 297,05 metros quadrados, está localizado na Rua Benjamin Constant, ao lado do Fórum Trabalhista acriano, fazendo também divisa com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Fórum do Barão de Rio Branco), no centro da capital.

O contrato foi celebrado pelo Diretor Geral das Secretarias, Raimundo José Zacarias da Costa, com a senhora Maria de Fátima Andrade e Silva, inventariante do espólio de Wilson de Andrade Lima. O valor da transação baseou-se no laudo de avaliação do engenheiro civil Valmir Alexandre Médici e homologado pela Superintendência do Patrimônio da União no Acre.

### **23.5 Gestão da Frota de Veículos**

A gestão da frota de veículos de uso do TRT está regulamentada pela Portaria n.º 1271, de 22 de agosto de 2011, que disciplina a constituição e a forma de utilização da frota.

A existência da frota de veículos é de vital importância para a realização da missão do Tribunal, vez que se inexistente, não haveria condições de realizar os deslocamentos de pessoas, objetos e materiais essenciais à prestação jurisdicional com efetiva entrega à sociedade; optou-se pela aquisição de veículos próprios em detrimento à locação devido às peculiaridades afetas à realidade de nosso TRT14, quais sejam a existência de Servidores do quadro habilitados para a condução dos veículos oficiais; o custo com a manutenção da frota mostra-se vantajosa se

comparado aos custos de locação de veículos, carência de empresas prestadoras de serviços dessa natureza que atendessem à necessidade do TRT14, aliada à grande extensão territorial sob a jurisdição do TRT14 e o constante tráfego de veículos entre os estados de Rondônia e Acre.

A frota de veículos fora revitalizada no exercício de 2016 com a aquisição de 18 (dezoito) veículos novos, e o desfazimento de unidades que contavam com idade avançada de utilização. Atualmente, a frota conta com 88 veículos no total, com idade média de 2,7 anos. Assim, não há no momento plano de substituição de frota em andamento ou a ser executado.

Tabela 89. Classificação dos veículos oficiais.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>IDADE MÉDIA - EM ANOS</b>	<b>MÉDIA KM/ANO</b>
Veículos de Transporte Institucional	3	1	2.000
Veículos de Representação	19	2	3.000
Presidência	1	2	-
Veículos de Serviços	64	5	12.000
<b>TOTAL/MÉDIA</b>	<b>87</b>	<b>2,7</b>	<b>5.600</b>

**Fonte:** Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança (data-base: 31/12/2016).

Tabela 90. Histórico da frota de veículos – Classificação por categoria.

<b>Período</b>	<b>CATEGORIA</b>		
	<b>Veículos de Transporte Institucional</b>	<b>Veículos de Representação</b>	<b>Veículos de Serviços</b>
2010	3	5	58
2011	4	3	54
2012	5	4	57
2013	5	4	57
2014	7	5	62
2015	3	5	73
2016	3	20	64

**Fonte:** Diretoria de Serviços de Infraestrutura, Logística e Segurança (data-base: 31/12/2016).

No TRT14, a gestão da frota fica sob a responsabilidade da Seção de Segurança e Transporte, que integra a Diretoria de Serviços de Infraestrutura Logística e Segurança (DSILS) – a qual se utiliza de controles manuais e/ou processos administrativos eletrônicos para registro das ocorrências relacionadas à frota, aliado a sistemas de abastecimento e manutenção de veículos informatizados disponibilizados

por meio de contratos advindos de processos licitatórios, a exemplo dos contratos de gestão junto às empresas Ticket Serviços (abastecimento de combustíveis) e Embratec/TicketLog (manutenção de veículos).

Convém salientar que a frota automotiva do TRT14 é 100% própria, não havendo portanto, utilização de veículos de terceiros para a execução das atividades do TRT14.

### **23.6 Aquisição de novos veículos**

O Presidente do TRT da 14ª Região, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, realizou, no dia 29 de dezembro, em Porto Velho (RO), a entrega de mais veículos oficiais para atender a jurisdição de RO e AC.



Os veículos irão reforçar diversas atividades, a exemplo da Segurança Judiciária, com a escolta e transporte de autoridades, bem como o apoio e suporte às ações das unidades trabalhistas das áreas fim e meio de Porto Velho.



### 23.7 Entrega de novos veículos

Os Fóruns Trabalhistas de Porto Velho e Ji-Paraná, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre, receberam veículos zero km como parte das ações de atendimento da infraestrutura e logística das Varas do Trabalho, em conformidade com o plano de gestão 2015/2016 implementadas pelo TRT da 14ª Região.



O objetivo da renovação da frota é proporcionar aos Magistrados, Servidores e em especial aos Oficiais de Justiça melhores condições de trabalho, oferecendo mais segurança nos deslocamentos em estradas vicinais, linhas e distritos, além da economia em manutenção, para melhorar ainda mais a prestação de serviços aos jurisdicionados do interior de Rondônia e do Acre.

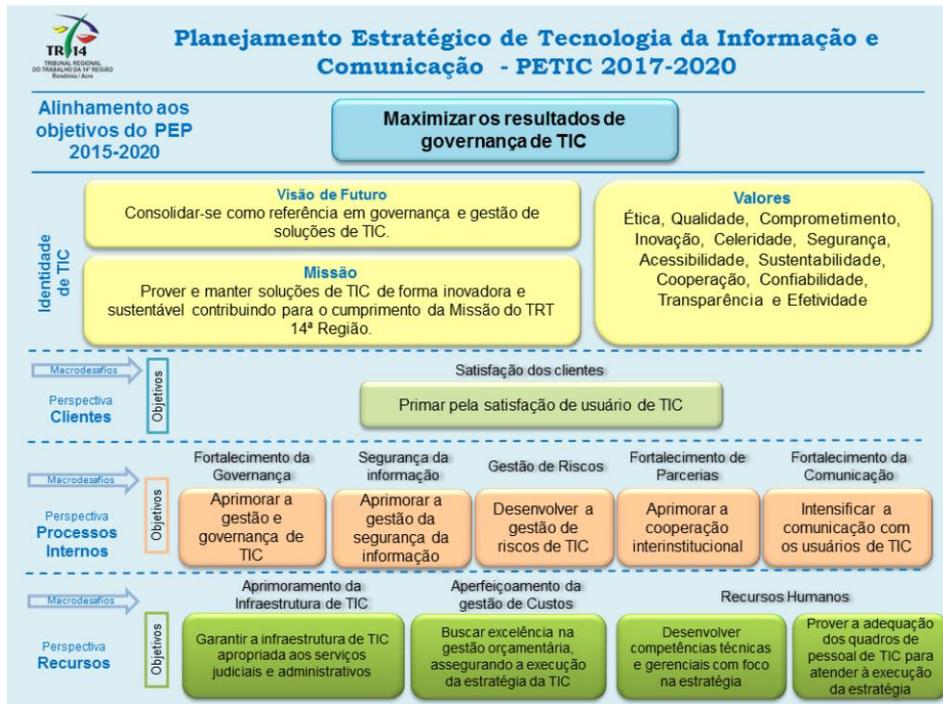
## **24 GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

### **24. 1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação**

No ano de 2016, tendo em vista o transcorrer do prazo de vigência do [Planejamento](#) Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2012-2016) e considerando a completa renovação dos normativos que embasaram sua elaboração e dos cenários identificados naquela ocasião, visando, ainda, a atualização e a verificação da convergência dos atuais objetivos de TIC aos desafios do Judiciário Nacional e da Justiça do Trabalho, procedeu-se à revisão do PETIC 2012-2016, com oficinas de diagnóstico ambiental, de revisão da identidade de TIC e dos objetivos estratégicos. Posteriormente, foram eleitos os indicadores e as respectivas metas que mensurarão a concretização dos objetivos propostos.

A revisão do PETIC 2012-2016 foi fruto de intensa discussão e reflexões por parte de toda a administração do TRT14, incluindo Magistrados e Servidores, com a participação efetiva de Gestores de diversas áreas do TRT14, bem como de toda a equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), oportunidade em que diferentes pontos de vista foram apresentados, discutidos e refinados, culminando no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2017-2020), aprovado pela Resolução Administrativa nº 129, de 08 de dezembro de 2016.

Deste modo, apresenta-se o Mapa do PETIC 2017-2020, com indicadores e metas revisadas, para execução até 2020.



Fonte: Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC 2017-2020.

## 24.2 Oficinas de revisão do Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação e Comunicação

Com o objetivo de alinhar o Planejamento Estratégico em Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC, para 2016/2020, o TRT da 14ª Região realizou nos dias 24 e 25 de outubro de 2016, sob a Coordenação do Presidente da Comissão de TIC, oficinas com a participação de todos os técnicos em TI e gestores de unidades estratégicas do Regional.





Para o Presidente da Comissão de Informática do Regional, Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, a realização da oficina é muito importante, pois é assim que poderemos estabelecer metas e caminhos alinhados às estratégias do Poder Judiciário Nacional.





O Secretário-Geral da Presidência, João Bosco Machado de Miranda, foi o facilitador das Oficinas de Revisão, sendo auxiliado por equipe de multiplicadores internos. As oficinas foram precedidas da apresentação de referencial teórico do PETIC, onde sustentou e nivelou o conhecimento dos partícipes.





No dia 9 de novembro, o TRT da 14ª Região concluiu oficinas para revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Regional.



Depois de identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, discutidas em Grupos de Trabalho, foi elaborada e atualizada a Missão, Visão e Valores em TIC do Tribunal, e finalmente, a validação inicial pelos participantes, relativos aos objetivos estratégicos e alinhamento com as diretrizes nacionais, que após refinado será submetido ao Tribunal Pleno.



Ao encerrar as oficinas, o Presidente do TRT, Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, agradeceu o empenho de todos que participaram e destacou este trabalho de construir de forma significativa o alinhamento e execução do nosso Planejamento Estratégico Participativo do Regional.

O Presidente da Comissão de Informática do Regional, Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, que também participou das oficinas, agradeceu a participação de todos, em especial a toda equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, e gestores de unidades estratégicas do Regional.

### **24.3 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

O planejamento das ações executadas pela SETIC é regularmente executado por meio das diretrizes elencadas nos seus planos estratégico e tático. No nível Estratégico, a SETIC é norteadada pelo PETIC e, no nível tático, pelo seu Plano Diretor de TIC (PDTI).

O último plano estratégico de TIC executado (PETIC 2012-2016) contemplou a visão da estratégia de TIC contemplando seus objetivos, indicadores e metas. Ainda, este Planejamento elencou todos os projetos de TIC para o quinquênio e, por meio de sistema próprio de gestão da execução da estratégia, toda a realização de metas foi regularmente acompanhada, bem como 100% dos projetos executados. No fim do ano

de 2016, o último Plano Estratégico de TIC (PETIC 2012-2016) foi revisado para o quadriênio 2017-2020.

Para dar concretude à execução da estratégia de TIC, a SETIC vale-se, ainda, de um plano tático de duração bienal: o Plano Diretor de TIC (PDTI). Neste documento são elencadas, precipuamente, todas as ações priorizadas pela gestão. Adicionalmente, outros temas importantes também são abordados, tais como o planejamento de aquisições de TIC e a respectiva execução orçamentária, políticas de pessoal e seu treinamento. O atual Plano Diretor de TIC (PDTI 15-16) encontra-se em revisão para o próximo biênio (2017-2018).

#### **24.4 Gestão da Tecnologia da Informação**

A gestão ou estratégia de TIC do TRT14 é gerida de forma continuada, abrangendo o processo de elaboração, execução e monitoramento de ações de curto, médio e longo prazo, visando executar o alinhamento de TIC ao Plano Estratégico Institucional. Em linhas gerais, a estratégia de TIC do TRT14 está estruturada da seguinte forma:

- PETIC – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2020 é o processo de elaboração da estratégia da SETIC, para o cumprimento de sua missão. Corresponde ao resultado do esforço de congruência de propósito e das ações de TIC, as diretrizes, objetivos e metas estratégicas fixadas pelo TRT14, ainda ao CSJT e ao CNJ;
- PDTI - Plano Diretor de TIC 2016/2017 é o instrumento de planejamento tático-operacional, onde são registrados os processos da SETIC que contribuem para o alcance das metas estabelecidas pelo PETIC e pelo PEP do TRT14;
- Análise da estratégia de TIC – consiste em avaliar a implementação da estratégia por meio de monitoramento dos indicadores, metas e ações constantes no PETIC. Estas avaliações são efetuadas por ocasião das RAEs do TRT14.

## 24.5 Força de Trabalho

O quadro de pessoal da SETIC encontra-se provido conforme tabela a seguir:

Tabela 91. Quadro de Provimento da SETIC.

Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	26
Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	5
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	1
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	6
Estagiários	0

## 24.6 Escritório de Projetos de TIC

O Escritório de Gestão de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (EGP-TIC) foi apresentado aos Servidores do TRT14, no dia 30 de março de 2016, no Plenarinho do Regional em Porto Velho (RO), com a participação de cerca de 60 Servidores das diversas áreas.

Na abertura do evento Secretária da Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT14 (SETIC), Christianne Araújo Mendonça, falou sobre a aplicação do Escritório, que impulsionará os meios de acompanhar a execução das atividades de TIC, com vistas a melhoria do desenvolvimento e ações estratégicas.



O Escritório de Projetos é uma prática que está sendo recomendada aos Tribunais do Trabalho e alinhada com a estratégia do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A apresentação aos Servidores do Tribunal teve como objetivo disseminar o trabalho e a metodologia, que proporcionou o desenvolvimento e

elaboração de projetos, tendo como base o Escritório de Projetos existente no Regional.

Segundo o gerente de projetos sênior da G4F Soluções Corporativas, Paulo Sérgio Lima, que ministrou a palestra, a implantação de projetos específicos como este, consiste na busca de modelos de boas práticas na área de governança e gestão.

## 24.7 Projetos de TIC

Entre os projetos executados, no exercício 2016, destacam-se:

Tabela 92. Projetos de TIC em 2016.

Projeto	Alinhamento Estratégico	Prazo de conclusão	Valor Orçado	Resultado
Implantação de solução de software para Central de Serviços de TIC baseada na metodologia ITIL;	Garantir a satisfação dos usuários de TIC	30/02/2016	R\$ 291.581,95	Conclusão do projeto de implantação da central de serviços de TI do TRT14.
Interligação da sede do tribunal com os prédios da 6ª a 8ª Varas do Trabalho e do Almoxarifado por meio de fibra óptica	Garantir a adequação da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC	30/10/16	R\$ 71.798,00	Melhora na comunicação da rede de dados das 6ª, 7ª e 8ª Varas de Porto Velho
Aquisição de Unidade de Armazenamento de Dados (Storage)	Garantir a adequação da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC	30/12/16	R\$ 300.000,00	Aumento do espaço de armazenamento de dados eletrônico
Aquisição de 180 Mini-Desktops	Garantir a adequação da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC	30/12/16	R\$ 570.000,00	Modernização das salas de audiências objetivando a otimização do espaço
Aquisição de no-break corporativo para alimentação elétrica do Datacenter	Garantir a adequação da infraestrutura, sistemas e serviços de TIC	30/12/16	R\$ 421.502,00	Aumento da capacidade de alimentação elétrica do Centro de Dados do TRT14
Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) em conjunto com o Ministério Público do Trabalho – MPT	Garantir a satisfação dos usuários de TIC	30/10/16	R\$ 0,00	Integração do Pje ao MPTDigital objetivando a celeridade processual
Revisão do Plano Estratégico de TIC para o quadriênio 2017-2020	Adotar as melhores práticas em Governança de TIC	30/12/16	R\$ 0,00	Planejamento de TIC revisado objetivando nortear as ações para os próximos cinco anos

## 24.8 Investimentos na área de TIC

Em 2016, entre aquisições de bens e serviços, a SETIC executou um orçamento total de R\$ 3.252.001,02 (três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, um real e dois centavos). Desse orçamento, destacamos as seguintes ações de investimentos e custeios:

Tabela 93. Ações de Investimentos e Custeio

Bem/Serviço	Valor (R\$)
Serviço de Suporte Técnico de TIC de primeiro e segundo níveis baseado em ITIL ( <i>service Desk</i> ) (Lanlink Informática)	580.341,48
Aquisições de Microcomputadores para atualização do parque de máquinas (Positivo Informática)	571.500,00
Links de Comunicação de dados (Brasil Telecom)	347.267,64
Serviço de Manutenção em Sala Cofre (Aceco TI)	331.036,20
Aquisição de Subsistema de Discos MidRange 50TB - Storage (Compwire)	298.000,00
Aquisição de 02 (dois) no-breaks – unidade UPS modular 30KVA expansível até 40KVA	421.502,00

## 24.9 Plano de Capacitação do Pessoal de TIC

O plano de capacitação de TI é parte integrante do Plano de Capacitações do TRT14. Para o ano de 2016, sendo investido no exercício o importe de R\$ 51.808,48 em ações de capacitação em Governança de TIC e formações técnicas. Os Servidores receberam ainda treinamentos custeados pelo CSJT e foram estimulados a participar de formações via EAD em entidades públicas como a Enap.

No cômputo geral, 31 Servidores da SETIC totalizaram 3.390 horas de treinamento em 2016.

Tabela 94. Treinamentos realizados pelos Servidores da SETIC no ano de 2016

Treinamento	Valor (R\$)
APP-CWA-N-0001) INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO WINDOWS SERVER 2012	3.500,00
APP-AWS-N-0001) - ADMINISTRAÇÃO DE WINDOWS SERVER 2012	3.500,00
APP-CSA-N-0001) - CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇOS AVANÇADOS SERVER 2012	3.500,00
APP-CCN-N-0002) - CCNA 5.0 - INTRODUÇÃO A REDES	1.250,00
APP-CRS-N-0002) - CCNA 5.0 - CONCEITO DE ROTEAMENTO E SWITCHING	1.250,00
APP-CDR-N-0002) - CCNA 5.0 - DIMENSIONAMENTO DE REDES	1.250,00

APP-CCR-N-0002) - CCNA 5.0 – CONEXÃO DE REDES	1.250,00
ANDROID I: CRIE SUA APP FANTÁSTICA COM ANDROID STUDIO - EAD	00,00 (valor total da ALURA R\$ 2.666,60)
ANDROID I: CRIE SUA APP FANTÁSTICA NO ECLIPSE – EAD	
LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO II: FUNÇÕES, DESENHOS E UM JOGO – EAD	
LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL – EAD	
LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO I: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML – EAD	
HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS – EAD	
JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS- EAD	
ANDROID II: IMERSÃO EM INTERFACES E RECURSOS – EAD	
ANDROID III: INTEGRAÇÕES E MAPAS PARA TURBINAR SUA APP – EAD	
CURSO JAVA I: PRIMEIROS PASSOS	
CERTIFICAÇÃO PMP E CAPM: PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS PARTE 1	
LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	
ANDROID III: APRIMORE SUA APP COM FRAGMENTS, GOOGLE MAPS E GPS	
JOGOS COM ANDROID I: DESENVOLVIMENTO DE JOGOS 2D	
LEAN STARTUP: PRIMEIROS PASSOS DA SUA STARTUP ENXUTA	
PHP E MYSQL II: COOKIES, SESSÕES E MAIS RECURSOS	
LINUX II: PROGRAMAS, PROCESSOS E PACOTES	
MÉTODOS ÁGEIS: INTRODUÇÃO	
HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	
PHP E MYSQL I: FUNDAMENTOS PARA CRIAR UM SISTEMA NA WEB	
JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS	
JAVA III: PRINCIPAIS APIS E BIBLIOTECAS	
CURSO: JOGOS COM ANDROID II: DESENVOLVA SEU PRÓPRIO FLAPPY BIRD	
CURSO: HTTP: ENTENDENDO A WEB POR BAIXO DOS PANOS	
CURSO: HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	
CURSO: REDES: INTRODUÇÃO, CONCEITOS E PRÁTICA	
CURSO: JAVA E JSF I: SUA APLICAÇÃO WEB COM JSF2	
CURSO: MYSQL I: INICIANDO SUAS CONSULTAS	
CURSO: ORACLE I: APRENDA SQL USANDO ESSE FAMOSO BANCO DE DADOS	
CURSO: WINDOWS SERVER	
CURSO: PHP I: ORIENTAÇÃO A OBJETOS COM SUA LINGUAGEM PREFERIDA	
CURSO: WINDOWS: INTRODUÇÃO AO PROMPT	
CURSO: PHP II: AVANÇANDO COM ORIENTAÇÃO A OBJETOS	
C I: INTRODUÇÃO À LINGUAGEM DAS LINGUAGENS	
HTML5 E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA WEB	
LINUX I: CONHECENDO E UTILIZANDO O TERMINAL	
CERTIFICAÇÃO ORACLE SQL FUNDAMENTALS 1: INTRODUCTION TO ORACLE	
SCRUM: AGILIDADE EM SEU PROJETO	

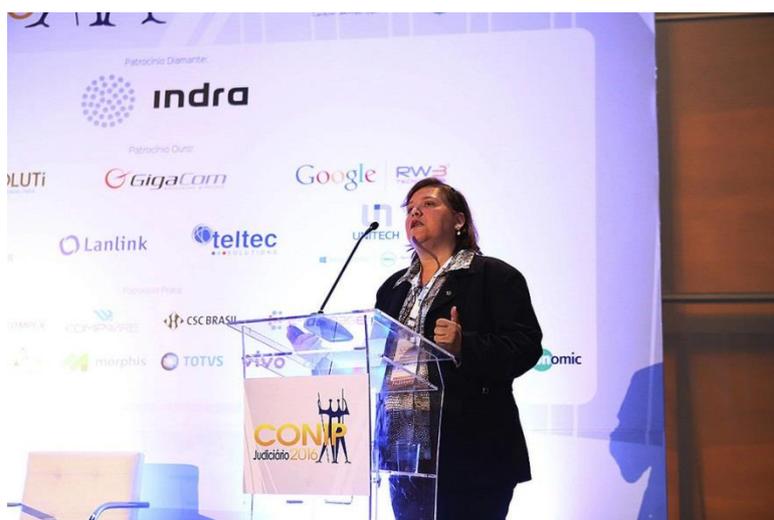
PERSONAL BRANDING: ENTENDA O QUE É E COMO VOCÊ PODE USÁ-LA A FAVOR DA SUA CARREIRA	
TREINAMENTO SOBRE A NOVA VERSÃO 2.0 DO EXTRATOR DO PJ-e-JT PARA O SISTEMA e-GESTÃO	6.824,92
SEMINÁRIO BRASIL 100% DIGITAL	4.557,70
PARTICIPAR DO CURSO DE POSTGRESQ1	8.217,27
CURSO: TREINAMENTO DE TI DE IMPLANTAÇÃO E INSTALAÇÃO DO SIGEP	3.530,21
PARTICIPAR DO CURSO DE POSTGRESQ1 – MÓDULO DBA	9.461,78
SEMINÁRIO "AVALIAÇÃO ATUARIAL	1.050,00
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>51.808,48</b>

#### 24.10 TRT14 apresenta ferramenta de TI em congresso de Inovações

O TRT14 participou do 11º Congresso de Inovação no Poder Judiciário -CONIP Judiciário 2016, apresentando o *software* otimizador de PDF, nos dias 28 e 29 de setembro de 2016, em Brasília-DF.

A Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT14 apresentou a ferramenta durante a palestra "Otimização do Armazenamento de Dados Provenientes de Sistemas Judiciais e Administrativos".

Essa ferramenta simplifica a utilização do processo judicial eletrônico e demais sistemas informatizados por parte dos usuários e proporciona melhor utilização do espaço destinado ao armazenamento de dados.



O Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, Presidente da Comissão de Informática do TRT14, participou das mesas temáticas relativas às tecnologias da informação e comunicação nos órgãos do Poder Judiciário.

## **25 DIRIGENTES PARA O BIÊNIO 2017-2018 SÃO ACLAMADOS PELO TRIBUNAL PLENO**

O Pleno do TRT14, em Sessão Administrativa, e presidida pelo presidente Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, aclamou os novos dirigentes do Regional para o Biênio 2017-2018. O Desembargador do Trabalho Shikou Sadahiro e a Desembargadora Socorro Guimarães, assumiram a partir de 1º de janeiro de 2017 os Cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.



Ainda na mesma sessão foram proclamados os novos integrantes das Turmas e Comissões previstas no Regimento Interno do TRT14, bem como da Direção da Escola Judicial e Ouvidoria-Geral, para o biênio 2017, a saber:

### **1ª Turma**

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima (Presidente)

Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz (Membro)

Juiz Convocado e Titular da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, convocado (Membro)

### **2ª Turma**

Desembargador do Trabalho Carlos Augusto Gomes Lôbo (Presidente)

Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur (Membro)

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior (Membro)

### **Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório**

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima (Presidente)

Desembargadora do Trabalho Socorro Guimarães (Membro)

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior (Membro)

### **Comissão de Informática**

Desembargador do Trabalho Carlos Augusto Gomes Lôbo (Presidente)

Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz (Membro)

Desembargadora do Trabalho Socorro Guimarães (Membro)

#### **Comissão de Jurisprudência**

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima (Presidente)

Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur (Membro)

Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz (Membro)

#### **Comissão de Regimento Interno**

Desembargadora do Trabalho Socorro Guimarães (Presidente)

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior (Membro)

Desembargador do Trabalho Carlos Augusto Gomes Lôbo (Membro)

#### **Comissão de Responsabilidade Socioambiental**

Desembargadora do Trabalho Socorro Guimarães (Presidente)

Desembargador do Trabalho Ilson Alves Pequeno Junior (Membro)

Desembargador do Trabalho Francisco José Pinheiro Cruz (Membro)

#### **Diretora da Escola Judicial, Ouvidora-Geral e Presidente da Comissão**

#### **Permanente de Avaliação Documental e Memória Institucional**

Desembargadora do Trabalho Vania Maria da Rocha Abensur.



Na ocasião, o presidente Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, e o Vice-Presidente, Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, receberam o reconhecimento dos demais Membros da Corte e pelos representantes do Ministério Público do Trabalho pela gestão Administrativa e Judiciária do TRT 14 no Biênio 2015-2016.



**TRIBUNAL REGIONAL  
DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO**  
Rondônia / Acre